Relatório e Contas 2016

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

www.bca.cv

Índice

1 – ÓRGÃOS SOCIAIS 4
2 – CAPITAL SOCIAL 6
3 - PRINCIPAIS INDICADORES 7
4 – MENSAGEM DO PRESIDENTE 8
5 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL 13
5.1 – INTERNACIONAL 13
5.2 – NACIONAL 15
5.2.1– Dados Gerais 15
5.2.2 – Sistema Financeiro 16
5.2.3 – BCA no Sistema 17
6 – VISÃO ESTRATÉGICA 18
7. – ATIVIDADE COMERCIAL 20
7.1. – RECURSOS 20
7.2. – CRÉDITO 21
7.2.1 – Condicionantes da Atividade do Crédito 21
7.2.2 – Análise do Crédito Concedido 21
8 —OUTRAS ATIVIDADES 25
8.1 —RECURSOS HUMANOS 25
8.2 – ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL 27
8.3 – GESTÃO DE RISCOS 31
8.5 – ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO 34
8.6 – AUDITORIA E INSPEÇÃO 35
8.7 – SUPORTE INFORMÁTICO 36
8.8 – MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS 36
8.9 – MEIOS E CANAIS 38
8.10 – INVESTIMENTOS 40
9 — ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA 42
9.1 — EVOLUÇÃO DO BALANÇO 42
9.2. — CONTAS DE RESULTADOS 45

9.3 – ANÁLISE DE RÁCIOS 47
9.4 – RÁCIOS PRUDENCIAIS 48
10 —APLICAÇÃO DE RESULTADOS 49
11 - LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES 50
12 – DIREÇÕES E REDE COMERCIAL 51
13 – ANEXOS 55

1 – ÓRGÃOS SOCIAIS

A Assembleia-Geral Ordinária do Banco Comercial do Atlântico (BCA), realizada a 29 de Outubro de 2015, elegeu, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, os membros dos Órgãos Sociais, que ficaram assim constituídos:

Assembleia-Geral

Presidente: Dr. Miguel António Ramos

Vice-Presidente: Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Secretário: Dra. Dulce Patricia Dias Lopes Chantre

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é nomeado pela Assembleia-Geral e é constituído por um Presidente e seis Administradores, quatro dos quais sem funções executivas:

Presidente Prof. Doutor António José de Castro Guerra

Administrador Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda

Administrador Dr. Francisco Pinto Machado Costa

Administrador Dr. David Hopffer Cordeiro Almada

Administrador Dra. Carla Maria Moniz Brigham Gomes

Administrador Dr. José Rui Cruz Lopes Gomes

Administrador Dr. Manuel José Dias Esteves

Conselho Fiscal

Presidente: Eng. António José Nascimento Ribeiro

Vogal: Dra. Maria de Fátima Oliveira de Melo Fernandes Sanchas

Vogal: Dr. José Ricardo Vaz Fernandes Benoliel

Vogal Suplente: Dr. Francisco Sebastião Correia Teixeira

Vogal Suplente: Dr. Adelino Vital Fonseca

A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração e é composta por três elementos:

Prof. Dr. António José de Castro Guerra – Presidente

Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda

Dr. Francisco Pinto Machado Costa

2 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social do BCA ascende a 1.324.765.000$00 (mil trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e cinco mil escudos) e, em 31 Dezembro de 2016, era detido pelos acionistas constantes do quadro seguinte, em que se pode constatar que as participações do Agrupamento Caixa Geral de Depósitos, SA/Banco Interatlântico, SA, do INPS- Instituto Nacional de Previdencial Social, da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo-Verde, SA e Caixa Geral de Depósitos eram qualificadas:

Capital Social a 31/12/2016

CVE

Accionista	Valor	Percentagem
CGD/INTERATLÂNTICO	697.446.000	52,65%
INPS	132.492.000	10,00%
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	89.504.000	6,76%
GARANTIA	76.322.000	5,76%
ASA - AEROPORTO E SEGURANÇA AÉREA, SA	28.780.000	2,17%
TRABALHADORES	37.146.000	2,80%
OUTROS ACCIONISTAS	263.075.000	19,86%
TOTAL	**1.324.765.000**	**100,00%**

3 - PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Valores e Indicadores de Actividade e Resultados

Variáveis	Unidade	2015	2016	Variação
BALANÇO				
Activo Total	mil contos	80.825	84.520	4,6%
Crédito Total Líquido	mil contos	48.450	49.507	2,2%
Passivo Total	mil contos	75.954	79.241	4,3%
Recursos De Clientes	mil contos	69.097	72.703	5,2%
Situação Liquida	mil contos	4.871	5.278	8,4%
CONTA DE EXPLORAÇÃO				
Margem Financeira	mil contos	1.938	1.978	2,1%
+Margem Complementar	mil contos	710	588	-17,2%
=Produto Bancário	mil contos	2.647	2.566	-3,1%
-Custos Administrativos	mil contos	1.941	1.887	-2,8%
=Cash-Flow de Exploração	mil contos	707	679	-3,9%
+ Resultados Filiais Excluidas Cons. Assoc.	mil contos	40	45	12,7%
-Amortizações do Exercício	mil contos	190	208	9,5%
-Imparidade/Provisões Líquidas do Exercício	mil contos	188	98	-48,0%
-Impostos s/Lucros	mil contos	-	74	
=Resultados Líquidos do Exercício	mil contos	369	344	-6,7%
RÁCIOS				
Crédito Vencido/Crédito Clientes	%	15,9%	13,8%	
Crédito Vencido a + 90 dias/Crédito a Clientes	%	14,9%	13,2%	
Imparidade Crédito/Crédito Vencido	%	65,6%	71,5%	
Imparidade Crédito e Obrigações/Crédito Vencido	%	66,5%	72,5%	
Crédito Clientes/Depósitos Clientes	%	55,8%	52,9%	
Resultado Líquido/Capitais Próprios (ROE)	%	7,6%	6,8%	
Resultado Líquido/Activo (ROA)	%	0,5%	0,4%	
Rácio Solvabilidade	%	15,70%	15,78%	
FUNCIONAMENTO				
(Cost-to-Income) com Fundo Pensões	%	80,5%	81,6%	
(Cost-to-Income) sem Fundo Pensões	%	69,4%	70,8%	
Activo Total /Total Empregado no Activo	mil contos	187	187	-0,3%
Crédito e Depósito Total/Nº Empregados Activo	mil contos	244	243	-0,6%
Crédito e Depósito Total/ Nº de Balções	mil contos	3.126	3.235	3,5%
Número Empregados Activos Totais	Unidade	432	453	4,9%
Número Empregados Activos do Quadro	Unidade	382	396	3,7%
Número de Balcões	Unidade	34	34	0,0%

4 – MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores

Após um período de baixo crescimento do produto nos últimos anos, as estimativas de crescimento do PIB de Cabo Verde para 2016 e as projeções para os anos seguintes apontam para uma retoma sustentada da atividade económica. Com efeito, se o crescimento médio anual da economia foi inferior a 1% entre 2012-2015, as últimas estimativas das Contas Trimestrais apontam para a possibilidade de uma taxa de crescimento de 4% em 2016, um valor dentro do intervalo de projeção do Orçamento de Estado (3,5%-4,5%) e acima da projeção atualizada do FMI (3,2%). Importa referir que, em parte significativa, este crescimento terá a ver com o deflator do PIB (inferior a 1) e com o aumento da cobrança dos impostos. No final do ano, a preços correntes, o crescimento nominal do PIB terá sido inferior ao crescimento real, o que não é desejável e terá tendência a desaparecer à medida que o IPC cresça.

Para 2017, no Orçamento de Estado, prevê-se uma taxa de crescimento do produto de 5,5%, puxado, do lado da Procura, pelo Consumo e pelo Investimento Privados e pelas Exportações Líquidas, para o que contribuem, sobretudo, as Exportações de Serviços. Do lado da Oferta, o crescimento do PIB é suportado, sobremaneira, pelo crescimento do sector Terciário.

O FMI (Country Report No.16/366- Nov.2016) apresenta uma projeção do crescimento para o ano corrente de apenas 3,7%, mas fixa o patamar de crescimento para os próximos anos (2018-2020) acima de 4%.

A fraca taxa de crescimento do PIB no período 2012-2015 está correlacionada com uma fraca taxa de crescimento do crédito à economia, o qual, em média anual, evoluiu a uma taxa inferior a 1%. No ano de 2016, o dinamismo económico já se refletiu positivamente no comportamento do crédito. As estimativas apontam para uma taxa de crescimento de 2,9%, podendo-se admitir, no horizonte 2017-2020, valores superiores e tendencialmente crescentes.

A economia cabo-verdiana terá iniciado, desde os finais de 2015, um processo de recuperação após anos sucessivos de fraco crescimento. Porém, a sustentabilidade da trajetória da economia cabo verdeana é condicional à evolução dos seus fatores de competitividade, assim como da sua envolvente internacional. Não menos condicionante é o facto de estar em curso um exigente programa de consolidação orçamental, o qual passa pela redução dos défices orçamentais e pela obtenção de saldos primários que libertem recursos para reduzir a divida pública para níveis menos vulneráveis a choque exógenos.

É comummente aceite que, no médio e longo prazo, o dinamismo da Cabo Verde depende crucialmente do aumento da competitividade e da produtividade, tanto do capital físico como do capital humano, tirando partido das infraestruturas já existentes, reduzindo os défices de qualificações, aprofundando as reformas já iniciadas no mercado do trabalho, alargando a base económica do pais, em particular com medidas de politica especificamente orientadas para criação e sofisticação das PME, resolvendo, em definitivo, as fragilidades de algumas empresas públicas, integrando mais o mercado interno, melhorando a inserção internacional do pais e, em geral, o ambiente de negócios.

Segundo o último relatório do WEF, o indicador compósito da competitividade da economia de Cabo Verde melhorou 2 p.p. no último ano e o governo explícita no seu programa e no orçamento para este ano, algumas iniciativas que apontam para uma trajetória de melhoria deste indicador.

De acordo com o WEO (FMI Fev-2017), em 2016, a Economia Mundial terá crescido 3,1%, um valor ligeiramente inferior ao de 2015 (3,2%). Contudo, para 2017-2018, as projeções mais recentes do FMI apontam para taxas de crescimento superiores -3,6% em cada ano -, puxadas, sobretudo, pelas economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento - 5,1% em cada ano - em particular da Ásia - 6,6% e 6,3%, respetivamente.

Tanto em 2017 como em 2108, as estimativas das taxas de crescimento do comércio mundial de bens e serviços são superiores às de 2015 e de 2016. Estima-se que este crescimento do comércio internacional ocorrerá tanto para os países com economias mais avançadas como nos dos países emergentes e desenvolvimento, mas mais nestas do que naquelas.

Em 2016 a economia dos EUA terá crescido (1,9%) menos do que em 2015 (2,6%), mas com tendências de melhoria em 2017 e 2018, sem atingir, no entanto, o nível de 2015.

Nas suas previsões de inverno (Fev-2017), a Comissão Europeia prevê para a economia da Zona Euro um crescimento de 1,7% em 2016 e as suas projeções para 2017 e 2018 apontam para taxas de 1,6% e 1,8% respetivamente, ainda abaixo dos níveis inferiores aos de 2015 (2,0%). Em Portugal, segundo o INE, um dos principais parceiros económicos de Cabo Verde, as previsões para 2016 foram revistas em alta (1,4%) e a EU prevê um crescimento de 1,7% no ano corrente. O comportamento do PIB e do défice orçamental aponta para que Portugal saia, num futuro próximo da situação de défice excessivo.

Relativamente a estas projeções, pairam incertezas sobre a Economia Mundial e, sobretudo, da Zona Euro, decorrentes das pouco estudadas consequências do Brexit, do posicionamento do novo governo dos EUA enquanto grande potência mundial e dos resultados das consultas eleitorais que, durante o corrente ano, terão lugar na França, Holanda, na Alemanha e, provavelmente, na Itália. Se o protecionismo e os

nacionalismos se instalarem, é natural que haja revisões em baixa nas projeções do produto e do comércio mundiais, podendo pôr em causa a sustentabilidade do crescimento em Cabo Verde e a consolidação orçamental em curso.

Se, como todos aspiramos, os piores cenários se não concretizarem e se mantiverem as taxas de crescimento do Produto Mundial e das economias das regiões em que a economia cabo verdeana esta mais integrada, no ano de 2107 e seguintes poderá consolidar-se um ciclo virtuoso entre crédito e crescimento económico, abruptamente quebrado em 2011. Este ciclo virtuoso será fundamental para a mitigação das consequências muito negativas que a partir de 2011 se manifestaram sobre o balanço dos bancos – fraco crescimento da carteira de crédito e disparo do crédito vencido - e na quebra da rentabilidade do sistema bancário nacional, num contexto de crescentes exigências da supervisão comportamental e prudencial, traduzíveis, nomeadamente, em mais custos administrativos e no reforço da solvabilidade dos bancos. A política monetária acomodatícia que vem sendo seguida poderá então ser mais efetiva na promoção do crescimento, através do aumento da procura e oferta de crédito à economia, reduzindo, assim, o excesso de liquidez dos bancos e aumentando os seus rácios de transformação.

Tal como em anos anteriores, os recursos de clientes no sistema continuaram a crescer, mas a taxas mais baixas. Tendo em vista a redução do seu excesso de liquidez e do custo do seu funding, o BCA reduziu as taxas de juro passivas. Apesar disso, o saldo dos depósitos de clientes aumentou de 5,4% em relação a 2015, continuando, assim, a demonstrar-se a confiança dos clientes na marca BCA. Esta evolução foi suportada pelo aumento dos depósitos à ordem em 11% e pelos depósitos de poupança em 10,8%. Os depósitos a prazo tiveram uma evolução de apenas 1,3%. Estas alterações do balanço do lado dos depósitos evidenciam uma composição mais equilibrada em relação à concorrência: maior peso dos depósitos à ordem, sem perda de volume nos depósitos remunerados.

Os depósitos no BCA pertencem, na sua maioria, a clientes particulares com um peso de 81,5%, a que está associado um acréscimo de 6,8% em 2016. Os depósitos de empresas diminuíram ligeiramente em relação a 2015, impulsionados tanto pelos depósitos à ordem como pelos depósitos a prazo. No BCA, os depósitos dos emigrantes representam 49,4% do total da carteira e cresceram 4,8% em relação a dezembro de 2015.

O ano de 2016 começou por refletir as incertezas próprias de um ano eleitoral – o ano de todas as eleições - o que, inicialmente, se traduziu em alguma aversão ao risco entre os investidores. Na segunda parte do ano, porém, registou-se uma melhoria progressiva, embora lenta, das condições do mercado, com algum impacto na atividade bancária. No sistema, em 2016, o crédito terá crescido à volta de 2,9%, puxado sobretudo pelo crédito titulado concedido ao Estado.

No BCA, em 2016, a carteira de crédito total aumentou de cerca de um 1,064 Milhões de contos, ou seja, mais 2,2% em relação a 2015, traduzindo-se nos seguintes principais movimentos: mais crédito obrigacionista ao Estado, no valor de 1,106 Milhões de contos; aumento do crédito normal em 778 Mil contos, por contrapartida de uma redução de 785 Mil contos de crédito e juros vencidos.

Excluindo o crédito titulado, a carteira bruta de clientes manteve-se estável e à volta de 38 Milhões de contos, tendo crescido 1,5% no segmento das empresas e decrescido 1,4% no segmento dos particulares. Na carteira normal ocorreu um crescimento de 778 Mil contos, ou seja, de 2,4% em relação a 2015: +5,7% no segmento das empresas; -0,1% no segmento dos particulares.

O crédito novo, excluindo o reestruturado, foi de 7,822 Mil contos, ou seja, menos 68 Mil contos (0,9%) do que o valor de 2015, não obstante o sucesso que tem sido a procura de crédito nas linhas para PME,s.

No ano de 2016, a atuação estratégica do BCA continuo a prosseguir os seguintes três objetivos estratégicos finais: 1)-aumento da Rentabilidade do Negócio através: da melhoria da margem financeira das operações de crédito, do aumento da taxa de transformação, de um maior contributo da margem complementar; 2)-redução do Cost-to-Income, pela via: do aumento do produto bancário; da melhoria na eficiência técnica e operacional; 3)-reforço da Solvabilidade assente: numa política comercial atenta ao risco e ao consumo de capital das operações e numa prudente política de dividendos.

Para o efeito, vem implementando quatro objetivos estratégicos instrumentais: 1)-crescimento da Carteira Normal, pela via: de uma maior proatividade comercial sem prejuízo da ponderação do risco e do consumo de capital das operações, da melhoria da qualidade do atendimento nos balcões, de melhores articulações funcionais entre a rede comercial (balcões) e os serviços centrais, da redução do tempo de resposta aos clientes internos e externos; 2)-redução da Carteira em Incumprimento, através: de uma particular atenção aos primeiros indícios de incumprimento, de reestruturações mais sustentáveis, de uma melhor articulação funcional entre o GRE e o GJC; 3)-mais Proatividade (interna e externa) na gestão e alienação dos ativos em carteira (dações e execuções judiciais); 4)-melhoria da Eficiência Técnica e Operacional , através: de melhorias organizacionais, do controle e redução dos custos operacionais, da redução do risco operacional, da melhoria do controle interno, de novos investimentos numa base business-case, da qualificação dos recursos humanos.

Com este alinhamento estratégico, a margem financeira do banco aumentou de 2,1%, apesar do maior rigor que imprimimos à concessão de novos créditos e do revolving de alguns grandes créditos da carteira ocorrido em 2016.

Por fatores que estão fora do controle do banco, a margem complementar diminuir 17,2%, refletindo a baixa remuneração dos títulos da carteira de TCMF – aplicações em divida soberana de países europeus - e a redução

dos proveitos realizados em operações em moeda estrangeira, afetando sobremaneira o produto bancário, que caiu 3,1% em 2016.

Os custos administrativos, embora em menor grau, continuaram a cair, refletindo uma maior eficiência em custos e melhor eficiência operacional: menos 1,7% em 2016.

Do efeito conjugado das variáveis anteriores, os rácios cost-to-income subiram ligeiramente - cerca de 1,1 p.p. - e os resultados líquidos de amortizações, imparidades e impostos fixaram-se em 344 Mil contos, menos 6,7% do que no ano anterior. O ROE e o ROA fixaram-se, respetivamente, em 6,7% e 0,4%, ligeiramente abaixo dos valores atingidos em 2015.

Digno de nota, porém, é a redução do crédito vencido e o aumento da taxa de cobertura por imparidades - tanto do crédito, como do crédito e obrigações - bem como o reforço da situação líquida do banco. Com efeito, o crédito e juros vencidos decresceu 785 Mil contos, o que se traduz num rácio de crédito vencido sobre crédito total de 13,8% contra 15,9% em Dezembro de 2015, com o nível de cobertura das imparidades a crescer, representando estas últimas 71,5% do total do crédito vencido em 31 de Dezembro de 2016.

Após 5 anos consecutivos de uma conjuntura muito adversa, estes resultados só foram possíveis devido à mobilização, profissionalismo e dedicação dos quadros diretivos do Banco e das suas equipas, pelo que lhes é devido, nesta sede, o merecido reconhecimento e agradecimento. Estamos certos de que continuaremos a contar com a dedicação e profissionalismo dos nossos quadros, na superação dos desafios que temos pela frente.

Nesta oportunidade, em nome do Conselho de Administração do BCA, também manifestamos o nosso agradecimento e apreço a todos os Acionistas, à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, ao Auditor Externo, ao Banco de Cabo Verde, à Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, à Bolsa de Valores, por toda a colaboração e competência prestada no acompanhamento da gestão corrente do Banco.

Aos Clientes, que são a nossa razão de ser, agradecemos o privilégio da sua confiança e reiteramos todo o nosso empenhamento na satisfação das suas expectativas na relação com o BCA, através do reforço da nossa proximidade e da disponibilização de produtos e serviços compatíveis com as suas preferências, interesses e necessidades, reforçando laços de fidelização, na base da confiança, respeito e interesses recíprocos.

5 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

5.1 – INTERNACIONAL

De acordo com " World Economic Outlook" – WEO de 16 de janeiro de 2016, o crescimento global para 2016 é estimado em 3,1 % em linha com a previsão de outubro de 2016. A atividade económica nas economias avançadas e economias emergentes e em desenvolvimento deverá acelerar em 2017 e 2018, com o crescimento global projetado para 3,6% em cada ano.

Prevê-se que as economias avançadas cresçam 1,8%, 1,9%, 2% em 2016, 2017 e 2018, respetivamente. Conforme observado, esta previsão é particularmente incerta à luz de possíveis mudanças na orientação política dos Estados Unidos sob a nova administração. No entanto as últimas projeções conhecidas para os Estados Unidos apontam para um crescimento de 2,3 % em 2017 e 2,5 % em 2018.

As projeções de crescimento para 2017 também foram revistas para cima para a Alemanha, Japão, Espanha e Reino Unido, principalmente devido a um desempenho mais forte do que o esperado durante a última parte de 2016.

O principal fator subjacente ao fortalecimento da perspetiva global para 2017/2018 é, no entanto, a recuperação projetada no crescimento das **economias emergentes e em desenvolvimento**. Conforme discutido na WEO de outubro, esta projeção reflete, em grande medida, a gradual normalização das condições em várias economias de grande porte que atualmente estão enfrentando tensões macroeconómicas. O crescimento é estimado atualmente em 4,2% em 2016, e deverá alcançar 5,1% para 2017 e 2018, respetivamente.

De acordo com a WEO de janeiro, a previsão de crescimento para 2017 da China é de 6,5% (6,6% em 2016), o que reflete uma desaceleração em relação a 2015. No entanto, a dependência contínua das medidas de estímulo às políticas, com a rápida expansão do crédito e a lentidão no tratamento da dívida das empresas, especialmente no endurecimento das restrições orçamentais das empresas estatais, aumenta o risco de um abrandamento mais acentuado. Esses riscos podem ser agravados pelas pressões de saída de capital, especialmente em um ambiente externo mais instável.

No que tange à Zona Euro, mercado de maior influência para Cabo Verde, os dados finais indicam uma ligeira desaceleração da economia, com o Produto Interno Bruto a recuar 0,4pp em 2016, atingindo 1,6%, devido a

eventualmente à queda das expetativas dos agentes económicos perante o (BREXIT1), e a emergência dos nacionalismos.

Para 2017 manter-se-á estagnada, embora alguns países deverão apresentar crescimentos, nomeadamente a Alemanha 1,7% em 2016 (1,5% em 2015) e a Itália 1% em 2016 (0,7% em 2015).

Para Portugal, segundo as contas do 4º trimestre, o PIB terá crescido acima das expetativas o que permite admitir que durante o ano crescerá 1,4% que é 0,2pp acima da taxa prevista.

De acordo com o Banco de Portugal, a dívida pública portuguesa atingiu EUR 241,8 mil milhões em Novembro (ou EUR 223,7 mil milhões, excluindo os depósitos da Administração Central). Este registo resulta de uma diminuição mensal de EUR 1,3 mil milhões, sobretudo em função do reembolso antecipado ao FMI (de EUR 2,1 mil milhões) registado em novembro 2016.

No quadro que se segue apresenta-se alguns indicadores macroeconómicos internacionais:

Evolução dos Indicadores

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2015	2016p	2015	2016p	2015	2016p
EUA	2,6%	1,6%	0,1%	1,2%	5,3%	4,9%
Zona Euro	2,0%	1,7%	0,0%	0,2%	10,9%	10,3%
Portugal	1,6%	1,4%	0,5%	0,6%	12,4%	11,6%
Alemanha	1,5%	1,7%	0,1%	0,5%	4,6%	4,6%
Japão	1,2%	0,9%	0,8%	-0,2%	3,4%	3,2%
Economia Emergente	4,1%	4,1%	4,7%	4,5%	9,6%	nd
Brasil	-3,8%	-3,5%	10,7%	7,2%	8,3%	10,9%
Russia	-3,7%	-0,6%	15,5%	7,2%	5,6%	5,8%
Ásia Emergente	6,5%	6,3%	2,8%	nd	nd	nd
India	7,6%	6,6%	4,9%	5,5%	nd	nd
China	6,9%	6,7%	1,4%	2,1%	4,1%	4,1%
África Sub-sahariana	3,4%	1,6%	6,9%	7,3%	nd	nd
Economia Global	3,2%	3,1%	2,8%	2,9%	nd	nd

Fontes: OGE

WEO-Word Economic Outlook Update -janeiro 2017

[1] No dia 23 de Junho o Reino Unido decidiu, em referendo, abandonar a União Europeia, gerando uma onda de incerteza na economia mundial. Os impactos esperados são negativos tanto para o Reino Unido, a própria União Europeia como para a economia global.

5.2 – NACIONAL

5.2.1– Dados Gerais

De acordo com o orçamento Geral de estado (OGE) para 2016 e aprovado em Agosto de 2016, é expetável que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça em 2016 no intervalo [3,5% 4,5%] e suportado pelo aumento da procura externa; aumento dos investimentos públicos e privados; pela melhoria nas transferências privadas (remessas de emigrantes) e oficiais; pela maior produtividade dos fatores nos diferentes sectores; pela melhoria no acesso ao crédito e variação dos preços internacionais e nacionais.

A Inflação deverá situar-se entre [0,2% e 1,2%] em 2016, reflexo dos efeitos desfasados da evolução dos preços das matérias-primas e o impacto da produção agrícola.

No Sector Externo haverá uma melhoria na dinâmica da atividade económica mundial externa dirigida à economia nacional e exportações de serviços ligados ao turismo. Em 2016 as reservas externas deverão ficar acima de 5 meses da importação de bens e serviços.

O Stock da dívida do governo central em Percentagem do PIB aumentou desde 2009, cerca de 51,6.p.p do PIB. O risco da dívida, medido através do rácio do seu valor atual/PIB, é alto e deverá atingir 123,7% em 2016.

Os riscos orçamentais poderão ser agravados pela evolução das receitas fiscais abaixo do previsto, tendo em conta alguns fatores, nomeadamente a evolução da atividade económica face à previsão de crescimento [3,5% - 4,5%], a eficiência tributária, a não concretização dos contratos de concessão de infra estruturas impactando a execução da rubrica "Outras Receitas"; a não realização de donativos previstos e, por fim, o atraso no desembolso de empréstimos externos, com impacto na execução do programa de investimento público.

Para 2017, no Orçamento de Estado, prevê-se uma taxa de crescimento do produto interno bruto de 5,5%, sustentado, do lado da Procura, pelo consumo, pelo investimento privados e pelas exportações líquidas, e do lado da Oferta, pelo crescimento do sector terciário. A inflação deverá ficar no intervalo de 0,2% a 1,2%.

Segue-se a evolução de alguns indicadores económicos da economia nacional nos últimos dois anos.

Indicadores Macroeconómicos Nacionais

Indicadores	Unidades	Previsão	
		2015	2016
PIB Real	%	1,5	[3,5 4,5]
Rácio Dívida Pública	% do PIB	120,3	123,7
Câmbio Médio Anual	USD/CVE	101,5	104,6
Inflação	Variação média Anual	0,1%	[0,2 1,2]
Desemprego	%	12,0	9,0
Massa Monetária	Variação Anual %	5,9	4,0
Reservas Cambiais	Meses de Importações	5,2	5,0
Crédito à Economia	Variação	2,0%	2,9

Estatistica BCV - 3º trimestre.

OGE - Orçamento Geral Estado 2016; NBR _Economia Global Weekly

5.2.2 – Sistema Financeiro

O Banco de Cabo Verde – BCV durante o ano de 2016, no intuito de aproximar cada vez mais a supervisão bancária nacional às melhores práticas internacionais, colocou em consulta pública vários avisos, nomeadamente o aviso sobre a constituição do Fundo de Garantia de Depósitos, os avisos sobre Fundos Próprios, TIER 1, Rácio de Solvabilidade e Riscos das Instituições Financeiras. Com essas publicações o BCV pretende que Cabo Verde fique alinhado com os parâmetros fixados por Basileia II e III. Em consequência da entrada em vigor de três dos quatro avisos referidos, antevê-se que para 2017 o montante mínimo para o Rácio de Solvabilidade exigido aos bancos comerciais passará de 10% para 12%, tudo isto num contexto mais alargado que aponta para a necessidade de os bancos se capitalizarem acima dos seus atuais níveis de fundos próprios.

Num ano de recuperação ainda lenta do crescimento económico, de baixas pressões inflacionistas e de ausência de pressões iminentes e significativas na balança de pagamentos, o Banco de Cabo Verde prosseguiu com a sua política de afrouxamento monetário implementada desde 2015, e cujo objetivo era maior eficácia da política monetária e, ao mesmo tempo, dinamizar o mercado e favorecer o crescimento económico, salvaguardando a estabilidade cambial e de preços.

Durante o ano de 2016 foram emitidos e publicados vários avisos e legislações regulamentares:

- Aviso nº1/2016 – Estabelece os princípios e regras de gestão de riscos e controlo interno das seguradoras.
- Aviso nº 2/2016 – Aprova a tabela de comissões de mediação e de cobrança.
- Aviso nº3/2016 – Estabelece os valores mínimos de comissões.

- Avisos nº 4 a 15/2016 – Regulamentam a Lei nº 83/VII/2015, que estabelece o regime jurídico das atividades das microfinanças e respetivas instituições, sobre diversas matérias:
- Aviso nº16/2016 **–** Bancos de Transição no âmbito da intervenção pública para gestão de crises bancárias, consiste na aplicação de uma medida de resolução mediante a transferência parcial ou total da atividade dos bancos para bancos de transição.

5.2.3 – BCA no Sistema

O sector financeiro cabo-verdiano continua cada vez mais competitivo e concorrencial, com oito bancos comerciais e seis bancos off-shores a operarem no mercado em 2016.

Não obstante o contexto adverso, o BCA mantém a sua posição de liderança no sector bancário cabo-verdiano e preserva o título de banco de referência e de confiança dos cabo-verdianos, destacando a quota de mercado, tanto em termos de Créditos de 36,3% (dados de novembro 2016) e 39,2% em termos de Depósitos (dados de setembro de 2016). Em termos de cobertura nacional o BCA manteve a sua rede de balcões em 34, com realce para a existência de quatro Gabinetes Empresas.

Em 2016 o Banco continuou a sua forte aposta nos meios de pagamentos eletrónicos, com a produção de Cartões Vint4 a representar 39% de toda a produção da rede, um aumento de 1.038 cartões (3%), em relação às emissões de 2015, mas muito aquém do aumento da produção da rede que foi de 13%.

Em relação aos cartões ativos em circulação, a 31 de dezembro de 2016 o BCA contava com 70.410 unidades (67.280 unidades em 2015), representando uma quota de mercado de 35%.

O BCA produziu ainda 995 cartões de crédito VISA, sendo 758 renovações ou substituições e 237 novas emissões. A 31 de dezembro o total de cartões de crédito Visa ativos do banco era de 1.805 unidades. O Produto Visa Pré-pago, BCA Visa Flex, continua sendo o cartão BCA Visa de maior colocação em 2016, com 3.353 cartões, perfazendo um total acumulado de 5.081 cartões.

6 – VISÃO ESTRATÉGICA

As perspetivas de relativa estabilidade da envolvente internacional e de melhoria da envolvente nacional, a par da aceleração do ritmo de aproximação da supervisão nacional do BCV aos padrões internacionais, configuram o quadro em que o BCA deve ajustar a estratégia gizada em 2013.

Neste contexto, a atuação estratégica do BCA continua a passar pelos vetores seguintes:

1. Objetivos Estratégicos Finais:

a. *Aumento da **Rentabilidade do Negócio** através:*

I. *Da melhoria da **Margem Financeira** das operações de crédito*
II. *Do aumento da **Taxa de Transformação***
III. *De um maior contributo da **Margem Complementar***

b. *Redução do **Cost-to-Income**, pela via:*

I. *Do aumento do **Produto Bancário***
II. *De melhorias na **Eficiência Técnica e Operacional***

c. *Reforço da Solvabilidade assente*

I. *Numa **Política Comercial** atenta ao risco e ao consumo de capital das operações*
II. *Numa prudente **Política de Dividendos***

2. Objetivos Estratégicos Instrumentais

a. *Crescimento da **Carteira Normal,** pela via:*

I. *De uma maior **Proatividade Comercial**, sem prejuízo da ponderação do risco e do consumo de capital das operações*
II. *Da melhoria da **Qualidade do Atendimento** nos balcões*
III. *De melhores **Articulações Funcionais** entre a rede comercial (balcões) e os serviços centrais*
IV. *Da redução do **Tempo de Resposta** aos clientes internos e externos*

b. *Redução da **Carteira em Incumprimento**, através:*

I. *De uma particular atenção aos **Primeiros Indícios de Incumprimento***

II. *De **Reestruturações** mais Sustentáveis*
III. *De uma melhor **Articulação Funcional** entre o GRE e o GJC*

c. *Mais **Proatividade (interna e externa)** na gestão e alienação dos ativos em carteira (dações e execuções judiciais)*

d. *Melhoria da **Eficiência Técnica e Operacional***

I. ***Melhorias Organizacionais***
II. *Controle e redução dos **Custos Operacionais***
III. *Redução do **Risco Operacional***
IV. *Melhoria do **Controle Interno***
V. ***Novos investimentos**, numa base business-case*
VI. *Qualificação dos **Recursos Humanos***

7. – ATIVIDADE COMERCIAL

7.1. – RECURSOS

A orientação para a qualidade de serviço prestado aos clientes, a inovação de produtos, o reconhecimento pelos cabo-verdianos no país e na diáspora, e a eleição do BCA pelo sexto ano consecutivo como **Marca de Confiança**, fazem do Banco uma referência no mercado bancário nacional.

Em linha com o objetivo proposto para 2016, o saldo dos Depósitos de Clientes atingiu 71,9 milhões de contos, o que representa um aumento de 5,4% em relação a 2015, e continua a demonstrar a confiança depositada na marca BCA. Esta evolução foi suportada pelo aumento dos Depósitos à Ordem em 11%, dos Depósitos de Poupança em 10,8% e dos Depósitos a Prazo de 1,3%.

O quadro que se segue ilustra a evolução dos Recursos de Clientes:

Recursos de Clientes

(mil contos)

Modalidades	2015	2016	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos	**68.238**	**71.930**	**3.692**	**5,4%**
Depósitos à Ordem	25.382	28.184	2.802	11,0%
Depósitos a Prazo	39.266	39.770	504	1,3%
Depósitos de Poupança	3.590	3.976	386	10,8%

Por segmento de clientes, os Depósitos no BCA pertencem, na sua maioria, a clientes Particulares com um peso de 81,5% (80,4% em dezembro 2015), traduzindo um acréscimo de 6,8%. Os depósitos de empresas diminuíram ligeiramente em relação a 2015. Os Depósitos Totais de Emigrantes representam 49,4% do total da Carteira de Depósitos do BCA e cresceram 4,8% em relação a dezembro de 2015.

Depósitos de Clientes por Modalidades

(mil contos)

Modalidades	2015	2016	Variação Absoluta	Variação Relativa
Depósito à Ordem				
Residentes	17.559	18.456	897	5,1%
Emigrantes	5.506	6.708	1.202	21,8%
Não Residentes	2.316	3.019	703	30,3%
Total	**25.382**	**28.184**	**2.802**	**11,0%**
Depósito a Prazo				
Residentes	11.927	13.379	1.452	12,2%
Emigrantes	28.457	28.876	419	1,5%
Não Residentes	2.472	1.491	-981	-39,7%
Total	**42.856**	**43.746**	**890**	**2,1%**
Total de Depósitos	**68.238**	**71.930**	**3.692**	**5,4%**

Depósitos de Clientes por Segmento

(mil contos)

Segmentos	2015	2016	Variação Absoluta	Variação Relativa
Empresas				
Depósitos à Ordem	10.276	10.265	-11	-0,1%
Depósitos a Prazo	3.085	3.036	-49	-1,6%
Total	**13.361**	**13.301**	**-60**	**-0,5%**
Particulares				
Depósitos à Ordem	15.105	17.918	2.813	18,6%
Depósitos a Prazo	36.181	36.735	554	1,5%
Depósitos de Poupança	3.590	3.976	386	10,8%
Total	**54.876**	**58.629**	**3.753**	**6,8%**
Total de Depósitos	**68.238**	**71.930**	**3.692**	**5,4%**

7.2. – CRÉDITO

7.2.1 – Condicionantes da Atividade do Crédito

O início do ano de 2016 foi marcado pelas incertezas em torno das três eleições realizadas e que traduziram-se em alguma aversão ao risco entre os investidores. Porém, nos dois últimos trimestres do ano registou-se uma melhoria progressiva, embora lenta, das condições do mercado, com impacto na atividade bancária, com o crédito em incumprimento no BCA a acusar um decréscimo de 13% em relação a 2015. A concessão de créditos novos no BCA decresceu 0,9% face ao ano anterior, e foi condicionada em parte pelos poucos projetos financiáveis, devido ao excesso de endividamento quer de empresas, quer das famílias.

Neste contexto, o BCA, decidiu aumentar em mais um milhão de contos a linha de crédito para PME lançada em setembro de 2014, perfazendo um total de 3 milhões de contos, com taxas ainda mais atrativas e cujo impacto se verificou no aumento de 44,1% (+463,2 mil contos) das novas operações realizadas neste produto ao longo do ano de 2016. Manteve-se a preocupação na minimização dos riscos existentes, procurando-se sempre e em linha com as orientações estratégicas, proteger a rentabilidade do Banco. Espera-se para 2017, com a recuperação gradual dos parceiros económicos internacionais, uma melhoria no crescimento da economia nacional no geral.

7.2.2 – Análise do Crédito Concedido

O total de novos financiamentos concedidos em 2016, incluindo os créditos reestruturados, atingiu aproximadamente 8,3 milhões de contos, inferior a 2015 em -5,9% (-523 mil contos) com o crédito concedido

às empresas durante o ano a diminuírem 8%, se comparado ao ano de 2015. De referir que a diminuição se deve à queda no montante reestruturado, visto que as produções novas de créditos às empresas aumentaram 0,9%. Nos particulares, o decréscimo foi de 2,3%. Os créditos para Habitação Própria Permanente aumentaram 2% contra uma queda de 32% nos créditos Habitação para Arrendamento, subsegmento com maior risco de incumprimento.

Durante o ano de 2016 foram aprovados 33 créditos Leasing no montante de 183,6 mil contos, dos quais 26 foram contratados, num total de 164,2 mil contos. Quanto ao Factoring ou Cessão Financeira foi autorizado um novo contrato no valor de 57,7 mil contos.

Ao longo de 2016 foram renegociados/reestruturados 143 créditos, sendo que para 13 destes foram apenas alargados os prazos de utilização ou de amortização e 130 foram reescalonados.

O quadro seguinte mostra a evolução do crédito novo por segmentos de clientes.

Crédito Concedido inclui reestruturados por Segmento Clientes

(mil contos)

Segmentos	2015	2016	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2015	2016
Empresas	**5.619**	**5.172**	**-447**	**-8,0%**	**63,1%**	**61,7%**
Curto Prazo	2.104	2.692	588	27,9%	23,6%	32,1%
M/LPrazo	3.515	2.480	-1.035	-29,4%	39,5%	29,6%
Particulares	**3.285**	**3.210**	**-76**	**-2,3%**	**36,9%**	**38,3%**
Habitação Propria	959	977	19	2,0%	10,8%	11,7%
Arrendamento	166	113	-53	-32,0%	1,9%	1,3%
Crédito ao Consumo	2.161	2.120	-42	-1,9%	24,3%	25,3%
Total Crédito Concedido	**8.904**	**8.382**	**-523**	**-5,9%**	**100,0%**	**100,0%**

7.2.3 Análise da Carteira de Crédito

O saldo da carteira de Crédito Vivo, sem os créditos titulados às empresas, ascendeu a 32,7 milhões de contos, um aumento de 2,4% (778 mil contos) comparativamente ao ano anterior. A evolução favorável no stock de crédito às empresas em 5,7% é reflexo do aumento das operações novas, principalmente do crédito de médio e longo prazo. Nos Particulares, apesar do aumento de 3,6% nos créditos para outros fins, a variação registada no crédito para Habitação para Arrendamento em -6,7% contribuiu para que o saldo total dos particulares recuasse marginalmente em 0,1%.

Carteira de Crédito Vivo por Segmentos

(mil contos)

Segmentos	2015	2016	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2015	2016
Empresas	**13.836**	**14.623**	**787**	**5,7%**	**43,2%**	**44,6%**
Curto Prazo	1.280	2.004	724	56,6%	4,0%	6,1%
M/LPrazo	12.556	12.618	63	0,5%	39,2%	38,5%
Particulares	**18.176**	**18.166**	**-9**	**-0,1%**	**56,8%**	**55,4%**
Habitação Própria	11.982	11.952	-30	-0,3%	37,4%	36,5%
Arrendamento	1.960	1.828	-132	-6,7%	6,1%	5,6%
Crédito Consumo	4.234	4.387	153	3,6%	13,2%	13,4%
Total do Crédito Vivo	**32.011**	**32.789**	**778**	**2,4%**	**100,0%**	**100,0%**

Incluindo os Crédito e Juros Vencidos, os Proveitos a Receber e as Obrigações Públicas e Privadas, a Carteira de Crédito Total a Clientes aumentou 2,2% face ao período homólogo. O saldo das obrigações públicas e privadas retraiu-se em 78 mil contos, justificado pela liquidação das prestações de algumas obrigações.

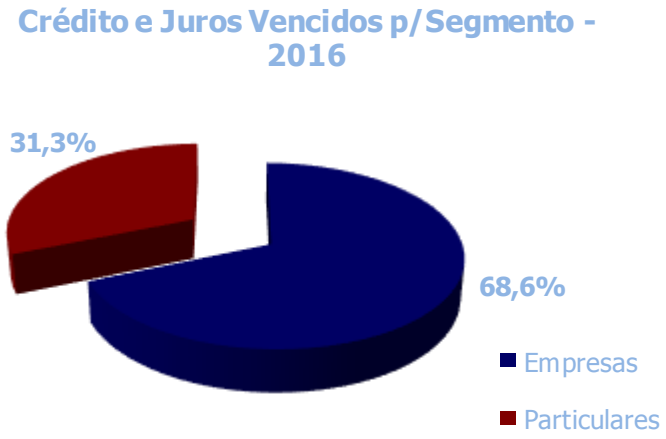
Carteira de Crédito a Clientes

(mil contos)

Crédito	2015	2016	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito Vivo	**32.011**	**32.789**	**778**	**2,4%**
Curto Prazo	1.712	2.490	778	45,5%
Médio e Longo Prazo	30.300	30.299	-1	0,0%
Crédito e Juros Vencidos	**6.050**	**5.265**	**-785**	**-13,0%**
Obrigações Públicas/Privadas	**3.548**	**3.470**	**-78**	**-2,2%**
Titulos da Divida Publica	**6.809**	**7.915**	**1.106**	**16,3%**
Proveitos a Receber	**274**	**301**	**28**	**10,1%**
Receitas c/Rendim. Diferido	**-244**	**-234**	**10**	**-4,3%**
Carteira de Crédito Total	**48.448**	**49.507**	**1.058**	**2,2%**

Devido ao esforço acrescido na gestão prudente do risco, da adoção de medidas preventivas, do acompanhamento permanente dos clientes com maiores exposições com vista à otimização da qualidade da carteira de crédito, o crédito em incumprimento atingiu 5,2 milhões de contos, e representa uma quebra homóloga de 13%, muito superior ao projetado no orçamento para 2016.

O decréscimo do Crédito Vencido ocorreu quer no segmento Empresas, a uma taxa de 12,5%, quer nos Particulares em 13,9%. A representatividade de cada segmento em 2016 encontra-se no gráfico seguinte.



O saldo acumulado da Imparidade de Crédito, que inclui a imparidade para as obrigações das empresas privadas, atingiu 3,8 milhões de contos, traduzindo uma variação de -5,1% e -203 mil contos.

8 –OUTRAS ATIVIDADES

8.1 –RECURSOS HUMANOS

Em 31 dezembro 2016 o Quadro do Pessoal apresentava um total de 453 colaboradores no ativo, sendo 396 do quadro efetivo e 57 contratados a termo certo. Contava, ainda, com 164 reformados e 9 colaboradores em situação de inatividade (6 em licença sem vencimento, 1 em serviço público e 2 por doença). Durante o ano de 2016 foram admitidos 25 novos colaboradores.

Distribuição dos Colaboradores

	ACTIVOS 2015	ACTIVOS 2016		INACTIVOS 2015	INACTIVOS 2016
Quadro Permanente	382	396	Aposentados	162	164
Contratos a Prazo	50	57	Desvinculados/Indeminizados	2	5
			Comissão de Serviço	0	0
			Licença	13	6
			Ausência por Doença	0	2
			Ausência Outros Motivos	0	1
TOTAL	**432**	**453**	**TOTAL**	**177**	**178**

As Mulheres correspondiam a 64% e os Homens a 36% do total dos colaboradores no ativo.

No que refere à distribuição por Grupos Funcionais, 44,1% dos colaboradores desempenhavam funções técnicas, 22,1% exerciam cargos de chefia, 15,9% funções auxiliares e de apoio, 10,8% eram Multifunções e 7,1% executavam funções administrativas.

Verifica-se um aumento da percentagem dos colaboradores detentores de Licenciatura, passando a 45,7% do total do efetivo. Constata-se ainda que 28,9% dos colaboradores detinham o Ensino Secundário, 16,6% o Ensino Básico, 2,2% o Ensino Superior Politécnico e 6,6% o Ensino Técnico – Profissional.

Habilitações Literárias

	2015 Quant.	2015 %	2016 Quant.	2016 %
Ensino Básico	77	17,8%	75	16,6%
Ensino Secundário	126	29,2%	131	28,9%
Ensino Técnico Profissional	26	6,0%	30	6,6%
Ensino Superior Politécnico	13	3,0%	10	2,2%
Ensino Superior Universitário	190	44,0%	207	45,7%
TOTAL	**432**	**100%**	**453**	**100%**

Formação e Capacitação Profissional

Ao longo de 2016 o BCA investiu em 33 ações de formação atingindo um total de 773 participantes, com uma carga horária total de 6.561 horas. Foram realizadas formações em várias áreas, das quais destacam-se as seguintes: Atendimento, Qualidade de serviço e Proatividade comercial; *Workshop* – Ferramenta de mitigação de riscos e financiamento de projetos; Encerramento de contas – Aplicação do novo CIRPC; Impostos diferidos – Efeitos contabilísticos e fiscais; Arquivo e gestão documental; Gestão do tempo – organização pessoal para a produtividade; Elaboração, avaliação e financiamento de projetos de investimentos; *Risk Management in Banking, Foundation Level; Workshop* sobre Prevenção, lavagem capitais e financiamento do terrorismo; Desenvolvimento de mercados de capitais; Sustentabilidade & Responsabilidade Social.

Deve-se destacar o grande investimento feito em "Atendimento, Qualidade de Serviço e Proatividade" abrangendo, praticamente, todos os colaboradores da área comercial e suporte operacional, visando o reforço de competências no atendimento e proatividade comercial.

De entre as ações de formações realizadas, trinta foram no país, sendo cinco (*In* empresa) abrangendo 263 colaboradores, com uma carga horária de 794 horas, enquanto (out empresa) realizaram-se 25 ações abrangendo 506 colaboradores, com uma carga horária de 5.620 horas.

Relativamente ao exterior, participaram quatro colaboradores em três ações de formação na Caixa Geral de Depósitos e ATTF- Luxemburgo em áreas como Compliance – *Filtering e Profiling, Workshop* for CGD *Group Compliance Officers* e ainda *Risk Management in Banking, Foundation Level* com carga horária de 147 horas.

Comparativamente ao ano 2015 registou-se um aumento em termos do investimento global em cerca de 42%, com realce para um aumento da carga horária.

Durante o ano de 2016 foram proporcionados 6 estágios profissionais, sendo 1 convertido em contrato a prazo. Convém realçar que dos 39 estágios proporcionados em 2015, vinte e dois foram convertidos em contratos a prazo em 2016 e cinco prosseguiram estágios em 2016, mantendo o BCA o papel de parceiro do desenvolvimento do país na criação do emprego, sobretudo na camada jovem.

Ao longo do ano, o banco comparticipou na formação de seis colaboradores em Licenciaturas e formação em língua Inglesa.

Apoio Social aos Trabalhadores

Durante o ano de 2016 os colaboradores do Sistema Privativo de Segurança Social do Banco e reformados, bem como os seus agregados familiares, beneficiaram, no País, de exames clínicos de diagnóstico, consultas de clínica geral e de especialidade, fornecimento de próteses oculares, estomatológicas, tratamentos de enfermaria, cirurgias e internamentos hospitalares.

No âmbito do protocolo existente entre o BCA e os SAMS - Serviços de Apoio Médico e Social dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, de Portugal – foram emitidos 129 Termos de Responsabilidade (TR) e oito Autorizações Prévias (AP), totalizando 696 tratamentos efetuados a colaboradores (consultas, exames médicos, análises clínicas, intervenções cirúrgicas e internamentos hospitalares).

Ocorreram seis evacuações para o exterior de beneficiários do Sistema Privativo, sendo um com acompanhante. O Banco continua a suportar os custos com um evacuado e acompanhante cuja evacuação ocorreu desde 2007.

Os Custos com a assistência médica – medicamentosa no País ascenderam ao montante 31 mil contos.

O Banco continuou a apoiar os seus colaboradores e reformados através da política de concessão de créditos, nomeadamente para aquisição ou construção de habitação própria permanente e abonos fiscais. Foram concedidos adiantamentos de vencimento para educação, saúde, encargos extraordinários, reparações e benfeitorias de habitação e aquisição de viatura própria.

8.2 – ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL

Planeamento e Controlo Gestão e Contabilidade

A Divisão de Planeamento e Controle de Gestão – DPG continuou na busca do aperfeiçoamento da qualidade da informação de gestão fornecida à Comissão Executiva do Banco, com a implementação no final do ano de 2015 de um software de Gestão e Orçamento, que passou a fornecer informações mais rápidas e fiáveis. Visando cumprir todas as solicitações, quer do Supervisor do Sistema Financeiro, quer do principal acionista, foram desenvolvidos esforços acrescidos para a elaboração e produção atempada de informações estatísticas, prudenciais e contabilísticas a enviar mensalmente ao Banco de Cabo Verde, para efeitos de supervisão, e ao principal acionista do Banco, para efeitos de consolidação e acompanhamento.

Foram também desenvolvidos esforços, junto das Entidades Fiscais, tendo em vista o esclarecimento de vários aspetos ligados à fixação da matéria coletável do Banco.

Internacional

A área internacional continua a ser uma das grandes prioridades do banco, sobretudo nos países onde a comunidade cabo-verdiana tem presença expressiva, e\ o Banco tem adotado uma estratégia de Internacionalização seletiva para responder às necessidades da diáspora e dos operadores comerciais.

Com o propósito de aprimorar os serviços, tem-se revisto periodicamente os acordos preferenciais com outras instituições financeiras internacionais, aproveitando o acesso à vasta rede internacional do Grupo Caixa Geral de Depósitos para a concretização das operações dos clientes nos mais distintos mercados.

Relações com Bancos Correspondentes

A rede de correspondentes do BCA tem permitido a manutenção e em alguns casos a melhoria das condições oferecidas para a execução do negócio a nível internacional, procurando garantir a cobertura dos principais mercados no mais curto espaço de tempo e a custos mais económicos.

Em 2016 o BCA possuía uma rede de 25 correspondentes, abrangendo 17 países e múltiplas operações em moedas tais como USD, EUR, CHF, GBP, CAD, DKK, SEK, NOK, JPY, ZAR.

Durante o ano de 2016 alguns correspondentes solicitaram o encerramento de relações com o BCA, justificando esta medida, fundamentalmente, pelo custo da manutenção da conta, não compensada pelo volume de operações, a saber:

- Citibank Senegal NA, Dakar, em moeda XOF;
- Comerzbank AG, Alemanha, em moeda EUR;
- BNP Paribas, França, em moeda EUR.

Nestes termos procedeu-se a algum desvio de operações para outros correspondentes, com o intuito de se fortificar as relações com os mesmos, procurando não comprometer a qualidade do serviço prestado aos clientes.

O BCA terminou o ano com uma rede de correspondentes SWIFT em número de 204, o que permite dar cobertura às pretensões dos clientes ao nível do negócio internacional.

Neste ano, a área Internacional foi contactada pelos seguintes organismos Internacionais:

- FMI, com o objetivo de analisar a evolução económica do país;

- INTL FCStone/visita do seu Vice-Presidente, no sentido de conhecer o Banco e reforçar as relações comerciais;
- Banco Mundial para perceber o impacto das políticas monetárias no crescimento da economia;
- Bankers Almanac para atualização do lay-out da página.

Verificaram-se ainda as seguintes atividades:

- Assinatura do contrato com o Bank of China – Sucursal de Macau para operações comerciais em USD e EUR;
- Abertura de uma conta no BNU-Banco Nacional ultramarino - Macau para operações comerciais em RMB;
- Contactos com a SWIFT - para apresentação dos seus novos produtos.

Gestão da Liquidez

A gestão da liquidez do Banco foi orientada no sentido do cumprimento rigoroso dos seguintes princípios básicos:

- Definição e aprovação de estratégias para a gestão de liquidez
- Controlo da gestão de liquidez em diversas moedas
- Definição de Planos de contingência

A gestão dos excedentes de fundos tem privilegiado a rentabilização máxima das disponibilidades, procurando sempre minimizar os riscos de liquidez, de mercado e cambial.

Manteve-se a aposta na correta identificação das várias oportunidades de negócio, no controlo dos ativos líquidos e na aceleração do processo de transformação em divisas de notas estrangeiras captadas no país.

Durante o ano de 2016 o Banco continuou com excesso de liquidez, o que fez com que se procurasse a sua rentabilização tanto no mercado nacional como internacional.

A estrutura da carteira de aplicações a 31 de dezembro 2016 está explanada no quadro seguinte, tendo registado uma variação negativa de -5,5% e -1.727 mil contos face a 31 de dezembro de 2015.

Carteira Aplicações Acumuladas

(mil contos)

	2015	2016	Variação Absoluta	Variação Relativa
Mercado Monetário Nacional	**16.632**	**15.005**	**-1.627**	**-9,8%**
Aplicações no BCV - Overnight	15.350	14.000	-1.350	-8,8%
Outras Aplicações BCV (TIM)	1.000	738	-262	-26,2%
Outras Aplicações BCV (TRM)	282	267	-15	-5,3%
Mercado Capitais - Titulos da Divida Pública	**10.727**	**11.385**	**658**	**6,1%**
Aplicações nos Correspondentes	**3.842**	**3.084**	**-758**	**-19,7%**
TOTAL	**31.201**	**29.474**	**-1.727**	**-5,5%**

Contribuíram para esta diminuição o saldo das aplicações nos correspondentes e no mercado monetário nacional, com destaque para aplicações no BCV, com variações de -19,7% e -8,8%, cerca de -758 mil contos e -1.350 mil contos, respetivamente.

As taxas de juros dos TIM's e TRM's mantiveram-se nos mínimos de 0,3125%, apenas 1/16 acima da taxa de absorção de liquidez do Banco de Cabo-Verde, que desde fevereiro de 2015 está fixada em 0,25%. As taxas dos Bilhetes de Tesouro registaram um revés negativo, tendo alcançado 0,5%, e as Obrigações do Tesouro foram negociadas a taxas inferiores a 4,5%, o que revela uma diminuição face aos anos anteriores de -0,25%.

Mercado de Capitais

BCA - Intermediário Financeiro

Em 2016, o BCA como intermediário financeiro manteve uma intervenção ativa, com destaque para o Mercado da Dívida Pública, uma vez que o mercado secundário permanece pouco ativo.

No mercado primário de Títulos da Dívida Pública (Obrigações e Bilhetes do Tesouro) registaram-se 35 leilões, sendo que 14,55 milhões de contos foram colocados nos Lances Competitivos e 57,57 mil contos nos Lances Não competitivos. O BCA subscreveu 2,5 milhões de contos, representando cerca de 18,12% do total.

As ações do BCA desvalorizaram -3,33% face a 2015, tendo fechado o ano em 2.900$00.

No Mercado secundário, em 2016 o BCA foi o Banco Operador com maior volume de transações, tendo no final do ano atingido um volume de 1,3 milhões de contos, representando cerca de 96% do volume global. De notar, no entanto, que do volume global transacionado, cerca de 94% tem a ver com transações de títulos em mercado fora de Bolsa.

8.3 – GESTÃO DE RISCOS

Risco de Crédito

Do ponto de vista do crédito o mercado caraterizou-se, grosso modo, pela disputa entre os bancos comerciais na colocação de crédito de melhor qualidade, pouca dinâmica dos agentes económicos em virtude da conjuntura pouco favorável vivenciada em 2016, o que contribuiu para que os novos créditos concedidos pelo BCA não compensassem as naturais amortizações do crédito vivo, resultando em aparente estagnação da Carteira de Crédito.

Em termos organizacionais e de política de gestão de risco, vale realçar o pleno funcionamento da Comissão de Risco, órgão de suporte e de aconselhamento do Conselho da Administração, nos domínios da assunção e controlo de riscos, assim como a definição de limites de risco e de delegação de competências do BCA, no contexto da CGD. Neste âmbito, foram definidos mais dois níveis de decisão (em termos de exposição) para clientes empresas/grupos para os quais, independentemente do tipo de operação e da modalidade de garantias associadas, passou a ser necessário o parecer da DGR/CGD e/ou decisão do Conselho Alargado de Crédito da CGD.

O Banco manteve a sua política de acompanhamento permanente e de antecipação de problemas e soluções dos créditos “performing” e de procurar agir o mais rapidamente possível sobre as operações “non performing”, através de reestruturações consistentes.

No processo de recuperação, o BCA recebeu nos últimos dois anos vários imóveis em dação/arrematação, o que naturalmente elevou o risco imobiliário dos bens vindos à posse. Neste contexto, está-se a desenvolver medidas para dinamizar as vendas destes imóveis, de modo a confirmar a recuperação efetiva dos créditos.

Procedeu-se, uma vez mais, à atualização dos Fatores de Risco subjacentes ao modelo de imparidade (PI – Probabilidade Indícios, PD – Probabilidade de Default e LGD – Loss Given Default) e do estudo sobre o hair-cut a aplicar na execução de imóveis, o que conduziu a um reforço de 2%.

No âmbito Corporativo, verificou-se a deslocação a Cabo-verde de dois técnicos do núcleo de Validação de Modelos da CGD para procederem à validação do modelo de imparidade do BCA, tendo-se baseado num conjunto de testes ao algoritmo de cálculo da análise coletiva (PI, PD e LGD) e análise de elementos de caraterização da carteira de crédito e a sua segmentação. Nesta sequência, o processo de backtesting aos parâmetros do modelo de imparidade será realizado em 2017.

O Banco de Cabo Verde (BCV), enquanto entidade supervisora, esteve bastante ativo em 2016, nomeadamente através de uma "Inspeção Especial" com o propósito de validar os modelos de imparidade utilizados para o cálculo das imparidades das respetivas carteiras de crédito das Instituições Bancárias e, ainda, através da implementação do Sistema de Avaliação de Risco e Controlos (SAR), que consistiu na aplicação de um conjunto de questionários que o BCA respondeu de forma célere e pragmática.

De referir que no cumprimento do Aviso n.º2/2014, de 17 de outubro, relativo ao exercício de supervisão, o BCA procedeu à realização de testes de resistência com referência a junho de 2016, sendo que os dados e respetivas conclusões foram enviados ao BCV para devida apreciação.

De se destacar o ter-se elaborado, pela primeira vez e com referência a junho 2016, o Relatório Integrado de Risco (RIR), imprimindo-lhe uma periodicidade trimestral, o que vem proporcionando uma visão prática e sistemática da atividade do Banco.

Risco de Mercado e Liquidez

Em 2016 a liquidez continuou excedentária, refletindo a continuação do crescimento dos Recursos de Clientes e a estagnação da Carteira de Créditos. Entretanto o ritmo de crescimento dos Recursos de Clientes, principalmente o dos Depósitos a Prazo (DP), reduziu, mas sem influenciar a situação da liquidez.

A disposição do Balanço por buckets de revisão de taxas de juro dos ativos e passivos, evidenciado pela evolução dos Repricing Gap´s, continuou a demonstrar sinais de estabilidade, comparativamente aos exercícios anteriores.

O Risco Cambial foi acompanhado através dos Relatórios do Value-at-Risk, englobando toda a carteira de moedas estrangeiras, assim como através do Relatório de Risco Cambial em USD, moeda que representa mais de 80% dos Resultados de Reavaliação da posição cambial. As posições cambiais continuaram a evidenciar sinais de um bom controlo.

Durante o ano de 2016 foram elaborados os primeiros Planos de Resolução e Recuperação de 2015, que foram enviados ao BCV dentro dos prazos estipulados, assim com os Planos referentes ao próprio ano de 2016 que também deram entrada no BCV antes da data limite (30 novembro).

O ano de 2016 ficou marcado pelo aumento da colaboração entre a Direção de Gestão do Risco da Caixa Geral de Depósitos e a do BCA. Neste sentido foram implementados os questionários do Processo de Autoavaliação do Capital Interno (ICAAP), processo transversal às várias Unidades Orgânicas do BCA e que permitiu uma autoavaliação aprofundada dos principais riscos da instituição.

No âmbito do processo de alinhamento do framework de Gestão do Risco do grupo CGD, foi implementado um processo de recolha de informações para a gestão centralizada dos riscos de liquidez e de taxa de juro do balanço, processo bastante complexo, tendo em consideração a necessidade da análise e do tratamento de um volume considerável de dados.

Recuperação do Crédito em Incumprimento

O acompanhamento e a recuperação dos créditos em incumprimento é uma das preocupações importantes para os bancos comerciais. O BCA não foge à regra e desde 2011 que vem alocando colaboradores e recursos a unidades orgânicas criadas para este efeito, uma no Norte e outra no Sul. Em Outubro de 2015 o BCA criou o Gabinete de Recuperação de Créditos (GRE), na dependência direta da administração, cujo propósito é acompanhar de forma centralizada toda a carteira de incumprimento do banco e promover a sua recuperação, preferencialmente pela via negocial. São acompanhados pelo GRE todos os clientes com pelo menos uma operação em incumprimento há mais de 60 dias. Cabe, ainda, a este gabinete, propor a execução judicial, quando não for possível a recuperação pela via negocial.

Para além da alteração na sua estrutura o BCA investiu ainda em desenvolvimentos informáticos que permitiram melhorar o acompanhamento da carteira e de cada processo, passando a ser possível a cada técnico fazer informaticamente o levantamento da carteira a cada momento, bem como recolher, relativamente a cada processo, os desenvolvimentos/tentativas de recuperação/negociação efetuadas e a sua posição (no circuito de recuperação).

A criação de um gabinete de âmbito nacional com técnicos que se especializam em recuperação de operações de crédito em incumprimento, bem como o envolvimento de todas as outras unidades orgânicas na prevenção e recuperação de créditos vencidos, trouxe durante o ano de 2016 resultados visíveis para o BCA.

8.4 – COMPLIANCE

Decorrente das disposições legais e das recomendações internacionais, o BCA tem formalmente instituído uma Função *Compliance*. A gestão desta importante vertente da atividade bancária é da responsabilidade de todos os Órgãos de estrutura, sob a coordenação do Gabinete de Suporte à Função *Compliance* (GFC), que é um órgão de estrutura autónomo, na dependência direta do órgão de administração, ao qual cabe a identificação, análise, avaliação dos riscos de *compliance* e seu reporte.

Esta unidade é, também, responsável pela salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção de crimes de abuso de mercado.

Em 2016, de entre os diplomas legais e regulamentares que foram publicados, destacam-se:

- Alterações à Lei sobre a Prevenção do Crime de Lavagem de Capitais, Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril pela Lei 120/VIII/2016, de 24 de março;

- Alterações à Lei n.º 27/VIII/2013, de 21 de Janeiro pela Lei 119/VIII/2016 que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva contra o terrorismo e o seu financiamento, a qual passa a abranger também medidas contra a proliferação das armas de destruição em massa;

- Alteração e Republicação do Código de Benefícios Fiscais, aprovado pela Lei n.º 26/VIII/2013, de 21 de Janeiro e consequente retificação da Lei n.º 102/VIII/2016, de 6 de Janeiro, que altera o Código de Benefícios Fiscais;

- O Código do Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários admitidos à Negociação em Mercado Regulamentado, contendo recomendações sobre o governo das sociedades;

Destaca-se ainda a aprovação pela Lei 5/IX/2016 do Orçamento do Estado para o Ano económico 2017 o qual regula a disciplina orçamental e faz algumas alterações ao Código dos Benefícios Fiscais, ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Com o objetivo de garantir a conformidade com a legislação e regulamentação, paralelamente à divulgação interna desses diplomas, foi feita a identificação das medidas necessárias a implementar, visando a prevenção dos riscos de incumprimento dos deveres legais e regulamentares neles consagrados.

O grande desafio para 2016 foi a contratação e aquisição de ferramentas informáticos de controlo que permitirão o aumento das competências técnicas do gabinete e atualizações dos já existentes. Encontra-se ainda na fase de parametrização das regras na aplicação, sendo que perspetiva-se a sua entrada em produção no primeiro trimestre de 2017.

8.5 – ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Em 2016, procurou-se assegurar a gestão transversal dos processos da organização, em alinhamento com a estratégia definida. Analisaram-se alguns aspetos do modelo organizativo do BCA, visando a apresentação de soluções de transformação, orientadas para a maximização da eficiência organizacional. Procedeu-se também

à avaliação e reorganização de espaços, através da análise de funções/atividades e do dimensionamento de estruturas.

De destacar, ainda, as seguintes atividades especificas:

- Projeto de Gestão Documental Corporativa do BCA - deu-se seguimento ao projeto, com a deslocação, por duas vezes, de equipas da CGD ao BCA. Procedeu-se à validação do âmbito e dos pressupostos do projeto, nomeadamente o modelo de governo, o plano global do projeto (calendarização das etapas), a metodologia de implementação, ou seja a definição de requisitos de negócio e modelo organizativo, desenvolvimento e implementação da solução;

- Plano de Continuidade de Negócios (PCN) - a nível do PCN foram efetuados Testes, com o apoio de uma equipa da CGD, para comprovar a exequibilidade dos processos críticos, a operacionalidade das soluções e a disponibilidade do acesso aos sistemas de informação;

- Catálogo de Processos - foi efetuada a análise do catálogo em vigor e a execução de atualizações decorrentes das alterações a nível da Estrutura Orgânica;

- Contact Center - foi concluído o desenvolvimento dos trabalhos referentes à fase inicial (*Knowledge Base*) para apoio aos operadores;

Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI)

No âmbito da estratégia de consolidação da gestão do risco operacional e do sistema de controlo interno, considerado objetivo estratégico para o banco, a Área ROCI melhorou os níveis de serviço e os resultados alcançados, quer nos diferentes instrumentos e metodologias de gestão do risco operacional – com destaque para a autoavaliação dos riscos e controlos e os indicadores de risco – quer no domínio das ações sinérgicas entre os diferentes órgãos de estrutura na monitorização das deficiências de controlo interno, visando a sua mitigação.

8.6 – AUDITORIA E INSPEÇÃO

Durante o ano de 2016 foram realizadas várias ações de que se destacam as de auditorias presenciais a agências e a Unidades Orgânicas Centrais, bem como auditorias à distância.

Foi feito o acompanhamento ao nível do ROCI, e não só, a resolução paulatina das situações consideradas mais críticas e das sugestões para o efeito. Ainda no âmbito do ROCI, foi concluída a validação dos controlos dos macroprocessos do BCA.

8.7 – SUPORTE INFORMÁTICO

No ano de 2016 verificou-se uma forte interação com o Banco Central para o cumprimento de requisitos legais exigindo várias adaptações do sistema informático, bem como a consolidação da implementação dos trabalhos de reportes, transmitindo uma perspetiva mais abrangente, propiciando racionalização de recursos e consistência nos dados fornecidos, o que se conseguiu através da centralização dos trabalhos através de um único canal de entrada e de tratamento.

Outro tema que foi definitivamente despoletado em 2016 foi o de Arquivo Digital. Contando com o apoio da CGD desenhou-se uma solução completa para tratamento do Arquivo Digital do Banco, que vai formular todo o processo de tratamento do processo do cliente e otimizar em toda a sua amplitude o correio interno do Banco.

Como forma de suportar todas as novas plataformas mas ao mesmo tempo racionalizar os investimentos e custos de exploração, deixa-se breves notas de projetos/ processos implementados no ano em causa, especificamente para a área de suporte informático

a. Virtualização dos servidores
b. Novas tecnologias de comunicação implementada nos ATM's
c. Implementação da tecnologia MPLS nos circuitos de comunicação, propiciando o dobro da largura de banda e redução de cerca de 25% nos custos mensais
d. Implementação de um software que permite o registo dos problemas e solicitações, seu tratamento através de um fluxo inteligente e interação com o utilizador, disponibilizando dados estatísticos e informação para gestão.
e. Novo sistema de telefonia permitindo uma redução dos custos na ordem dos 25%.

8.8 – MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

A transparência e abertura para o diálogo com todos os colaboradores é um dos pilares da gestão do BCA, pois permite construir relações mais duradouras e sedimentar os valores compartilhados por todos dentro da organização, procurando assim refleti-los nos negócios do BCA.

No encontro de Quadros de 2016, que foi alargado, pela primeira vez, a todos os colaboradores do banco, foi possível estreitar-se o relacionamento com o público interno, perceber-se as oportunidades que existem para aperfeiçoar as estratégias e avançar-se na gestão de temas prioritários para o negócio. Para isso, foram realizadas atividades em quatro ilhas, envolvendo todos os Colaboradores do BCA, as chefias e os membros da Comissão Executiva.

Os comportamentos destacados pelo Campanha interna "De Nôs Manera", à nossa maneira, lançada durante o Encontro de Quadros, têm sido uma importante ferramenta para nortear o relacionamento interno e o seu reflexo junto do público externo.

Diante dos novos desafios da Gestão das Reclamações e da Provedoria do Cliente, ao longo do ano foram feitos trabalhos de melhoria dos serviços em face às reclamações e sugestões de clientes, nomeadamente de comunicação, esclarecimentos e sensibilização junto dos serviços internos e acredita-se que se está no bom caminho, sabendo que o processo de melhorias é contínuo. Metas e resultados fazem parte de uma agenda maior desenvolvida pelo BCA com o objetivo de atender cada vez melhor os clientes. Para isto vai-se continuar a investir para aprimorar serviços e reduzir falhas e o tempo de resposta às solicitações dos clientes.

Servindo uma base de clientes diversificada, que compreende clientes Empresas e clientes Particulares e dentro dos Particulares tendo os Emigrantes, os Residentes e o segmento Jovem, o BCA continua a ser o líder de mercado em todos os segmentos de clientes.

No respeitante aos produtos comercializados, no segmento Empresas, o maior esforço esteve direcionado para acrescentar valor à Linha de Crédito para as PME através do reforço da Linha em mais um milhão de contos, passando para três milhões de contos, desde a sua criação em 2014, e com isso conseguiu-se construir uma posição forte neste segmento empresas.

Em novembro o BCA marcou presença na Feira Internacional de Cabo Verde, onde procedeu-se ao reforço da campanha de promoção da Linha de Crédito para as PME.
No segmento Particulares, continuou-se a procurar o aumento da eficiência operacional por via da criação de canais alternativos e mais cómodos para os clientes, bem como por via de um relacionamento mais próximo com os mesmos.

O BCA continuou a ser o Banco de eleição do segmento Emigrantes, pelo que para além da rede de balcões e dos canais eletrónicos foram disponibilizados serviços locais, através de representantes em Portugal e nos Estados Unidos, que prestam orientações aos emigrantes que querem efetuar qualquer operação com o BCA.

No verão foram realizadas várias iniciativas junto dos emigrantes que vieram a Cabo Verde de férias, com formatos diferentes, desde jogos entre os emigrantes e os colaboradores, palestras e uma campanha de sensibilização junto dos emigrantes para a atualização dos documentos comprovativos, para que continuem a beneficiar dos benefícios ficais que o Estado lhes concede.

Responsabilidade Social

No âmbito da responsabilidade social realizou-se em 2016 a Primeira Edição do "Prémio BCA de Literatura" tendo o prémio sido atribuído ao poeta José Luiz Tavares, pela obra "Rua antes do Céu", com o valor pecuniário de 500 mil escudos cabo-verdianos. O júri realçou a elevada qualidade estética da obra.

Foi igualmente assinado uma adenda ao Protocolo celebrado entre o BCA e a Academia Cabo-verdiana de Letras - ACL em 2015, com vista à mudança do nome e do valor do Prémio, a partir de 2018, em que passará a designar-se Prémio Corsino Fortes, (Prémio BCA de Literatura), aumentando o valor do prémio para CVE 1.000.000,00 (um milhão de escudos cabo-verdianos). "Honrar a memória de Corsino Fortes e incentivar os escritores cabo-verdianos, em particular os mais jovens, a inspirarem-se na vida e obra de Corsino Fortes, poeta, político, diplomata, empresário, construtor de pontes, cidadão do mundo, são as razões da decisão de mudar o nome do Prémio BCA de literatura e de duplicar o seu valor", disse o Presidente do BCA, António de Castro Guerra, no discurso de encerramento da cerimónia de entrega do Prémio BCA de Literatura 2016.

Cumpriu-se igualmente mais uma edição das Olimpíadas da Matemática, com o patrocínio do BCA, tendo o BCA atribuído um valor pecuniário, com a abertura ou reforço da conta Poupança Jovem, aos primeiros classificados de cada categoria de ensino. Este Prémio é o reconhecimento da dedicação dos jovens cabo-verdianos aos estudos.

8.9 – MEIOS E CANAIS

BCA Directo (Internet Banking)

Em 2016 foi lançado o BCADirecto Telefone (Contact Center), que permite aos atuais e potenciais clientes interagirem com o BCA, através de um telefone ou telemóvel, tanto de forma automática, bem como através da ligação direta ao operador. Durante este ano, o canal BCADirecto Telefone funcionou apenas com a linha informativa, sendo que no futuro próximo o BCA passará a disponibilizar também a vertente transacional.

Neste mesmo ano foi também lançado o canal BCADirecto Mobile, que permite aos clientes do BCA consultar e movimentar as suas contas através de qualquer dispositivo móvel com acesso à internet, tanto através do ambiente Web Responsive, bem como através da App.

Durante o ano registaram-se mais de 8 mil novos utilizadores/aderentes ao serviço BCADirecto Multicanal (Internet, Mobile e Telefone) representando um crescimento bastante positivo de cerca de 78% em relação ao ano anterior. O Serviço BCADirecto encerrou o ano com cerca de 44 mil utilizadores ativos.

A utilização do Canal BCADirecto foi igualmente bastante positivo, sendo que foram executadas mais de 453 mil operações que requerem a movimentação de fundos, representando um crescimento de 45% face ao ano anterior e os valores transacionados ultrapassaram os 11,2 mil milhões de escudos, evidenciando um crescimento de 37% face ao ano anterior.

Automatic Teler Machine (ATM`s)

O parque de máquinas ATM's do BCA manteve-se inalterado em 2016, tendo terminado o ano com 55 ATM's instalados, na rede Vinti4, tal como no ano anterior.

Em 2016 o BCA manteve a política de instalação temporária de ATM's em locais de realização de eventos, com alto impacto em termos da imagem do BCA, tendo colocado uma máquina ATM na Feira Internacional de Cabo Verde (FIC 2016), na cidade da Praia.

Registou-se um ligeiro decréscimo nos equipamentos instalados na rede Vinti4, passando o BCA a deter uma quota de mercado de 32% (-1 p.p.). No entanto, o BCA melhorou o seu posicionamento no tocante aos valores transacionados nas máquinas ATM's instaladas na rede Vinti4, tendo terminado o ano de 2016 com uma quota de mercado de 36% (+1 p.p.) e manteve a mesma quota em relação ao volume de transações realizadas nesse canal, permanecendo nos 35%, tal como no ano anterior.

Terminais Pagamento Automático (TPA)

Em 2016, o parque de Terminais de Pagamento Automático (POS) apoiados pelo BCA continuou a crescer, tendo atingido 1.975 equipamentos instalados e ativos, o que representou um crescimento de 24% face ao ano anterior.

Manteve-se o posicionamento do BCA registado no ano transato, no tocante aos equipamentos instalados na rede Vinti4, permanecendo nos 31% de quota de mercado e manteve-se igualmente o posicionamento em relação aos valores transacionados nesse canal, permanecendo nos 27% da quota de mercado.

De realçar ainda que o BCA melhorou o seu posicionamento relativamente à quantidade de transações realizados nesse canal, pois os POS's apoiados pelo BCA realizaram cerca de 32% das transações realizadas nesse canal em 2016, representando um crescimento de 1 p.p. comparativamente ao ano anterior.

Débitos Diretos

O serviço de cobrança de faturas através de transferências bancárias – Débitos Diretos manteve a tendência de crescimento evidenciada nos últimos anos, sendo que durante o ano de 2016 foram criadas cerca de 3.500 novas autorizações de débitos, representando um crescimento de 13% face ao ano anterior.

À semelhança dos anos anteriores, este crescimento demonstra que há cada vez mais clientes a preferirem o serviço Débitos Diretos, em detrimento do pagamento das suas faturas nos balcões de atendimento das empresas prestadora dos serviços.

Máquinas de Depósitos

As Máquinas de Depósitos foram lançadas em 2015 e tiveram uma aceitação bastante positiva pelos clientes, sendo que durante o ano de 2016 foram realizados cerca de 63 mil depósitos nesse canal, totalizando 1,2 mil milhões de escudos e representando um crescimento de 56% em quantidade e 38% em valor, face ao período homólogo de 2015.

De referir que as Máquinas de Depósitos foram colocadas somente em algumas Agências do BCA, localizadas nas ilhas de São Vicente, Sal e Santiago. Essas máquinas permitem aos clientes realizarem depósitos de notas de diferentes denominações ao mesmo tempo, sendo que os valores depositados são creditados na conta beneficiária após alguns minutos.

8.10 – INVESTIMENTOS

Continuando a política de requalificação e remodelação dos seus espaços para poder servir cada vez melhor os seus clientes e colaboradores, oferecendo-lhes maior comodidade, segurança e rapidez na realização das suas operações, foram concluídas as obras de remodelações do espaço na Achada Grande – DAL, Agências Avenida e Achada Stº António na cidade da Praia, com pintura exterior e novas cores, alteração do layout dos edifícios do Plateau e da Farmácia; Remodelação nas Agências da Assomada no interior de Santiago, e as Agências do Mindelo e Fonte Filipe na ilha de S. Vicente.

No âmbito da política de reforço de segurança eletrónica do Banco, foram instalados sistemas de segurança eletrónica novos e substituição dos sistemas obsoletos.

Durante o ano de 2016 o BCA investiu 292,8 mil contos, dos quais 255,3 mil contos em Ativos Tangíveis e 37,5 mil contos em Ativos Intangíveis. Destes investimentos 160,1 mil contos ainda se encontram em curso.

Investimentos em 2016

contos

Rubricas	Montantes
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	**37.562**
OUTROS ACTIVOS TANGIVEIS	**255.266**
Imóveis	**152.393**
Equipamento	**102.873**
Mobiliário e Material	887
Máquinas e Ferramentas	1.175
Equipamento Informático	34.251
Instalações Interiores	9.261
Material de Transporte	32.880
Equipamento de Segurança	23.862
Outro Equipamento	557
Total Investimento	**292.828**

9 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

9.1 – EVOLUÇÃO DO BALANÇO

Em dezembro de 2016 o Ativo Líquido do BCA atingiu 84,5 milhões de contos, o que corresponde a um aumento de 4,6% (+3,7 milhões de contos) em relação ao valor registado em dezembro de 2015. Para esta evolução contribuíram fundamentalmente os acréscimos na rubrica Caixa e Disponibilidades no Banco Central em 184,8% e 5 milhões de contos, e nos Créditos a Clientes Líquido em 2,8% e 1,2 milhões de contos, que mais que compensaram as diminuições verificadas nas rubricas Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito, nas Aplicações em Instituições de Crédito e nos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Balanço Consolidado

(mil contos)

	2015	2016	Variação Absoluta	Variação Relativa
Activo				
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	2.754	7.845	5.090	184,8%
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	830	652	-178	-21,4%
Activos Financeiros Disponíveis p/Venda líquida	6.852	6.654	-198	-2,9%
Aplicações em Instituições de Crédito	20.487	18.123	-2.365	-11,5%
Crédito a Clientes Líquido	44.427	45.687	1.260	2,8%
Outros Activos Tangíveis Líquidos	2.129	2.176	47	2,2%
Activos Intangíveis	23	53	30	126,7%
Investimentos Filiais/Associadas/Empreend.Conjunto	309	337	28	9,2%
Activos por Impostos Correntes	895	902	7	0,8%
Activos por Impostos Diferidos	3		-3	-100,0%
Outros Activos	2.116	2.092	-24	-1,1%
Total	**80.825**	**84.520**	**3.695**	**4,6%**
Passivo				
Recursos de Outras Instituições de Créditos	776	565	-210	-27,1%
Recursos de Clientes e Outros Emprésitimos	69.097	72.703	3.605	5,2%
Provisões Passivas	5.300	5.219	-80	-1,5%
Passivos por impostos correntes	0	73		
Passivos por Impostos Diferidos	156	197	41	26,5%
Outros Passivos Subordinados	198	99	-99	-49,9%
Outros Passivos	428	385	-44	-10,2%
Total Passivo	**75.954**	**79.241**	**3.214**	**4,2%**
CAPITAIS PRÓPRIOS	**4.871**	**5.278**	**407**	**8,4%**
Dos quais : Resultado Líquido	**369**	**344**	**-25**	**-6,7%**
TOTAL	**80.825**	**84.520**	**3.695**	**4,6%**

Crédito a Clientes

A Carteira Global de Crédito a Clientes líquida de imparidades atingiu 45,6 milhões de contos, superior ao saldo registado em Dezembro de 2015 em 2,8% e cerca de 1,2 milhão de contos, refletindo alguma recuperação, principalmente no último trimestre de 2016. Para este crescimento contribui a Carteira de Títulos da Dívida Pública cabo-verdiana que cresceu 16,3% em 2016 e regista um saldo acumulado de 7,9 milhões de contos, o que corresponde a 9% do ativo líquido do BCA.

O saldo acumulado da Imparidade de Crédito, que inclui a imparidade para as obrigações das empresas privadas, atingiu 3,8 milhões de contos.

Carteira de Títulos

O saldo da carteira de Aplicações em Títulos, que inclui os Títulos Disponíveis para Venda, nomeadamente os TCMF's, e as participações na Promotora e nas empresas não supervisionadas pelo BCV – Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, Sita, Fundo Gari e Visa, rondou os 6,5 milhões de contos. As aplicações em títulos consolidados de mobilização financeira- TCMF's, no montante de 6,4 milhões de contos, representam 98,9% desta rubrica.

Recursos de Clientes

A carteira de Recursos de Clientes apresentou um crescimento homólogo de 5,4% e 3,6 milhões de contos, traduzindo a preferência da sua ampla e estável base de clientes, atingindo um saldo acumulado de 71,9 milhões de contos. O peso dos Recursos de Clientes no ativo líquido em Dezembro de 2016 passou para 86%, contra 85% em 2015.

Os depósitos de emigrantes cresceram 1,6 milhões de contos (+4,8%) em relação a 2015, tendo passado de 33,9 milhões de contos para 35,6 milhões de contos. Este crescimento reflete a fidelização da nossa diáspora à Marca BCA e reforça o nível de confiança existente. O aumento nos Depósitos à Ordem em 21,8% e 1,2 milhões de contos foi determinante para o crescimento verificado. De referir que o peso do Depósitos dos Emigrantes no Total dos Depósitos do Banco é de 49,5% em 2016.

Provisão para Riscos e Encargos

A Provisão para Encargos com o Fundo de Pensões de Reforma e Sobrevivência atingiu um total de 4,9 milhões de contos.

A contribuição normal dos trabalhadores e do BCA para os Encargos com as Pensões de Reforma e Sobrevivência ascende a 47,7 mil contos, sendo 17,5 mil contos dos trabalhadores e 30,1 mil contos do banco. As utilizações para pagamento aos reformados e pré-reformados totalizaram 210 mil contos. De salientar que os encargos suportados pelo banco, que inclui os custos normais e os relativos a custos dos juros e custos dos serviços correntes, para o Fundo de Pensões e Sobrevivência atingiram 279,2 mil contos, com impacto direto nos custos com pessoal.

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios do Banco aumentaram 8,4% e 407 mil contos em 2016, em consequência do efeito conjugado da incorporação em reservas de 75% do Resultado Líquido de 2015 e dos desvios atuarias positivos dos Fundos de Pensões de Reforma e Sobrevivência e de Saúde ocorrido no ano de 2016 no montante de 198,8 mil contos.

9.2. – CONTAS DE RESULTADOS

Demonstração de Resultados

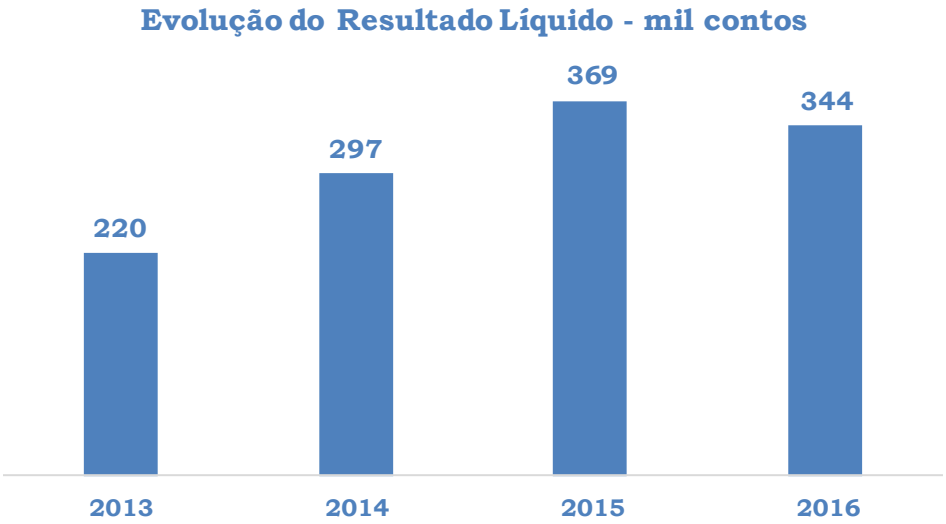
(mil contos)

	2015	2016	Variação Absoluta	Variação Relativa
Juros e Rendimentos Similares	3.771	3.635	(135)	-3,6%
Juros e Encargos Similares	1.833	1.657	(176)	-9,6%
Margem Financeira	**1.938**	**1.978**	**40**	**2,1%**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	135	18	(117)	-86,5%
Rendimentos de Serviços e Comissões	401	424	23	5,8%
Encargos de Serviços e Comissões	40	44	4	10,4%
Resultados de Reavaliação Cambial	141	113	(28)	-19,9%
Resultados de Alienação de Outros activos	5	12	7	41,0%
Outros Resultados de Exploração	68	64	(3)	-5,0%
Margem Complementar	**710**	**588**	**(122)**	**-17,2%**
Produto Bancário	**2.647**	**2.566**	**(82)**	**-3,1%**
Custos com Pessoal	1.271	1.273	2	0,1%
Gastos Gerais Administrativos	670	614	(55)	-8,3%
Amortizações do Exercício	190	208	18	9,5%
Custos Operativos	**2.131**	**2.095**	**(36)**	**-1,7%**
Imparidade Líquida de Outros Activos Financeiros	188	98	(90)	-48,0%
Resultados de filiais Excluídas de Consolidação	40	45	5	12,7%
Resultados Antes de Impostos	**369**	**418**	**50**	**13,4%**
Impostos Correntes	-	74	**74**	
Resultado Líquido	**369**	**344**	**(25)**	**-6,7%**

Resultado Líquido

O Resultado Líquido do BCA registou uma variação negativa de 6,7%, cerca de 25 mil contos, atingindo o montante de 344 mil contos, justificado negativamente pela diminuição do Produto Bancário em 3,1% e cerca de 82 mil contos e pelos impostos correntes. Pela positiva destaca-se a variação nos custos operativos em -1,7% e -36 mil contos, conjugado com a variação da Imparidade Líquida em -90 mil contos. De se assinalar a variação da margem complementar de -17,2% e -122 mil contos, justificada pela rubrica Rendimentos de Instrumentos de Capital. De facto, em 2016, as aplicações em TCMF'S – Títulos Consolidados de Mobilização Financeira no valor de 6,4 milhões de contos geraram uma taxa de rentabilidade de apenas 0,29% (17 mil contos) bastante inferior aos 2,27% (133,7 mil contos) registados no ano de 2015. De acordo com o relatório de gestão deste Fundo esta diminuição na taxa de rentabilidade dos TCMF's deve-se ao contexto de queda generalizada das *yields* e das taxas negativas nos países core. A Imparidade Líquida de crédito a clientes, incluindo obrigações privadas e de dação em pagamento, foi de 98 mil contos contra 188 mil contos de 2015.

Em 2016 continuaram a verificar-se a resolução de créditos em cumprimento, o que levou à anulação das respetivas imparidades e justifica em grande medida esta diminuição.



Margem Financeira

A Margem Financeira aumentou 40 mil contos e 2,1% relativamente ao período homólogo, situando-se em 1.978 mil contos, justificado pela diminuição mais significativa dos Juros e Encargos Similares do que a dos Juros e Rendimentos Similares. Assim, apesar das diminuições nos juros recebidos em 3,6% e 135 mil contos, as diminuições nos juros pagos de depósitos de clientes foram de 9,6% e 176 mil contos, contribuindo para o comportamento favorável da Margem Financeira. Porém é de salientar a variação nos juros de créditos titulados em -33,7% e nas recuperações de juros e despesas em -63,9%, contribuindo assim para a diminuição nos juros recebidos. De se referir a diminuição pelo efeito preço nos juros de Aplicações em Instituições de crédito em 35,4%. Contribuíram também para a evolução favorável desta margem, os aumentos nos juros ocorridos nas aplicações a muito curto prazo no Banco Central em 12,1%, devido ao efeito volume.

Relativamente às Operações Passivas, verificou-se uma diminuição dos juros sobre Recursos de Clientes em 9,6% e cerca de 176 mil contos.

Margem Complementar

A Margem Complementar atingiu 588 mil contos, uma diminuição de 17,2% e 121,8 mil contos relativamente a dezembro de 2015. Esta evolução desfavorável é resultado da diminuição da taxa de rentabilidade dos TCMF's que passou de 2,27% em 2015 para 0,29% em 2016. Os resultados de gestão cambial também evoluíram desfavoravelmente em -19,9% e -27,9 mil contos, o que não foi compensado pelo aumento nas Comissões Líquidas em 5,3% e 18,9 mil contos.

Produto Bancário

A conjugação da evolução positiva ocorrida na Margem Financeira, inferior à variação negativa da Margem Complementar, traduziu-se num Produto Bancário de 2.565,8 mil contos em 2016, inferior ao ano anterior em 3,1% e cerca de 81,5 mil contos.

Custos Operativos

Como resultado da prossecução da política de racionalização operativa e aumento da eficiência definida na estratégia do BCA, os Custos Operativos mantiveram a tendência descendente já verificada nos dois anos anteriores e diminuíram 1,7%, totalizando 2.095 mil contos, beneficiando da diminuição sentida nos Gastos Gerais Administrativos em 8,3% e 55 mil contos. Os Custos com o Pessoal apresentam um acréscimo marginal de 0,1% (situando-se em 1.273 mil contos). Apesar de não ter havido aumento salarial em 2016, a mudança de carreira de pessoal e a entrada para o quadro do banco de 31 colaboradores (inclui trabalhadores que estavam de licença) e saída de 13 colaboradores, contribuíram para a referida evolução.

As Amortizações do Exercício elevaram-se a 208 mil contos, apresentando um acréscimo de 9,5% e 18 mil contos face ao valor registado em dezembro de 2015.

O quadro que se segue mostra a composição dos Custos Operativos, bem como a sua respetiva evolução:

Custos Operativos

(mil contos)

RUBRICAS	2015	2016	Variação Absoluta	Variação Relativa
Custos com Pessoal	**1.271**	**1.273**	**2**	**0,1%**
Remunerações	831	850	19	2,3%
Encargos Sociais Obrigatórios	416	398	-18	-4,3%
Pensões de Reforma e Sobrivivência	294	279	-15	-5,0%
Encargos Sociais Facultativos e Outros	24	25	1	2,6%
Gastos Gerais Administrativos	**670**	**614**	**-55**	**-8,3%**
Amortizações	**190**	**208**	**18**	**9,5%**
TOTAL CUSTOS OPERATIVOS	**2.131**	**2.095**	**-36**	**-1,7%**

9.3 – ANÁLISE DE RÁCIOS

As Rendibilidades do Ativo (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE) atingiram 0,42% e 6,78%, respetivamente, contra 0,5% e 7,6% em 2015, consequência direta da diminuição do Resultado Líquido do exercício.

O rácio de eficiência – Cost-to-Income – que relaciona os Custos Operativos com o Produto Bancário piorou para 81,6% em 2016 (80,5% em 2015), refletindo a diminuição registada no Produto Bancário. Expurgando o efeito Fundo de Pensões, o Cost-to-Income seria de 70,8% em 2016 (69,4% em 2015).

O rácio Gastos com Pessoal/Produto Bancário piorou, passando de 48% para 49,6%.

Nos indicadores de Risco importa salientar o comportamento do rácio de Crédito em Incumprimento/Crédito Total que atingiu 13,8%, em 2016, contra 15,9% em 2015, em consequência da diminuição da carteira em incumprimento, e do rácio de cobertura pela Imparidades sobre Crédito Vencido que atingiu um patamar confortável de 71,5% em 2016 contra 65,6% em 2015.

O rácio de transformação medido pelo Crédito a Clientes relativamente aos Recursos de Clientes continua muito baixo e diminuiu para 52,9% (55,8% de 2015), devido ao aumento da carteira de crédito inferior ao aumento dos depósitos.

9.4 – RÁCIOS PRUDENCIAIS

Em termos prudenciais o BCA apresenta uma boa performance e solidez, com Fundos Próprios de 4,9 milhões de contos. Com estes Fundos Próprios, o rácio de Cobertura de Imobilizado continua bastante elevado, sendo de 204,81% em 2016 (227,24% em 2015).

O Rácio de Solvabilidade, de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde, atingiu 15,78%, bastante acima do mínimo dos 10% legalmente exigidos aos bancos comerciais cabo-verdianos.

O rácio que relaciona os Títulos de Dívida Pública com os Depósitos atingiu 11%, valor superior ao exigido pelo BCV, que determina que as aplicações em Títulos de Dívida Pública das Instituições Financeiras não podem ser inferiores a 5% do total das suas responsabilidades por Depósitos.

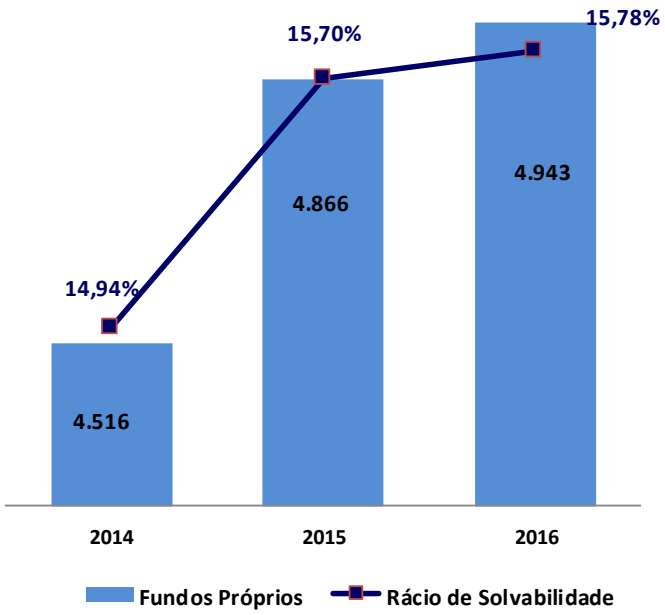
Quanto ao montante global dos créditos, cujos riscos estão sujeitos a Limites de Concentração, o BCA detém, em termos absolutos, 3,5 milhões de contos, valor também inferior ao estipulado pelo BCV, cujo limite agregado não pode ultrapassar oito vezes os seus Fundos Próprios, ou seja 39,5 milhões de contos. O limite máximo de concentração a uma entidade em dezembro é de 889 contos, valor inferior aos 25% (1.236 mil contos) dos Fundos Próprios exigidos pelo Banco Central.

O quadro seguinte mostra a evolução dos Rácios Prudenciais nos três últimos anos:

Evolução dos Rácios Prudenciais

contos

Rácios	Unidade	2014	2015	2016
Fundos Próprios	contos	4.515.998	4.865.904	4.942.827
Cobertura de Imobilizado	%	215,68%	227,2%	204,81%
Rácio de Solvabilidade	%	14,94%	15,70%	15,78%



10 –APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado Líquido apurado no exercício, no valor de 344.159.347$00 (Trezentos e Quarenta e Quatro Milhões, Cento e Cinquenta e Nove Mil, Trezentos e Quarenta e Sete Escudos), o Conselho de Administração deliberou propor aos acionistas a seguinte aplicação de resultados:

Resultado Líquido	344.159.347
Reserva Legal (10%)	34.415.935
Outras Reservas (65%)	223.703.575
Distribuição de Dividendos (25%)	86.039.837

11 - LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES

Portugal

Caixa Geral de Depósitos SA – Lisboa

NOVO BANCO – Lisboa

Banco Português de Investimento SA – Porto

Banco Santander Totta SA – Lisboa

Banco do Brasil SA – Lisboa

Holanda

ING Bank NV – Amesterdão

Luxemburgo

Déxia Bank Internacional à Luxembourg – Luxemburgo

Bank et Caisse d'Epargne d'Etat – Luxemburgo

ReinoUnido

Lloyds Bank PLC – Londres

Citibank NA – Londres

Austria

Bank of Austria Creditanstald – Viena

Suécia

Nordea Bank AB (publ) – Estocolmo

Noruega

DnB NOR Bank ASA – Oslo

Estados Unidos da América

Citibank NA – New York

Bank of América-– New York

França

Caixa Geral de Depósitos SA – Paris

Itália

Intesa Sanpaolo SPI – Milão

UniCrédito Italiano SPA – Milão

Bélgica

IngBelgium SA/NV – Bruxelas

China

BNU-banco National Ultramarino – Macau

Suíça

UBS Swiss Bank Corporation AG – Zurique

Espanha

Banco Sabadell SA TSB – Sabadell

Dinamarca

JyskeBank A/S – Copenhaga

Japão

Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd – Tokyo

12 – DIREÇÕES E REDE COMERCIAL

Direção Comercial Norte – DCN
Gilda Monteiro
Diretora

Direção Financeira e Internacional – DFI
Amélia Figueiredo
Diretora

Direção de Meios e Canais – DMC
Américo Andrade
Diretor

Direção de Sistemas Informáticos - DSI
Luís Barbosa
Diretor

Direção de Suporte Operacional - DSO
Anibal Moreira
Diretor

Direção de Recursos Humanos – GRH
Niva Barbosa – **Chefe Divisão**
Jacqueline Cruz – **Chefe Divisão**

Gabinete de Auditoria – GAI
Francisco Ramos
Coordenador

Gabinete de Marketing e Relações Públicas – GMR
Paula Martins
Coordenadora

Gabinete de Suporte à Função Compliance – GFC
Monica Sanches
Coordenadora

Direção Comercial Sul - DCS
Herminalda Rodrigues
Diretora

Direção Gestão de Risco -DGR
Filomena Figueiredo
Diretora

Direção de Organização e Inovação - DOI
Águeda Monteiro
Diretora

Direção de Segurança e Logística – DSL
Adalberto Melo
Diretor

Gabinete Recuperação Crédito - GRE
Nuno Cabral
Coordenador

Gabinete Jurídico e Contencioso - GJC
Dulce Lopes
Coordenadora

GABINETES EMPRESAS NORTE

Gabinete Empresas Norte – GEN
Virgínia Correia
Coordenadora

Gabinete Empresa Sal – GESA
Vera Zego
Coordenadora

GABINETE EMPRESAS SUL

Gabinete Empresas Sul I – GES I
Sofia Barbosa
Coordenadora

Gabinete Empresas Sul II – GES II
Nelson Moreira
Coordenador

AGÊNCIAS DA ZONA NORTE

Elisa Santos
Coordenadora

Agências Tipo I

Agência de São Vicente – ASV
Maísa Sancha Crisóstomo
Gerente

Agências Tipo II

Agência Boa Vista – ABV
Cláudio Mendonça
Gerente

Agência da Praça Nova - PNA
Lidia Pereira
Gerente

Agência do Porto Novo – APN
Elder Rodrigues
Gerente

Agência Ribeira Grande – ARG
Osvaldina Espírito Santo G. Brito
Gerente

Agência do Sal – ASA
Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral
Carla Santos
Gerente

Agência de São Nicolau – ASN
Augusta Benilde Cruz
Gerente

Agências Tipo III

Agência Fonte Filipe – AFF
António Evora
Gerente

Agência Monte Sossego – AMS
Nelson Gomes
Gerente

AGÊNCIAS DA ZONA SUL

Luis Ramos
Coordenador

Agências Tipo I

Agência da Praia – APA
Janira Barbosa Andrade
Gerente

Agência de Santa Catarina – ASC
Prolongamento Assomada – ADA
Miguel Landin
Gerente

Agências Tipo II

Agência Achada Santo António I – ASTI
Dulce Santos
Gerente

Agência Avenida – AVE
Zara Vicente
Gerente

Agência de São Filipe - FOGO – AFG
Luis dos Reis
Gerente

Agência do Tarrafal – ATA
Isabel Costa
Gerente

Agências Tipo III

Agência Achada Santo António II – ASTII
Celmira Cardoso
Gerente

Agência da Brava – ABR
Ângela Rosa
Gerente

Agência de Ponta do Sol – APS
Balcão Paúl – APL (Prolong. ARG)
Osvaldina Espirito Santo G. Brito
Gerente

Agência Santa Maria – ASM
Elizabeth Alexandre
Gerente

Agência Tarrafal de São Nicolau – ATS
Manuel Freitas
Gerente

Agência de Achada S. Filipe - ASF
Agências de São Domingos - PSD
Maria Borges
Gerente

Agência do Maio – AMA
Alexandrino Anes
Gerente

Agência dos Mosteiros – AMO
Luis dos Reis
Gerente

Agência Palmarejo Grande – APG
Joaquina Lopes Tavares
Gerente

Agência de Santa Cruz – STC
José Moniz
Gerente

Agência Chã de Areia – ACA
Neusa Melo
Gerente

Anexos

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

www.bca.cv

13 – ANEXOS

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Balanço a 31/12/2016

Rubricas	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Liquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7.844.629.145		7.844.629.145
Disponibilidades em Out. Instituições Crédito	652.322.064		652.322.064
Activos financeiros disponíveis para venda	6.664.459.525	10.841.439	6.653.618.086
Aplicações em instituições de crédito	18.122.621.697		18.122.621.697
Créditos a clientes	49.506.593.216	3.819.549.059	45.687.044.157
Propriedades de investimento	1.529.000	103.600	1.425.400
Outros activos tangíveis	4.060.056.149	1.884.215.149	2.175.841.000
Activos intangíveis	333.588.578	280.607.783	52.980.795
Investimentos em filiais excl.Consol. Assoc. e Empreend.Conjuntos	336.963.171		336.963.171
Activos por Impostos Correntes	901.641.476		901.641.476
Activos por impostos diferidos	55.900		55.900
Outros Activos	2.336.939.063	246.463.150	2.090.475.913
Total de Activos	**90.761.398.983**	**6.241.780.180**	**84.519.618.803**
			dez/16
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito			565.333.287
Recursos de Clientes e outros empréstimos			72.702.613.395
Provisões Para Beneficios aos empregados e Outros			5.219.114.726
Passivos por impostos correntes			73.219.829
Passivos por impostos diferidos			197.341.643
Outros Passivos Subordinados			99.088.207
Outros passivos			384.550.745
Total do Passivo			**79.241.261.832**
Capital			
Capital			1.318.647.814
Reservas de reavaliação			10.073.571
Outras reservas e resultados transitados			3.605.476.239
Resultado do exercício			344.159.347
Total de Capital			**5.278.356.971**
Total do Passivo + Capital			**84.519.618.803**

A Responsável da Contabilidade
Maria de Fátima N.Evora

A Diretora Financeira e Internacional
Amélia Figueiredo

O Presidente do C.A
António de Castro Guerra

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Demonstração Resultados a 31/12/2016

Descritivo	Valor
Juros e Rendimentos Similares	3.635.144.367
Juros e Encargos Similares	1.657.016.554
Margem financeira	**1.978.127.813**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	18.255.677
Rendimentos com Serviços e Comissões	423.864.379
Encargos com Serviços e Comissões	43.913.411
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	
Resultados de Reavaliação Cambial	112.740.022
Resultados de Alienação de Outros Activos	12.370.326
Outros Resultados de Exploração	64.446.907
Produto Bancário	**2.565.891.712**
Custos com Pessoal	1.272.607.430
Gastos Gerais Administrativos	614.278.466
Amortizações do Exercício	207.902.415
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	
Imparidade Out. Activos Financeiros Líquida Reversões/Recuperações	82.010.850
Imparidade Outros Activos Líquida de Reversões e Recuperações	15.796.440
Resultados Filiais excluidas Consolidação, Associadas Empreend. Conjunto	45.025.036
Resultados antes Impostos	**418.321.147**
Impostos	74.161.800
Correntes	74.161.800
Diferidos	
Resultados Líquido	**344.159.347**

A Responsável da Contabilidade — Maria de Fátima N.Évora

A Diretora Financeira e Internacional — Amélia Figueiredo

O Presidente do C.A — António de Castro Guerra

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Cost to Income - Custo Operativo /Produto Bancário

Produto Bancário

CVE

Rúbricas	2015	2016	Variação	
			Relativa	Absoluta
Margem Financeira	1.937.866.021	1.978.127.813	2,1%	40.261.792
+ Margem Complementar	709.585.022	587.763.899	-17,2%	-121.821.123
= Produto Bancário	**2.647.451.043**	**2.565.891.712**	**-3,1%**	**-81.559.331**

Custo Operativo

CVE

Rúbricas	2015	2016	Variação	
			Relativa	Absoluta
Custo Administrativo	1.940.652.286	1.886.885.897	-2,8%	-53.766.389
Amortizações	189.911.977	207.902.415	9,5%	17.990.438
= Custo Operativo	**2.130.564.263**	**2.094.788.312**	**-1,7%**	**-35.775.951**

Cost-to- Income

Rúbricas	2015	2016
Cost to Income - c/Fundo Pensões	80,5%	81,6%
Cost to Income - s/Fundo Pensões	69,4%	70,8%

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Estrutura

CVE

Rúbricas	2015		2016	
	Valores	%	Valores	%
1-Crédito Curto Prazo/Crédito Clientes	2.311.091.447 / 38.061.814.487	**6,1%**	2.997.054.747 / 38.053.976.749	**7,9%**
2-Crédito M.L. Prazo/Crédito Clientes	35.750.723.040 / 38.061.814.487	**93,9%**	35.056.922.002 / 38.053.976.749	**92,1%**
3-Crédito Vencido/Crédito Clientes	6.050.325.702 / 38.061.814.487	**15,9%**	5.264.844.517 / 38.053.976.749	**13,8%**
4-Imparidade Crédito Vencido/Crédito Vencido	3.851.460.165 / 6.050.325.702	**63,7%**	3.762.068.016 / 5.264.844.517	**71,5%**
5-Crédito Clientes/Depósitos	38.061.814.487 / 68.237.589.303	**55,8%**	38.053.976.749 / 71.929.552.606	**52,9%**
6-Crédito Clientes/Depósito a Prazo	38.061.814.487 / 42.855.696.148	**88,8%**	38.053.976.749 / 43.746.022.960	**87,0%**
7-Crédito Normal/Depósito a Prazo	32.011.488.785 / 42.855.696.148	**74,7%**	32.789.132.232 / 43.746.022.960	**75,0%**
8-Crédito Curto Prazo/Depósito Prazo	2.311.091.447 / 42.855.696.148	**5,4%**	2.997.054.747 / 43.746.022.960	**6,9%**
9-Crédito M.L. Prazo/Depósito Prazo	35.750.723.040 / 42.855.696.148	**83,4%**	35.056.922.002 / 43.746.022.960	**80,1%**
10-Depósito Ordem/Depósitos Totais	25.381.893.155 / 68.237.589.303	**37,2%**	28.183.509.646 / 71.929.552.606	**39,2%**
11-Depósito a Prazo/Depósitos Totais	42.855.696.148 / 68.237.589.303	**62,8%**	43.746.022.960 / 71.929.552.606	**60,8%**

Rácios de Avaliação de Desempenho

CVE

Rúbricas	2015		2016	
	Valores	%	Valores	%
1-ROE=Resultado Líquido/Capitais Próprios	368.829.514 / 4.859.908.885	**7,6%**	344.159.347 / 5.074.610.152	**6,8%**
2-ROA=Resultado Líquido/Activo Médio	368.829.514 / 77.813.011.761	**0,5%**	344.159.347 / 82.679.178.706	**0,4%**
3-ML = Resultado Líquido/Proveitos	368.829.514 / 6.717.809.467	**5,5%**	344.159.347 / 6.399.901.722	**5,4%**
4-RA = Proveitos/Activo	6.717.809.467 / 80.825.026.631	**8,3%**	6.399.901.722 / 84.519.618.803	**7,6%**
6-MF=(Proveito Juros-Custos Juros)/Activo	1.937.866.021 / 80.825.026.631	**2,4%**	1.973.274.258 / 84.519.618.803	**2,3%**

ROE = Rentabilidade dos Capitais Próprios
ROA = Rentabilidade dos Activos
ML = Margem de Lucro
RA = Rotação dos Activos
MF = Margem Financeira

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Medição de Liquidez

CVE

Rúbricas	2015		2016	
	Valores	%	Valores	%
1-Depósitos Totais/Activo	68.237.589.303	**84,4%**	71.929.552.606	**85,1%**
	80.825.026.631		84.519.618.803	
2-Crédito Clientes / Activo	38.061.814.487	**47,1%**	38.053.976.749	**45,0%**
	80.825.026.631		84.519.618.803	
3-Crédito Curto Prazo / Activo	2.311.091.447	**2,9%**	2.997.054.747	**3,5%**
	80.825.026.631		84.519.618.803	
4-Crédito M.Longo Prazo / Activo	35.750.723.040	**44,2%**	35.056.922.002	**41,5%**
	80.825.026.631		84.519.618.803	
5-Crédito Clientes / Depósitos Totais	38.061.814.487	**55,8%**	38.053.976.749	**52,9%**
	68.237.589.303		71.929.552.606	

Indicadores de Produtividade

Rúbricas	2015		2016	
	Valores	Contos	Valores	Contos
1-Cr. e Depósitos / Nº de Empregados Activo	106.299.404	**246.063**	109.983.529	**242.789**
	432		453	
2-Produto Bancário / Nº de Empregados Activo	2.647.451	**6.128**	2.565.892	**5.664**
	432		453	
3-Crédito e Depósitos / Nº de Balcões	106.299.404	**3.126.453**	109.983.529	**3.234.810**
	34		34	

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Principais Indicadores

Principais Indicadores	Unidade	2015	2016
1. ROE	%	7,6%	6,8%
2. ROA	%	0,5%	0,4%
3. Cost/income sem Fundo Pensões	%	69,4%	70,8%
4. Volume do Crédito Vencido	Contos	6.050.326	5.264.845
5. Rácio de Solvabilidade	%	15,70%	15,78%
6. TIER 1 (Fundos Próprios de Base / Activo Ponderado)	%	15,29%	16,31%
7. Conversão de Depósitos em Créditos	%	55,80%	52,90%
8. Produtividade por Empregado (Resultado Liquido/Nº Empregados)	Contos	854	760
8.1. Volume de Negócios (Crédito+ Depósitos) / Nº empregados	Contos	246.063	242.789
8.2. Produto Bancário / Nº empregados	Contos	6.128	5.664
9. Cobertura do Imobilizado	%	227,20%	204,81%
10. Fundos Próprios	Contos	4.865.904	4.942.827

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2016

Presidente **Dr. António José de Castro Guerra**

Administrador **Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda**

Administrador **Dr. Francisco Pinto Machado Costa**

Administrador **Dr. David Hopffer Cordeiro Almada**

Administrador **Dra. Carla Maria Moniz Brigham Gomes**

Administrador **Dr. José Rui Cruz Lopes Gomes**

Administrador **Dr. Manuel José Dias Esteves**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2016

EXMOS. SENHORES ACCIONISTAS

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

I- RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da legislação em vigor, dos normativos do Banco de Cabo Verde (BCV) e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal (CF) apresenta o seu Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida no decurso do exercício findo em 31.12.16, bem como o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas e a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Comercial do Atlântico, S.A (BCA).

Durante o ano de 2016, o CF acompanhou regularmente a actividade do Banco, verificando com a extensão julgada necessária, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e os estatutos da sociedade.

No período, o CF efectuou cinco reuniões formais e participou em quatro reuniões do Conselho de Administração , a convite do seu Presidente.

O Conselho tomou conhecimento, analisou e emitiu Parecer, sobre o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno, elaborado nos termos dos Avisos nº 2/1995 e nº 5/1999 do Banco de Cabo Verde, e do nº 5/2008 do Banco de Portugal, Órgão de Supervisão do accionista maioritário, e acompanhou o progresso do Sistema de Controlo Interno do BCA.

O CF procedeu ao Follow-up trimestral dos mapas de deficiências do Sistema de Controlo Interno, com especial enfoque nas áreas de maior risco.

No sentido de contribuir para a melhoria do ambiente de controlo, uma das variáveis chave do sistema de controlo interno, o Presidente do Conselho Fiscal (PCF), com o acordo e inteiro apoio do Presidente da Comissão Executiva (PCE), fez uma apresentação aos responsáveis de todas as Direcções subordinada ao tema, o Sistema de Controlo Interno no sector bancário, referindo-se em pormenor à GL 44 da EBA.

O Conselho reuniu-se periodicamente com os diversos órgãos de estrutura do BCA, os gabinetes GFC e GAI e as direcções DFI, DOI, DSI e DGR, tendo

apreciado a suficiência das políticas e processos em vigor nas matérias de Governação Corporativa e Controlo Interno.

Nos termos do regulamento da AGMVM nº 1/2016, o CF emitiu o seu parecer sobre o Relatório de Governo Societário (RGS) aprovado pela Conselho de Administração.

O (RGS) foi elaborado pelo BCA , nos termos do quadro legal em vigor, nomeadamente o artº131 do Código do Mercado de Valores Mobiliários, o artº133 da Lei nº 61/VIII2014, o nº 4 do Aviso 4/2014, o artº5 do Regulamento 1/2009 da AGMVM, o Código de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários admitidos à negociação e o já citado regulamento nº1/2016 da AGMVM.

Para ter uma opinião fundamentada sobre o estado do Governo da Sociedade, e sua adequação ao quadro legal mencionado, o Conselho Fiscal para além das já mencionadas reuniões periódicas com os diversos Departamentos, em particular, as Funções de Controle , efectuou as seguintes diligências :

- Tomou conhecimento dos regulamentos internos aplicáveis.
- Colocou as questões que entendeu pertinentes nas reuniões do Conselho de Administração (CA), ou em contactos directos com o PCE.
- Analisou o disposto no RGS e confrontou-o com o Anexo ao Regulamento1/2016.

No âmbito da sua acção fiscalizadora o CF procedeu à análise da área de trabalho que trata da reconciliação das contas dos Bancos Correspondentes do BCA, integrada na Direcção Financeira e Internacional, para o que desenvolveu as seguintes acções:

- Obtenção da listagem de todas as contas do BCA abertas nos bancos correspondentes, mencionado 25 contas abertas com movimento, à data de 31 de Dezembro de 2016;
- Obtenção de extractos das referidas contas, com evidência de valores dos movimentos e saldos naquela data;
- Diálogo com os dois elementos que trabalham nesta área, bem como com a respectiva chefia, responsável da contabilidade.

No âmbito do acompanhamento da Função Auditoria Interna, o CF teve acesso ao Relatório de Avaliação da adequação das Funções da Auditoria Interna do BCA, tendo discutido as recomendações constantes do citado relatório com o PCE.

2

O CF apreciou a correspondência trocada com reguladores e procedeu à leitura de actas da Comissão Executiva.

A pedido da DFI, colaborou na resposta dada pelo BCA ao BCV no âmbito do processo Sistema de Avaliação de Risco (SAR).

O Conselho Fiscal liderou o processo de escolha do novo Auditor, no âmbito da rotação exigida pelo BCV. Para o efeito elaborou um conjunto de requisitos mínimos para a escolha e definiu um conjunto de parâmetros de avaliação devidamente ponderados, em linha com processo idêntico realizado pelo accionista maioritário CGD. Privilegiou-se a reputação, a capacidade de resposta e o conhecimento do mercado de Cabo Verde. Os concorrentes, em número de cinco, foram sujeitos a entrevistas. Finalmente foi elaborada proposta que foi submetida à Assembleia Geral de accionistas de 07.04.2016, que a aprovou por unanimidade.

O CF reuniu várias vezes com os Auditores Externos anteriores (Deloitte) e com os novos (PricewaterhouseCoopers).

Ao longo do ano de 2016, o CF, em consonância com a empresa de auditoria externa PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. acompanhou, com especial atenção, as seguintes matérias mais relevantes na actividade do Banco, nomeadamente, (i) perdas por imparidade de crédito a clientes, (ii) valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito, (iii) correcções à matéria colectável, (iv) passivos contingentes decorrentes da alteração do plano de pensões dos colaboradores e (v) confirmação de saldos relativos ao regime de crédito à habitação bonificado

Os Serviços do Banco prestaram todos os esclarecimentos e informações que lhes foram solicitadas.

II- PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS

O Conselho analisou as Demonstrações Financeiras, reportadas a 31.12.2016, que incluem Balanço; Demonstração dos Resultados, Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, Demonstração do Rendimento integral, Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos Anexos, os quais, satisfazendo os preceitos legais e estatutários, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício, apresentando de forma correcta a situação financeira do Banco, tal como consta no Relatório e Parecer do Auditor Externo, somente com um ênfase relacionada com as rubricas de "Outros activos" e "Activos por impostos correntes", que apresentam saldos de valores elevados a receber do Estado de Cabo Verde, e alguns dos quais com antiguidade significativa.

3

O Auditor justifica o ênfase referindo que "Muito embora os saldos registados na rubrica " Outros activos" tenham sido confirmados pela Direcção Geral do Tesouro na resposta ao pedido de confirmação independente que solicitámos com referência a 31 de Dezembro de 2016, e o Banco tenha recebido uma confirmação por parte da Direcção Nacional de Receitas do Estado sobre os saldos registados na rubrica de "Activos por impostos correntes" com referência à mesma data, continuam por definir os termos e o calendário para a sua regularização ao Banco".

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas correspondem à correcta avaliação do património social.

O Conselho procedeu também à apreciação do Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração do Banco, bem como a sua proposta de Aplicação de Resultados. O Relatório que espelha, com propriedade, a actividade desenvolvida na consecução da estratégia definida permite que se destaque o seguinte:

II.1-Indicadores de gestão

Em termos das Contas de Resultados, o Resultado liquido do Banco foi de 344.159 milhares de Escudos, apresentando, relativamente ao período homólogo, uma variação negativa de 6,7%, influenciado pelos Impostos Correntes, uma vez que o Resultado Antes de Impostos registou uma evolução positiva de 13,4%.

Neste enquadramento, salienta-se a boa performance das seguintes rubricas:

- Margem financeira +2,1%
- Margem complementar -17,2%
- Produto bancário -3,1%
- Custos Operativos -1,7%

Os indicadores que caracterizam a rentabilidade e a solvabilidade do BCA apresentam os seguintes valores:

- Rentabilidade de Capitais Próprios (ROAE) 6,78%,
- Rentabilidade dos Activos (ROAA) 0,42%
- Rácio de eficiência "cost-to-income" 81,6%
- Solvabilidade 15,78% (mínimo legal 10%)

4

Desta forma, verificou-se uma melhoria da situação patrimonial do Banco, traduzida nas taxas de crescimento das seguintes rubricas:

- Activo total	4,6%
- Crédito a Clientes Líquido	2,8%
- Recursos de clientes	5,2%.
- Capitais Próprios	8,4%

A carteira de crédito total aumentou 2,2%, e o crédito em incumprimento atingiu 5,2 milhões contos, representando uma quebra relativa a período homóloga de 13%. O decréscimo do crédito vencido ocorreu quer no segmento de empresas, quer nos particulares. Por sua vez crédito em risco atingiu 6,6 milhões de contos, uma redução de 12% face ao exercício anterior.

Igualmente há a registar a alteração da periodicidade do processo de auditoria externa ao modelo de imparidades, de anual para semestral, o que seguramente irá conferir maior integridade à ferramenta de apuramento das perdas por imparidade.

A partir de Outubro de 2015, o BCA passou a trabalhar o crédito vencido de forma centralizada num único gabinete criado para o efeito, o Gabinete de Recuperação de Créditos (GRE), que passou a depender directamente da Administração do BCA.

II.2-Gestão de Riscos e Funções de Controlo

No âmbito da Gestão de Riscos há a salientar o pleno funcionamento da Comissão de Risco, Orgão de suporte e de aconselhamento do Conselho de Administração, no domínio da assumpção e controlo de riscos, assim como a definição de limites de risco e delegação de competências do BCA, no contexto do accionista maioritário. No decurso do exercício o banco procedeu à actualização dos factores de risco subjacentes ao modelo de imparidade. A criação do GRE (gabinete de recuperação de crédito) em 2015 trouxe , em 2016, resultados visíveis para o BCA.

Relativamente ao Risco de Compliance verificou-se que o GFC (Gabinete de suporte à Função Compliance), apesar de ter registado melhorias significativas

5

nos seus processos e métodos de trabalho, na data deste Relatório e Parecer, ainda não tem em normal produção a ferramenta informática de Filtering & Profiling, adquirida no ano de 2016.

Foi preparado em 2016, e está neste momento em fase final de apreciação, o Sistema de Comunicação de Práticas Irregulares (SCPI), tal como previsto na Lei nº62/VIII/2014.

A Função não está ainda Full Compliant, apesar dos significativos avanços registados.

No que diz respeito ao Risco Operacional e Controlo Interno, a área respectiva melhorou os níveis de serviço e os resultados alcançados, quer nos diferentes instrumentos e metodologias de gestão de risco, quer no domínio das acções sinérgicas entre diferentes órgãos de estrutura na monitorização e correcção das deficiências de controlo interno.

No âmbito do Função Auditoria Interna, há a registar a transformação do Gabinete (GAI) em Direcção (DAI), e a contratação de um Director já em 2017, que passou a ser responsável pela função. A DAI passou a centralizar a gestão do risco operacional, em alinhamento com as orientações do accionista Caixa Geral de Depósitos . Estas mudanças visam melhorar significativamente o desempenho desta fulcral Função de Controlo da actividade do BCA.

II.3-Tecnologias e Inovação

Salienta-se, pelo seu impacto na redução de custos e na qualidade de serviço prestado a implementação da tecnologia MPLS nos circuitos de comunicação e o lançamento do BCADirecto telefone e do BCADirecto Mobile .

PARECER E PROPOSTAS

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização do Banco.

Neste contexto, e com base na informação prestada pelo Órgão de Gestão do BCA, o Conselho Fiscal é de parecer que as Demonstrações Financeiras supra

6

citadas e o Relatório de Gestão, bem como a Proposta de Aplicação de Resultados, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Em conformidade com o exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Accionistas:

a) Aprove o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração;

b) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados;

c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade , e delas tire as necessárias conclusões .

O Conselho deseja, ainda, manifestar ao Conselho de Administração, aos Serviços do Banco e ao Auditor Externo o seu apreço pela prestimosa colaboração prestada.

Cidade da Praia, 16 de Março de 2016

O CONSELHO FISCAL

António José do Nascimento Ribeiro

Presidente

Maria de Fátima Oliveira de Melo Fernandes Sanchas

Vogal

José Ricardo Vaz Fernandes Benoliel

Vogal

7

pwc

Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de CVE 84.519.619 milhares e um total de capital próprio de CVE 5.278.357 milhares, incluindo um resultado líquido de CVE 344.159 milhares), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no Código de Ética do IESBA.

Ênfase

Em 31 de dezembro de 2016 o Banco tem registados nas rubricas de "Outros ativos" e "Ativos por impostos correntes" saldos a receber do Estado de Cabo Verde no montante de CVE 1.093.251 milhares e CVE 997.294 milhares, respetivamente (2015: CVE 1.040.003 milhares e CVE 894.857 milhares, respetivamente), alguns dos quais com antiguidade significativa. Muito embora os saldos registados na rubrica de "Outros ativos" tenham sido confirmados pela Direção Geral do Tesouro na resposta ao pedido de confirmação independente que solicitámos com referência a 31 de dezembro de 2016, e o Banco tenha recebido uma confirmação por parte da Direção Nacional de Receitas do Estado sobre os saldos registados na rubrica de "Ativos por impostos correntes" com referência à mesma data, continuam por definir os termos e o calendário para a sua regularização ao Banco. Segundo informação obtida, decorrem negociações com o Estado de Cabo Verde com vista ao estabelecimento de um plano de reembolso destes saldos, sendo convicção do Conselho de Administração do Banco que

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

da conclusão dessas negociações não resultarão impactos materialmente relevantes na situação patrimonial do Banco.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	***Síntese da abordagem de auditoria***
Perdas por imparidade de crédito a clientes *Divulgações relacionadas com as perdas por imparidade de crédito a clientes apresentadas nas notas 2.2. c) i) a), 2.2. e), 7, 16 e 35 das demonstrações financeiras do Banco*	
A significativa expressão das rubricas de crédito a clientes e das perdas por imparidade que lhes estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Administração do Banco no que respeita à identificação, quer do momento do reconhecimento quer do correspondente montante, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2016 o valor bruto desta rubrica ascende a CVE 49.506.593 milhares (2015: CVE 48.450.395 milhares) e as perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a CVE 3.819.549 milhares (2015: CVE 4.023.047 milhares). As perdas por imparidade são apuradas pela Administração do Banco em termos individuais para as operações individualmente mais significativas, sendo que para o remanescente da carteira a imparidade é apurada em análise coletiva.	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a revisão dos controlos instituídos pelo Banco no que se refere à aprovação, registo e monitorização do crédito concedido a clientes, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pela Administração no apuramento das perdas por imparidade. Estes procedimentos abrangeram, entre outros, o teste detalhado aos controlos e procedimentos de gestão do risco de crédito pelo Banco, com particular ênfase nos controlos internos subjacentes à atempada identificação, correta mensuração e registo das perdas por imparidade. Neste âmbito, os procedimentos e controlos testados compreenderam os relacionados com: (i) a atempada identificação dos clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento; (ii) a própria calculatória do modelo de imparidade definido pelo Banco, incluindo os inputs e pressupostos da Administração; (iii) a estimativa do valor recuperável dos colaterais, quando aplicável; e

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
• Para os clientes que apresentem exposições mais significativas avaliadas em termos do montante das suas responsabilidades, o Banco desenvolveu um processo de análise individual. Nestes casos a imparidade é apurada através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente individualmente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro ser gerados pelo cliente para o cumprimento das suas responsabilidades ou (ii) a valorização dos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação/execução desses mesmos colaterais. Quando decorrente da análise individual não tenha resultado qualquer perda por imparidade, essas exposições transitam para a análise coletiva, sendo-lhes aplicada uma perda por imparidade IBNR ("incurred but not reported"). • Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Banco aplica um modelo de análise coletiva para apuramento das perdas por imparidade. Quando um grupo de ativos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses ativos e os dados históricos relativos a perdas em ativos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Banco entende necessário, a informação histórica é atualizada com base nos dados correntes observáveis, para que esta reflita os efeitos das condições atuais.	(iv) o governo interno associado ao processo de apuramento e aprovação das perdas por imparidade. Adicionalmente, por amostragem, analisámos um conjunto de clientes (incluindo alguns que não estavam identificados pela Administração como tendo indícios de imparidade ou em situação de incumprimento), com o objetivo de obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de indícios de imparidade, e avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas e reconhecidas pela Administração. Relativamente aos clientes analisados individualmente pelo Banco, para uma amostra representativa da carteira de crédito a clientes em 31 de dezembro de 2016, os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) rever a documentação associada ao processo de concessão de crédito; (ii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes, e confirmar o registo desses colaterais a favor do Banco; (iii) questionar as avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (iv) apreciar a evolução das exposições; e (v) desafiar a visão dos responsáveis do Banco quanto à situação económico-financeira dos clientes e quanto à previsão de fluxos de caixa esperados do negócio dos clientes, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum input ou pressuposto utilizado pela Administração, procedemos a um novo cálculo do montante de imparidade e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências. Para a carteira cuja imparidade é apurada em análise coletiva, testámos uma amostra de inputs do modelo definido pelo Banco e avaliámos a própria metodologia de cálculo. Para esse efeito, desenvolvemos um conjunto de

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
	procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pela Administração, para efeitos do modelo de imparidade, contemplavam todas as variáveis de risco por comparação ao histórico de desempenho e recuperações da carteira de crédito a clientes do Banco, às condições macroeconómicas a que cada cliente se encontra exposto, bem como ao nosso conhecimento das atuais práticas no sector. Os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) apreciar a informação constante da carteira de crédito a 31 de dezembro de 2016; (ii) rever e testar a classificação dos créditos quanto à existência de indícios de imparidade ou de incumprimento; (iii) rever e testar os parâmetros de risco utilizados no cálculo da imparidade; (iv) desafiar os principais pressupostos e fontes de informação utilizadas nas recuperações futuras incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem) e (v) rever e testar as recuperações históricas incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem).
Valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito *Divulgações relacionadas com os imóveis recebidos por recuperação de crédito apresentados nas notas anexas 2.2. g), 13 e 16 das demonstrações financeiras do Banco* Dada a significativa expressão dos imóveis no Balanço do Banco bem como a reduzida liquidez dos mesmos em Cabo Verde, estes constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria por requererem a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Administração no que respeita à valorização e à determinação, quer do momento do reconhecimento quer do montante, das correspondentes perdas por imparidade. Em 31 de dezembro de 2016 o valor bruto destes	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a apreciação dos controlos chave instituídos pelo Banco e a realização de testes de detalhe específicos para assegurar que os registos dos imóveis aquando da entrada e saída em carteira são realizados corretamente e que o processo de valorização dos imóveis é adequado. Analisámos a valorização para a totalidade dos imóveis em carteira e, quando aplicável, a subsequente perda por imparidade registada

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
imóveis na rubrica de Outros ativos ascende a CVE 1.131.980 milhares (2015: CVE 1.170.596 milhares) e o montante de perdas por imparidade ascende a CVE 187.790 milhares (2015: CVE 172.131 milhares). De acordo com as políticas em vigor no Banco, os imóveis são objeto de avaliações periódicas, realizadas por peritos avaliadores registados na Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários ("AGMVM") do Banco de Cabo Verde, que dão origem ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao seu valor contabilístico.	com base nas avaliações de peritos avaliadores registados na AGMVM. Sempre que necessário, efetuámos reuniões para compreensão e entendimento dos julgamentos e pressupostos adotados na valorização atribuída aos imóveis em análise. Nas situações em que se verificaram dúvidas sobre a adequação dos pressupostos considerados ou da qualidade da restante informação utilizada, foi solicitada nova avaliação a outros peritos avaliadores de imóveis, igualmente registados na AGMVM do Banco de Cabo Verde, de forma a comparar os resultados. Adicionalmente, testámos os imóveis cuja venda tenha ocorrido durante o exercício de 2016, comparando o valor de alienação com a última avaliação obtida, de forma a aferir sobre a razoabilidade das avaliações obtidas pelo Banco.
Correções à matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC) relativas a custos com pensões e assistência médica *Divulgações relacionadas com correções à matéria coletável em sede de IRPC relativas a custos com pensões e assistência médica apresentadas na nota anexa 12 das demonstrações financeiras do Banco* As Autoridades Fiscais de Cabo Verde efetuaram um conjunto de correções à matéria coletável do Banco com referência aos exercícios de 2005 a 2014, que compreenderam a não aceitação dos custos do exercício com pensões e assistência médica e das correspondentes variações patrimoniais de 2009 a 2013 decorrentes dos ajustamentos de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O Banco não reconheceu quaisquer custos a respeito destas correções, dado ser entendimento do Conselho de Administração que os procedimentos adotados estavam de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a compreensão e a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pela Administração na avaliação das referidas contingências fiscais e no reconhecimento dos referidos custos incorridos como ativos por impostos correntes. Procedemos a uma análise exaustiva e crítica de toda a correspondência relevante existente até à data de emissão do presente relatório entre o Banco, as Autoridades Fiscais de Cabo Verde, a Direção Nacional de Receitas do Estado, o Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento e o

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
Verde, tendo consequentemente apresentado reclamação formal quanto às referidas correções. As reclamações relativas às liquidações adicionais referentes aos exercícios de 2008 e 2013 foram numa primeira instância indeferidas pelas Autoridades Fiscais, tendo o Banco impugnado judicialmente essas decisões. Nesse seguimento, o Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento deliberou considerar ambas as impugnações totalmente procedentes, dando como anulados os atos de fixação da matéria coletável de 2008 e 2013 e respetivas liquidações. Relativamente ao exercício de 2008, as Autoridades Fiscais apresentaram em fevereiro de 2014 recurso da decisão para o Supremo Tribunal de Justiça, encontrando-se o processo em curso nesta data. Relativamente ao exercício de 2013, não tendo as Autoridades Fiscais apresentado recurso da decisão de novembro de 2016 para o Supremo Tribunal de Justiça dentro do prazo legal, a liquidação adicional recebida referente ao exercício de 2013 foi considerada nula, pelo que é entendimento do Conselho de Administração de que tal decisão fará jurisprudência sobre os restantes exercícios em aberto. A Administração do Banco é nestas situações forçada a fazer julgamentos complexos quanto à probabilidade de materialização e quantificação dos montantes das responsabilidades que podem resultar dos litígios e contingências fiscais com que o Banco se confronta e nessa medida esta foi uma matéria considerada relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2016 o impacto total da contingência não provisionada associada a estas correções ascende a CVE 1.291.839 milhares, tendo o Banco já procedido ao pagamento de	Supremo Tribunal de Justiça de Cabo Verde. Com recurso aos nossos especialistas da área fiscal, apreciámos a avaliação do Banco quanto à natureza e situação dos processos de contencioso existentes e discutimos com os responsáveis jurídicos e com a Administração do Banco as bases e os fundamentos para os pressupostos adotados.

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
IRPC no montante de CVE 901.643 milhares, registado em "Ativos por impostos correntes" e prestado duas garantias bancárias no montante de CVE 233.044 milhares. Tendo presente os recentes desenvolvimentos nesta matéria descritos na Nota 12, é convicção do Conselho de Administração que o desfecho deste processo será favorável ao Banco, razão pela qual não foram registados quaisquer custos relacionados com esta contingência nas demonstrações financeiras do Banco de 31 de dezembro de 2016.	
Passivos contingentes decorrentes da alteração do plano de pensões dos colaboradores *Divulgações relacionadas com a alteração do plano de pensões dos colaboradores apresentadas nas notas anexas 12 e 29 das demonstrações financeiras do Banco*	
Em novembro de 2013 o Conselho de Administração decidiu alterar o plano de pensões em vigor no Banco com vista à sua sustentabilidade, tendo introduzido novas regras para o apuramento dos benefícios atribuídos. Estas alterações originaram uma redução das responsabilidades de CVE 914.405 milhares. No exercício de 2014 foram interpostas duas ações judiciais com vista a declarar a nulidade das alterações introduzidas. Ainda em 2014, o Banco apresentou a sua contestação a essas ações, encontrando-se atualmente a aguardar decisão do Tribunal da Praia. O Conselho de Administração do Banco, tendo por base a informação dos seus advogados, considera remoto o risco de condenação, razão pela qual não foram registados quaisquer custos relacionados com esta contingência nas demonstrações financeiras do Banco de 31 de dezembro de 2016.	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a compreensão e a avaliação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pela Administração na avaliação das referidas contingências decorrentes da alteração ao plano de pensões no final de 2013. Neste âmbito, face à relevância dos julgamentos requeridos da Administração, examinámos em detalhe os litígios relacionados com a alteração e, quando necessário, procurámos obter provas de auditoria adicionais. Procedemos igualmente, até à data de emissão do presente relatório de auditoria, à análise exaustiva e crítica de pareceres e correspondência trocada entre o Banco, advogados e o Tribunal competente. Apreciámos a avaliação do Banco quanto à natureza e situação do processo judicial acima

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
	referido e discutimos com os responsáveis jurídicos e com a Administração do Banco as bases e os fundamentos para a defesa do mesmo.
Confirmação de saldos relativos ao regime de crédito à habitação bonificado *Divulgações relacionadas com saldos relativos ao regime de crédito à habitação bonificado apresentadas na nota anexa 13 das demonstrações financeiras do Banco*	
Em 31 de dezembro de 2016 o Banco tem registadas bonificações a receber do Estado de Cabo Verde no montante de CVE 875.623 milhares (2015: CVE 823.725 milhares), resultantes da aplicação do regime de crédito bonificado à habitação desde 2000. O Banco tem vindo nos últimos anos a trabalhar em conjunto com a Direção Geral do Tesouro (DGT) no sentido de confirmar a elegibilidade dos referidos montantes. Até 31 de dezembro de 2015 a DGT apenas havia comunicado as bonificações consideradas elegíveis até 2011, permanecendo pendentes de confirmação a essa mesma data (i) bonificações de operações de crédito à habitação entre 2012 e 2015, cujo valores reclamados e de imparidades registadas pelo Banco ascendiam a CVE 243.099 milhares e CVE 33.409 milhares, respetivamente, (ii) outras bonificações no montante de CVE 203.929 milhares e (iii) outros valores a receber do Estado de Cabo Verde no montante de CVE 29.561 milhares. Não tendo o Banco e os anteriores auditores recebido a resposta da DGT ao pedido de confirmação de saldos em 31 de dezembro de 2015, e tendo presente a significativa expressão dos saldos acima, esta foi uma matéria considerada relevante para efeitos da nossa auditoria.	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a compreensão e a avaliação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pela Administração no apuramento e reconhecimento da globalidade dos saldos relativos ao regime de crédito bonificado à habitação, incluindo aqueles que se encontram pendentes de confirmação pela DGT em 31 de dezembro de 2015. Apreciámos a avaliação do Banco quanto à natureza e recuperabilidade dos referidos saldos e discutimos com os responsáveis jurídicos e com a Administração do Banco as bases e os fundamentos para o reconhecimento dos mesmos pela DGT. Obtivemos com resultados satisfatórios a confirmação junto da DGT dos saldos relativos a créditos à habitação abrangidos pelo regime bonificado acumulados à data de a 31 de dezembro de 2016.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nivel elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que

respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

23 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Carlos José Figueiredo Rodrigues

Carlos José Figueiredo Rodrigues, R.O.C.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2016 Activo bruto	2016 Imparidade e amortizações	2016 Activo líquido	2015 Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	7.844.629		7.844.629	2.754.231
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	652.322		652.322	830.451
Activos financeiros disponíveis para venda	5	6.664.460	10.841	6.653.619	6.651.891
Aplicações em instituições de crédito	6	16.122.622		16.122.622	20.487.143
Crédito a clientes	7	49.506.593	3.819.549	45.687.044	44.427.348
Propriedades de investimento	8	1.529	104	1.425	1.425
Outros activos tangíveis	9	4.060.056	1.884.215	2.175.841	2.129.004
Activos intangíveis	10	333.589	280.608	52.981	33.375
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	336.963		336.963	308.576
Activos por impostos correntes	12	901.641		901.641	894.857
Activos por impostos diferidos	12	56		56	2.504
Outros activos	13	2.336.939	246.463	2.090.476	2.114.222
Total de activos		90.761.399	6.241.780	84.519.619	80.625.027

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2016	2015
Recursos de outras instituições de crédito	14	966.333	775.677
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	72.702.613	69.097.136
Provisões	16	5.219.115	5.299.542
Passivos por impostos correntes	12	73.220	-
Passivos por impostos diferidos	12	197.342	155.663
Outros passivos subordinados	17	99.088	197.704
Outros passivos	18	384.551	428.141
Total do passivo		79.241.262	75.954.163
Capital	19	1.318.648	1.318.648
Reservas de Justo Valor	20	10.074	15.620
Outras reservas	20	4.780.353	4.342.643
Resultado Transitados	20	(1.174.877)	(1.174.877)
Resultado do exercício	20	344.159	368.830
Total do capital próprio		5.278.357	4.670.864
Total do passivo e do capital próprio		84.519.619	80.625.027

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2016	2015
Juros e rendimentos similares	21	3.635.144	3.770.607
Juros e encargos similares	22	(1.657.017)	(1.832.741)
MARGEM FINANCEIRA		1.978.128	1.937.866
Rendimentos de instrumentos de capital	23	18.256	134.859
Rendimentos com serviços e comissões	24	423.864	400.749
Encargos com serviços e comissões	24	(43.913)	(39.784)
Resultados de activos financeiros disponiveis para venda			58
Resultados de reavaliação cambial	25	112.740	140.720
Resultados de alienação de outros ativos	26	12.370	5.133
Outros resultados de exploração	27	64.447	67.850
PRODUTO BANCÁRIO		2.565.892	2.647.451
Custos com pessoal	28	(1.272.607)	(1.271.035)
Gastos gerais administrativos	30	(614.278)	(669.617)
Depreciações e amortizações do exercicio	9 e 10	(207.902)	(189.912)
Provisões liquidas de reposições e anulações	16		
Imparidade de outros ativos financeiros liquida de reversões e recuperações	16	(82.011)	(116.971)
Imparidade de outros ativos liquida de reversões e recuperações	16	(15.796)	(71.037)
Resultados em empresas associadas e filiais mensuradas através do MEP	11	45.025	39.950
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		418.321	368.830
Impostos			-
Correntes	12	(74.162)	-
Diferidos	12		-
		(74.162)	-
Resultado do Exercício		**344.159**	**368.830**
Número médio de acções ordinárias emitidas	31	1.324.765	1.324.765
Resultado por Acção	31	0,26	0,28

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

				Outras reservas e resultados transitados				
	Notas	Capital	Reservas de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	19,20	1.318.648	360.713	748.463	3.309.645	(1.174.876)	2.883.232	297.315	4.859.908
Distribuição do resultado do exercício de 2014:									
Incorporação em reservas				29.732	193.254		222.986	(222.986)	-
Distribuição de Dividendos							-	(74.329)	(74.329)
Rendimento integral do exercício			(345.093)		61.548		61.548	368.830	85.285
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	19,20	1.318.648	15.620	778.195	3.564.447	(1.174.876)	3.167.766	368.830	4.870.864
Distribuição do resultado do exercício de 2015:									
Incorporação em reservas		-	-	36.883	239.739	-	276.622	(276.622)	-
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	-	-	(92.207)	(92.207)
Outros movimentos		-	-	-	12.940	-	12.940	-	12.940
Outro rendimento integral									-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto		-	(5.546)	-	-	-	-	-	(5.546)
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos		-	-	-	148.148	-	148.148	-	148.148
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	344.159	344.159
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	19,20	1.318.648	10.074	815.078	3.965.274	(1.174.876)	3.605.476	344.159	5.278.357

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2016	2015
Outros rendimentos integrais			
Rubricas que não serão reclassificadas para a demonstração de resultados:			
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos (Nota 2.3)			
Variação ocorrida no exercício	29	198.856	82.615
Efeito fiscal	12	(50.708)	(21.067)
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados:			
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			
Variação no exercício	20	(7.444)	(342.108)
Efeito fiscal	12	1.898	(2.985)
Outros rendimentos integrais		142.602	(283.545)
Resultado do exercício		344.159	368.830
Total do rendimento integral do exercício		486.762	85.285

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de juros e comissões		3.920.277	3.927.145
Pagamento de juros e comissões		(1.795.766)	(1.851.304)
Recuperação de crédito e juros vencidos		161.287	294.829
Resultados cambiais		145.027	140.720
Pagamentos ao pessoal e fornecedores		(1.517.802)	(1.541.123)
Pagamentos de pensões e assistência médica		(218.411)	(218.571)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(7.726)	124.720
Pagamentos de impostos sobre o rendimento		-	(48.631)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		686.885	827.785
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:			
Aplicações em instituições de crédito		2.349.985	(8.513.995)
Créditos sobre clientes		(247.660)	156.242
Títulos de dívida pública		(1.106.487)	(508.993)
Outros ativos		38.687	(979.888)
		1.034.524	(9.846.634)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:			
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito		(203.486)	(196.158)
Recursos de clientes		3.694.052	6.205.539
Outros passivos		(24.920)	9.172
		3.465.646	6.018.553
Caixa líquida das atividades operacionais		5.187.055	(3.000.296)
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			(15.300)
Ativos intangíveis		(37.848)	(11.381)
Outros ativos tangíveis		(234.480)	(247.732)
Dividendos recebidos		188.654	216.170
Caixa líquida das atividades de investimento		(83.674)	(58.243)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos distribuídos		(92.207)	(74.329)
Outros passivos subordinados		(98.904)	(98.893)
Caixa líquida das atividades de financiamento		(191.112)	(173.222)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		4.912.269	(3.231.761)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3	3.584.682	6.816.444
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3	8.496.951	3.584.683

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) é um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de dezembro de 2005, as ações do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas atividades e permitidas por lei.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 34 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2016, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que este opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais do Banco e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em escudos de Cabo Verde, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Banco.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As transações em moedas diferentes do escudo de Cabo Verde são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por valores não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, cujas variações de justo valor são registadas em capital próprio.

As alterações de justo valor de instrumentos de capital próprio em moeda estrangeira

classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são distinguidas entre variações cambiais resultantes de alterações no custo amortizado do instrumento e outras alterações ao valor contabilístico do instrumento. As diferenças de câmbio relativas a alterações no custo amortizado são reconhecidas em resultados, enquanto outras diferenças ao nível do valor contabilístico são reconhecidas em outros rendimentos integrais.

Nos exercícios de 2016 e 2015, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2016	2015
1 USD	105,633	101,067

c) Ativos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos diretamente atribuíveis à transação. O Banco não tem ativos de "trading" ou outros ativos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os ativos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros ativos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário ativo.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes ativos financeiros são desreconhecidos do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco, relativamente aos respetivos fluxos de caixa contratuais expirarem, (ii) o Banco transferir (substancialmente) todos os riscos e benefícios associados à detenção destes instrumentos financeiros, ou (iii) apesar do banco ter retido uma parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos financeiros foi transferido.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data

do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações". Assim, o abate de créditos só ocorre após (i) ter sido exigido o vencimento da totalidade do crédito; (ii) terem sido desenvolvidos os esforços de cobrança considerados adequados; e (iii) as expectativas de recuperação de crédito sejam muito reduzidas, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de "Empréstimos e contas a receber", que são designados no momento inicial enquanto ativos financeiros disponíveis para venda, ou que o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado:

- Ações de empresas;
- Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações de justo valor são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento. Os rendimentos de juros destes instrumentos financeiros são reconhecidos através do método de taxa de juro efetiva.

Os rendimentos a receber dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira são refletidos no Balanço na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda".

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados na categoria de "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

c) Transferências entre categorias

O Banco procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

d) Compensação de Instrumentos Financeiros

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal executável de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da atividade do BCA, assim como em caso de default, falência ou insolvência do Grupo ou da contraparte.

e) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Banco efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base coletiva quanto aos ativos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efetua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 ou empresas que apresentem incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Estes ativos encontram-se em imparidade quando i) se verifica evidência objetiva de imparidade que resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, e ii) quando esse evento (ou eventos) produza impactos ao nível dos fluxos de caixa futuros destes instrumentos, os quais podem ser razoavelmente estimados.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios
- Crédito ao Setor Público
- Crédito a empresas do Grupo

- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica "Reservas de justo valor".

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício. As perdas por imparidade em instrumentos de dívida são reversíveis por resultados do período, sempre que o justo valor destes instrumentos aumente no futuro, e desde que esse aumento se deva a eventos que ocorram após os eventos que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem ser revertidas.

As perdas por imparidade registadas pelo Banco são revertidas por contrapartida de resultados do exercício, em períodos futuros, quando as estimativas de perdas estimadas se reduzirem, ou mesmo quando se deixem de verificar.

f) Passivos financeiros

O Banco classifica os seus instrumentos financeiros enquanto passivos financeiros quanto existe uma obrigação contratual para que a sua liquidação seja realizada mediante a entrega de dinheiro, ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros passivos".

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco

Os passivos financeiros são valorizados subsequentemente pelo custo amortizado sendo os juros, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, a mesma é desreconhecida do Balanço sendo o diferencial entre o valor contabilístico do mesmo e o valor de recompra reconhecido em resultados do período.

g) Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respetivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica "Outros ativos".

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, o Banco considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira. Quando o valor contabilístico dos ativos não correntes corresponde ao justo valor menos custos de venda, o nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde maioritariamente ao nível 3.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registados na rubrica "Outros resultados de exploração".

h) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas ao custo de aquisição, sendo incluídos na sua valorização os custos de transação diretamente relacionados e incorridos com a sua aquisição. As propriedades de investimento não são depreciadas, sendo subsequentemente valorizadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, na rubrica "Outros resultados de exploração".

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica é integralmente composta por terrenos.

i) Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	3 a 5
Equipamento de segurança	8
Outro equipamento	5

Para os bens adquiridos a partir de 2015 as taxas aplicadas são as constantes da tabela fixada pelo Boletim Oficial nº 52 de 28 Agosto 2015, nomeadamente:

	Anos de vida útil
Imóveis Serviço próprio	33
Material Transporte	3 e 7
Equipamento Informático	3
Equipamento Segurança	3 e 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedades de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso, calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida, e o justo valor menos custos estimados de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, até ao limite de valor que o ativo teria, caso nunca lhe tivessem sido imputadas perdas de imparidade.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus ativos tangíveis.

j) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para a entidade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

k) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas controladas ("filiais/subsidiárias"). Subsidiárias são todas as entidades (incluído as entidades estruturadas) sobre as quais o Banco tem controlo. O Banco controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividade relevantes da entidade. A rubrica inclui ainda empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na

definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas/subsidiárias.

Quando a quota-parte das perdas atribuíveis ao Banco é equivalente, ou excede o valor da participação financeira nas filiais e associadas, este reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

Os ganhos e perdas não realizados entre o Banco e as suas filiais e associadas são eliminados na proporção do interesse do Banco nestas entidades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação dê evidência adicional de uma imparidade sobre o ativo transferido.

As políticas contabilísticas das filiais e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Banco.

l) Impostos sobre lucros

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco estava sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), sendo a taxa agregada de imposto 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, com base nas regras fiscais em vigor.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos ao reconhecimento inicial de goodwil e de diferenças temporárias que não resultem de concentrações de atividades empresariais, e que não tenham sido originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao registo de responsabilidades com benefícios dos empregados e à valorização de ativos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

m) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser mensurado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Banco divulga tal facto como passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Banco a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

O Banco reconhece uma provisão para contratos onerosos, na data em que, para o contrato em curso, se determine que o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados. Esta análise é efetuada contrato a contrato de acordo com a informação prestada pelos responsáveis dos projetos.

O Banco reconhece uma provisão, sempre que tenha assumido a obrigação de restituir locais arrendados a terceiros, nos quais efetuou obras ou implantou ativos, de acordo com as condições em que estes se encontravam à data do início do contrato de arrendamento. A provisão é calculada com base na estimativa dos custos a suportar com o desmantelamento, e o período em que se estima a sua realização, considerando o prazo de arrendamento negociado.

Os reforços e reversões de provisões relacionados com processos judiciais são

registados nas rubricas "Provisões líquidas de reposições e anulações".

n) Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

o) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados". Os principais benefícios concedidos pelo Banco incluem pensões de reforma e sobrevivência e encargos com saúde.

i) Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

As responsabilidades com pensões de reforma do Banco são regulamentadas, ainda em regime transitório, pelo Estatuto de Pessoal do Banco de Cabo Verde, de 1 de dezembro de 1990, com as alterações introduzidas em 2013 (Nota 29). Nos termos deste Estatuto, o Banco assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma aos empregados que reúnam as condições previstas neste documento.

De acordo com o regime aplicável, o Banco e os empregados contribuem com uma percentagem de 11% e 6%, respetivamente, da massa salarial (excluindo subsídios de férias e de Natal). É ainda da responsabilidade do Banco a dotação dos montantes adicionais necessários para a cobertura integral das responsabilidades.

O Banco não tem responsabilidades com os empregados que passaram ao quadro efetivo a partir de julho de 1998, dado que estes se encontram abrangidos pelo regime geral de Segurança Social, nos termos dos contratos de trabalho celebrados.

O Banco assumiu ainda o compromisso de suportar uma parte dos encargos com saúde dos seus funcionários, para os empregados que passaram ao quadro efetivo até junho de 1998. Para este efeito, o Banco e os seus funcionários contribuem mensalmente com montantes correspondentes a 4% e 2%, respetivamente, da massa salarial.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde ao valor atual das responsabilidades. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método *"Unit Credit Projected"*, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 29). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade (ou, na sua ausência, títulos de dívida pública), denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos

até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Em 2013, na sequência da entrada em vigor da revisão da norma IAS 19 – Benefícios dos empregados, o Banco passou a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente no capital próprio.

Para a cobertura das responsabilidades com pensões, o Banco dispõe de uma provisão para pensões e encargos similares, registada na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – pensões de reforma", do passivo.

As responsabilidades definidas com base na avaliação atuarial dos encargos estimados com as despesas de saúde, são registadas na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – assistência médica" (Nota 16).

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros é refletido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

O Banco reconhece através de rendimentos e custos o efeito de cortes ("curtailments") ocorridos nos planos de benefícios definidos, o qual incorpora qualquer alteração resultante no valor presente da obrigação de benefícios definidos.

O Banco considera a existência de um curtailment sempre que:
a) esteja demonstravelmente comprometido a fazer uma redução material no número de empregados cobertos por um plano; ou
b) altere os termos de um plano de benefícios definidos de forma tal que um elemento material do serviço futuro dos empregados correntes deixará de se qualificar para benefícios, ou se qualificará apenas para benefícios reduzidos.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em custos.

Os ganhos e perdas gerados pela liquidação de um plano de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando a liquidação ocorrer.

Os gastos por responsabilidades passadas, resultantes da implementação de um novo plano, ou por acréscimos de benefícios atribuídos, são reconhecidos de imediato nos resultados do Banco.

ii) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando o Banco cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. O Banco reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das

seguintes datas: na qual o Banco deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual o Banco reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

p) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período, sendo as restantes reconhecidas em rendimentos no momento do seu recebimento.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

q) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito", correspondendo a instrumentos financeiros imediatamente mobilizáveis, ou com maturidades iguais ou inferior a 3 meses, e com risco de variação de justo valor reduzido.

s) Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

No caso de aumento de capital, o prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição e o valor nominal.

As prestações suplementares de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento nas rubricas de capital próprio.

t) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

u) Segmentos Operacionais

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

-Corporate Finance - inclui a atividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

-Negociação e vendas – compreende a atividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.

-Pagamento e liquidação – inclui a atividade relacionada com operações de crédito e débito.

-Banca comercial – inclui a atividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao setor público.

-Banca de retalho – compreende a atividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.

-Outros – Restantes atividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

v) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. e). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação especifica efetuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação. A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia implicar o reconhecimento de perdas de imparidade, que não as que se encontram atualmente contabilizadas.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia, apresentada, na Nota 7 permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital valorizados ao custo histórico, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39 (ver Nota 2.2. d)). A imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada na Nota 5.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2. c), em conformidade com a IFRS 13 – Justo Valor. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço (ver Nota 5).

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.2. o), as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis (ver Nota 29).

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito e benefícios dos empregados, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IAS 39, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Conforme referido na Nota 12, em 31 de dezembro de 2016 existem contingências não

provisionadas relativas a correções efetuadas pelas Autoridades Fiscais ao lucro tributável de anos anteriores, dado o Banco considerar que os procedimentos que adotou estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidas na medida em que se prevê a existência de resultados tributáveis futuros. Tantos os impostos diferidos ativos como os impostos diferidos passivos são calculados com base na legislação fiscal Cabo-Verdiana – alterações na interpretação que a Gestão realiza sobre esta legislação podem influenciar os impostos diferidos reconhecidos nas contas do Banco.

w) Resultados por ação – básico e diluídos

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2016:

1. Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2016:

Normas

a) **IAS 1** (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

b) **IAS 16 e IAS 38** (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

c) **IAS 19** (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

d) **IAS 27** (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da

equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

e) **Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28**, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

f) **IFRS 11** (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

g) **Melhorias às normas 2010 - 2012**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

h) **Melhorias às normas 2012 - 2014**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

2. Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou:

a) **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

b) **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

3. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

3.1 - Normas

a) **IAS 7** (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

b) **IAS 12** (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

c) **IAS 40** (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

d) **IFRS 2** (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

e) **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negoceiam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

f) **Alterações à IFRS 15**, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

g) **IFRS 16** (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

h) **Melhorias às normas 2014 – 2016** (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

3.2 - Interpretações

a) **IFRIC 22** (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Caixa		
. Moeda nacional	572,391	510,295
. Moeda estrangeira	488,263	524,501
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	6,782,946	1,718,419
. Moeda estrangeira	1,029	1,016
	7,844,629	2,754,231

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 15% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. A partir de 2014, foi fixada uma percentagem mínima diária de 20% do montante de reservas mínimas que as instituições financeiras devem manter nas contas de depósito à ordem.

Nos exercícios de 2016 e 2015, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no país		
. Caixa Económica de Cabo Verde	994	996
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Novo Banco, S.A.	84,321	84,396
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	126,575	177,837
. Unicredito Italiano SpA	19,699	20,550
. Citibank	26,503	66,851
. Outras	255,423	295,394
	513,514	646,023
Cheques a cobrar:		
Sobre o país	108,718	71,053
Sobre o estrangeiro	26,259	109,557
	134,977	180,611
Outras disponibilidades	3,831	3,817
	652,322	830,451

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do mês seguinte.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira		
. Justo valor	6,433,170	6,441,341
. Rendimentos a receber	150,369	341,197
	6,583,539	6,782,539
Instrumentos de capital	80,921	80,194
Imparidade (Nota 16)	(10,841)	(10,841)
	6,653,619	6,851,891

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

			2016			2015		
Título	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de justo valor (Nota 20)	Imparidade (Nota 16)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de justo valor (Nota 20)	Imparidade (Nota 16)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor								
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	58.49%	6,433,170	6,583,539	-	-	6,782,538	8,171	-
Visa International Service Association	n.d.	1,314	14,835	14,139	-	14,108	12,794	-
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico								
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.	11.11%	50,000	39,159	-	(10,841)	39,159	-	(10,841)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	0.65%	10,133	10,133	-	-	10,134	-	-
Fundo G.A.R.I.	0.19%	4,203	4,203	-	-	4,203	-	-
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	0.83%	1,750	1,750	-	-	1,750	-	-
		66,086	55,245	-	(10,841)	55,245	-	(10,841)
		6,500,570	6,653,819	14,139	(10,841)	6,851,891	20,965	(10,841)

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objetivo de valorização dos seus ativos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. Neste sentido, o Banco regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" (Nota 23);

- O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;

- Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transacionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua atividade em Cabo Verde.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podem ser transacionados sem restrições.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Aplicações de crédito no país:		
. No Banco de Cabo Verde:		
- Titulos de regularização monetária	267.000	282.000
- Titulos de intervenção monetária	738.000	1.000.000
- Aplicações a muito curto prazo	14.000.000	15.350.000
	15.005.000	16.632.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
. Aplicações a muito curto prazo		
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.	381.296	202.134
- Novo Banco, S.A.		463.113
. Depósitos a prazo		
- Caixa Geral de Depósitos	1.820.954	2.889.830
- Novo Banco, S.A	882.120	275.663
. Contas caução		
- Outras instituições de crédito no exterior	27.392	11.452
	3.111.762	3.842.192
Juros a receber	6.112	13.231
Proveitos diferidos	(252)	(280)
	18.122.622	20.487.143

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

7. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais		17,020
. Créditos em conta corrente	1,924,842	1,518,999
. Descobertos em depósitos à ordem	117,509	141,776
. Cartões de crédito	128,122	126,874
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	28,449,890	27,931,585
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais		
. Créditos em conta corrente		700
. Descobertos em depósitos à ordem	724	2,078
. Cartões de crédito	5,678	6,341
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	268,732	263,477
. Créditos em conta corrente	59,119	49,992
Outros créditos e valores a receber (titulados)	3,469,639	3,547,854
Crédito ao pessoal	1,834,516	1,962,646
	36,258,771	35,559,343
Juros a receber	180,087	166,729
Comissões e outros proveitos diferidos	(233,607)	(244,013)
Custos diferidos	1,934	2,241
Crédito e juros vencidos	5,264,845	6,050,326
	41,472,030	41,534,626
Imparidade de crédito a clientes (Nota 16)	(3,819,549)	(4,023,047)
	37,652,481	37,511,579
Títulos da Dívida Pública		
Valor Nominal	7,915,424	6,808,937
Juros a receber	119,139	106,832
	8,034,563	6,915,769
	45,687,044	44,427,348

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados)" reflete o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 2.2. c) i) a)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Titulo	2016	2015	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	663.751	663.751	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	1.458.220	1.458.220	14-06-2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	637.951	637.951	27-07-2020
Câmara Municipal da Praia	299.925	321.348	23-07-2030
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche C	178.731	178.731	06-01-2019
Câmara Municipal do Sal	104.805	116.450	15-07-2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	66.569	66.569	18-02-2017
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	59.687	59.687	31-07-2024
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	-	45.147	11-10-2017
	3.469.639	3.547.854	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde. As obrigações emitidas pela ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A., apresentadas em 31 de dezembro de 2015, tinham como garantia uma carta conforto emitida pelo Estado de Cabo Verde e foram liquidadas antecipadamente em 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações emitidas pela Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. e pela Cabo Verde Fast Ferry, S.A. encontram-se em incumprimento com o pagamento de cupões de juros desde agosto de 2013 e agosto de 2011, respetivamente.
No entanto, em 2016 foi renegociado a reestruturação do empréstimo obrigacionista da CVFF, com maturidade para 2024, com redução significativa das taxas de juros.
Relativamente à emitente SOGEI, foi apresentado um projeto da conversão das obrigações em unidades de participação de um Fundo de investimento Fechado a criar, o que se encontra ainda em discussão.

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o crédito vivo e obrigações com aval do Estado de Cabo Verde ascende a mCve. 3.122.986 e mCve. 3.165.135, respetivamente e o crédito vivo com carta conforto do Estado ascende a mCve 385.130 e mCve 512.477, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o crédito bruto concedido a clientes, incluindo crédito e juros vencidos e excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados", dívida Pública, juros corridos, comissão e custos diferidos, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	31.12.2016								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-		-	22.884	367	23.251	22.884	367	23.251
Pesca	-		-	11.566	8.004	19.571	11.566	8.004	19.571
Indústrias extractivas	-		-	49.948	14.064	64.011	49.948	14.064	64.011
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-		-	49.948	14.064	64.011	49.948	14.064	64.011
Indústrias transformadoras	78.440	-	78.440	1.137.205	184.083	1.321.868	1.215.645	184.083	1.400.308
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco			-	508.566	123.086	631.651	508.566	123.086	631.651
Indústria têxtil			-	19.237	483	19.720	19.237	483	19.720
Indústria do couro e de produtos de couro			-	-	-	-	-	-	-
Fabrico de prod. quím. e de fibras sintéticas ou artificiais			-	44.059	-	44.059	44.059	-	44.059
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas			-	-	-	-	-	-	-
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos			-	27.600	-	27.600	27.600	-	27.600
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos			-	56.568	8.696	65.263	56.568	8.696	65.263
Fabrico de máquinas e de equipamentos			-	-	-	-	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões			-	14.031	14.199	28.230	14.031	14.199	28.230
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	49.767		49.767	386.661		386.661	434.429		434.429
Construção	84.111		84.111	1.018.419	149.614	1.168.033	1.102.530	149.614	1.252.144
Com. grosso / retalho; rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-		-	2.488.884	572.516	3.061.400	2.488.884	572.516	3.061.400
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-		-	1.796.269	26.254	1.822.523	1.796.269	26.254	1.822.523
Transportes, armazenagem e comunicações	33.291		33.291	1.305.581	621.446	1.927.027	1.338.873	621.446	1.960.319
Actividades de informação e de comunicação	-		-	-	-	-	-	-	-
Actividades financeiras	-		-	394.692	-	394.692	394.692	-	394.692
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-		-	392.404	-	392.404	392.404	-	392.404
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-		-	2.288	-	2.288	2.288	-	2.288
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-		-	1.483.060	1.987.606	3.470.667	1.483.060	1.987.606	3.470.667
Actividades imobiliárias	-		-	1.483.060	1.987.606	3.470.667	1.483.060	1.987.606	3.470.667
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-		-	261.529	72.139	333.669	261.529	72.139	333.669
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-		-	-	-	-	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.563.898	117	1.563.815	4.089	-	4.089	1.567.787	117	1.567.904
Educação	-		-	19.172	28	19.201	19.172	28	19.201
Saúde e segurança social	-		-	320.041	6.452	326.493	320.041	6.452	326.493
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	1.187.570		1.187.570	936.533	72.104	1.008.637	2.123.103	72.104	2.195.208
Famílias com empregados domésticos	-		-	2.226	782	3.008	2.226	782	3.008
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-		-	-	-	-	-	-	-
	2.988.877	117	2.988.994	11.638.771	3.616.825	15.252.792	14.627.648	3.616.136	18.230.786
Particulares									
Habitação			-	13.779.614	1.159.915	14.939.528	13.779.614	1.159.915	14.939.528
Outros fins			-	4.396.971	488.891	4.875.862	4.396.971	488.891	4.875.862
	-	-	-	18.166.484	1.648.706	19.815.191	18.166.484	1.648.706	19.815.191
	2.988.877	117	2.988.994	29.805.256	5.264.532	35.067.983	32.789.132	5.264.845	38.053.977

	31.12.2015								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	6.039	5.411	11.450	6.039	5.411	11.450
Pesca	-	-	-	9.590	8.037	17.627	9.590	8.037	17.627
Indústrias extractivas	-	-	-	44.334	27.086	71.340	44.334	27.086	71.340
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	44.334	27.086	71.340	44.334	27.086	71.340
Indústrias transformadoras	-	-	-	734.029	403.250	1.137.279	734.029	403.250	1.137.279
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	176.737	126.255	302.992	176.737	126.255	302.992
Indústria têxtil	-	-	-	21.436	472	21.909	21.436	472	21.909
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	1.332	92	1.424	1.332	92	1.424
Fabrico de prod. quím. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	57.534	-	57.534	57.534	-	57.534
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	90.684	630	91.314	90.684	630	91.314
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	6.989	9.595	16.584	6.989	9.595	16.584
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	78.753	34.757	113.510	78.753	34.757	113.510
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	285.537	218.185	503.722	285.537	218.185	503.722
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	14.017	14.043	28.060	14.017	14.043	28.060
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	453.211	241.695	694.906	453.211	241.695	694.906
Construção	81.644	-	81.644	1.021.629	648.651	1.670.280	1.103.473	648.651	1.752.124
Com. grosso / retalho; rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	2.410.670	249.110	2.659.780	2.410.670	249.110	2.659.780
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	1.217.353	75.684	1.293.037	1.217.353	75.684	1.293.037
Transportes, armazenagem e comunicações	329	-	329	1.299.620	2.365.937	3.665.557	1.299.950	2.365.937	3.665.887
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	302.329	83.955	476.284	302.329	83.955	476.284
Actividades financeiras	-	-	-	347.084	-	347.084	347.084	-	347.084
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	345.084	-	345.084	345.084	-	345.084
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	2.080	-	2.080	2.080	-	2.080
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	1.891.675	5.061	1.896.736	1.891.675	5.061	1.896.736
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.891.675	5.061	1.896.736	1.891.675	5.061	1.896.736
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	419.080	3.230	422.226	419.080	3.230	422.226
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	15.073	32.410	47.483	15.073	32.410	47.483
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.629.946	230	1.629.676	5.649	10	5.649	1.634.289	240	1.634.536
Educação	-	15	15	2.887	82.043	84.930	2.887	82.058	84.945
Saúde e segurança social	-	-	-	265.185	4.186	269.253	265.185	4.186	269.253
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	780.077	2	780.079	826.467	9.649	950.116	1.606.544	9.651	1.816.195
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	2.270	-	2.270	2.270	-	2.270
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	22	-	22	22	-	22
	2.476.996	250	2.477.146	11.969.182	4.155.286	15.494.068	13.695.626	4.155.536	17.971.213
Particulares									
Habitação	-	-	-	13.884.735	1.314.131	15.199.686	13.884.735	1.314.131	15.199.686
Outros fins	-	-	-	4.291.075	800.680	4.891.736	4.291.075	800.680	4.891.736
	-	-	-	18.175.810	1.914.781	20.090.591	18.175.810	1.914.781	20.090.591
	2.476.996	250	2.477.146	30.144.992	6.070.076	35.584.659	32.871.486	6.070.326	38.061.804

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica é composta por terrenos detidos pelo Banco, reclassificados de "Outros ativos tangíveis" na transição para as NIRF.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

9. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" nos exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016							
	Saldo em 31.12.2015							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe-rências	Reclassi-ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2016
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	2.090.996	(661.650)	84.236	108.708	-	(37.084)	3.772	1.588.977
Obras em imóveis arrendados	408.732	(271.557)	-	-	-	(31.202)	-	105.973
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	251.780	(181.746)	887	-	-	(17.990)	(161)	52.780
Máquinas e ferramentas	46.992	(40.108)	1.175	-	-	(2.896)	-	5.162
Equipamento informático	559.350	(460.820)	6.650	17.269	(275)	(49.213)	(60)	72.901
Instalações interiores	177.282	(138.307)	890	-	-	(14.267)	(135)	25.464
Material de transporte	195.028	(134.569)	32.880	2.720	-	(22.442)	(2.249)	71.369
Equipamento de segurança	126.127	(58.769)	3.419	8.662	45	(15.569)	-	65.914
Outro equipamento	136.613	(111.890)	557	5.137	-	(8.998)	-	20.419
Activos tangíveis em curso	119.487	-	124.571	(142.782)	(65)	-	(9.384)	91.847
	4.186.421	(2.059.417)	255.266	(287)	(275)	(199.660)	(8.208)	2.175.841

	2015							
	Saldo em 31.12.2014							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe-rências	Reclassi-ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2015
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	2.081.521	(626.280)	13.434	-	-	(35.394)	(3.936)	1.429.345
Obras em imóveis arrendados	408.732	(240.356)	-	-	-	(31.202)	-	137.174
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	267.365	(180.403)	256	4.553	-	(20.345)	(1.391)	70.035
Máquinas e ferramentas	57.332	(48.825)	2.315	-	-	(3.494)	(445)	6.883
Equipamento informático	482.560	(433.468)	67.219	13.709	-	(31.585)	84	98.529
Instalações interiores	183.213	(130.055)	1.892	33	-	(16.105)	(1)	38.977
Material de transporte	197.843	(129.961)	21.930	-	-	(24.875)	(4.487)	60.459
Equipamento de segurança	108.059	(47.289)	16.267	4.025	-	(11.700)	(5)	69.357
Outro equipamento	126.641	(105.227)	8.490	1.804	-	(7.834)	(150)	23.724
Activos tangíveis em curso	35.048	-	108.563	(24.124)	-	-		119.487
	4.023.348	(1.941.844)	240.366	-	-	(182.535)	(10.331)	2.129.004

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos tangíveis em curso referem-se essencialmente a obras em curso em agências do Banco e à aquisição de equipamento informático que ainda não tinha entrado em funcionamento no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco tem registada imparidade para imóveis de serviço próprio no montante de mCve. 37.671 (Nota 16).

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016					
	Saldo em 31.12.2015					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2016
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	286,631	(272,353)	1,957	15,228	(8,242)	23,221
Outros activos intangíveis	13	(13)	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	9,097	-	35,605	(14,942)	-	29,760
	295,740	(272,366)	37,562	287	(8,242)	52,981

	2015					
	Saldo em 31.12.2014					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2015
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	278.655	(264.976)	2.415	5.561	(7.377)	14.278
Outros activos intangíveis	13	(13)	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	5.691	-	8.967	(5.561)	-	9.097
	284.359	(264.989)	11.382	-	(7.377)	23.375

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016						
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	25%	100.000	225.188	31-12-2016	2.900.377	115.184	1.102.031
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	67.612	31-12-2016	1.231.774	168.313	676.120
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15%	15.000	11.466	31-12-2016	77.155	(6.510)	76.445
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	100%	30.000	32.697	31-12-2016	364.034	314	32.697
		155.000	336.963				

	2015						
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	25%	100.000	203.180	31-12-2015	2.929.318	106.813	1.079.461
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	61.117	31-12-2015	874.956	139.921	610.857
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15%	15.000	12.382	31-12-2015	83.435	(6.402)	82.551
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	100%	30.000	31.896	31-12-2015	362.762	725	32.639
		155.000	308.576				

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

Em 30 de abril de 2014, o Banco vendeu 20.000 ações, representativas de 10% do capital social da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Garantia), pelo montante de mCve. 123.497, passando a deter uma percentagem de participação no capital de 25%, tendo a operação gerado uma mais-valia de mCve. 66.884.

Em 8 de maio de 2014, a Garantia vendeu à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) 89.504 ações representativas de 6,576% do capital social do Banco, pelo montante de mCve 313.635,

reduzindo a sua participação no Banco de 12,5% para 5,76%. A operação gerou uma redução do valor de balanço no montante de mCve. 22.376, a qual foi registada por contrapartida de Capital Próprio. Adicionalmente, a venda dessa participação originou uma mais valia nas contas da Garantia que foi registada pelo Banco por contrapartida de Capital Próprio na proporção da sua participação na Garantia ascendendo a cerca de mCve. 56.000.

A participação cruzada é tomada em consideração na determinação do valor do investimento do Banco na Garantia.

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

No exercício de 2010, o Banco subscreveu 14.700 ações da Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira Unipessoal Anónima, S.A. (Sociedade) representativas de 49% do seu capital social pelo valor nominal de mCve. 1 por ação. Esta Sociedade iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

No exercício de 2015 o Banco adquiriu 15.300 ações da Promoleasing por mCve 15.300, passando a deter em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a totalidade do capital social.

CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Nos termos do disposto no Artigo 1º da Portaria n.º 28/2013 de 15 de maio foi autorizada a constituição da CVGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (Sociedade) com o capital social de mCve. 100.000. Trata-se de uma sociedade de garantia mútua que tem como objeto social a realização de operações financeiras em benefício de micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover e a facilitar o seu acesso ao financiamento, quer junto do sistema financeiro, quer no mercado de capitais. O Banco subscreveu 15.000 ações com um valor de mCve. 15.000, correspondentes a 15% do capital da Sociedade. Nos termos do Acordo Parassocial, os acionistas instituições de crédito da Sociedade, concedem à SPMG – Sociedade de Investimento, S.A. uma opção de venda de ações da Sociedade pelo valor nominal a exercer anualmente com referência a 31 de dezembro. Em 23 de dezembro de 2013, foi apresentado o requerimento ao Banco de Cabo Verde para autorização do início de atividade da Sociedade, a qual data de 18 de dezembro de 2014.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2016 e 2015 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Garantia	SISP	CVGARANTE	Promoleasing	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	193,999	58,361	13,314	15,871	281,546
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio				15,300	15,300
Resultados em associadas	26,270	13,886	(931)	725	39,950
Dividendos recebidos	(17,090)	(11,129)			(28,219)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	203,179	61,118	12,383	31,896	308,576
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio					
Resultados em associadas referente a exercícios anteriores	9,203	(1,733)		487	7,957
Resultados em associadas no exercício	28,796	16,831	(916)	314	45,025
Dividendos recebidos	(15,992)	(8,603)			(24,595)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	225,187	67,612	11,467	32,697	336,963

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

12 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco estava sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), sendo a taxa agregada de imposto 25,5%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento e ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

	2016	2015
Activos por impostos correntes		
. IUR a recuperar de 2016	2,470	-
. IUR a recuperar de 2015	38,719	38,719
. IUR a recuperar de 2014	9,913	9,913
. IUR a recuperar de 2013	16,519	16,519
. IUR a recuperar de 2012	60,534	60,534
. IUR a recuperar de 2011	60,522	60,522
. IUR a recuperar de 2010	146,894	146,894
. IUR a recuperar de 2009	172,845	172,845
. IUR a recuperar de 2008	114,517	114,517
. IUR a recuperar de 2006	120,912	120,912
. IUR a recuperar de 2005	54,646	54,646
	798,491	796,021
. Retenções na fonte do exercício		
. Exercício de 2016	4,314	-
. Exercício de 2014	21,485	21,485
. Exercício de 2013	24,682	24,682
. Exercício de 2012	20,044	20,044
. Exercício de 2011	32,626	32,626
	901,641	894,857
Passivos por impostos correntes	73,220	-
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	56	2,504
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	(197,342)	(155,963)
	(197,286)	(153,459)

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2015	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2016
Ajustamentos de conversão para as NIRF	137	-	-	137
Movimentos efectuados por reservas				
Desvios actuariais de responsabilidades com saúde e assistência médica	(143,265)	(50,710)	-	(193,975)
Valorização de investimentos em associadas	(4,985)	4,985	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(5,346)	1,898	-	(3,448)
	(153,459)	(43,827)	-	(197,286)

	2015			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2014	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2015
Ajustamentos de conversão para as NIRF	137			137
Movimentos efectuados por reservas				
Desvios actuariais de responsabilidades com saúde e assistência médica	(122,198)	(21,067)		(143,265)
Valorização de investimentos em associadas	(4,985)			(4,985)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(2,360)	(2,986)		(5,346)
	(129,406)	(24,053)	-	(153,459)

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de janeiro de 2008 com efeitos no capital próprio, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorreram para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa de nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como se segue:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2016		2015	
Resultado antes de impostos		418,321		368,830
Imposto apurado com base na taxa nominal	25.50%	106,672	25.50%	94,052
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	-1.04%	(4,358)		
. Valias realizadas com a alienação de partes de capital				
. Rendimento de obrigações admitidas à cotação	-8.63%	(36,108)	-8.25%	(30,444)
. Donativos	-0.16%	(657)	-0.26%	(962)
. Dividendos	-2.78%	(11,635)		
. Outros	-0.16%	(654)	-0.13%	(496)
. Rendimentos de Títulos de Dívida Pública colocados em mercado secundário	4.45%	18,611		
Encargos não aceites fiscalmente	0.07%	275	2.98%	10,978
Tributaçao Autónoma	0.48%	2,016	0.25%	928
Prejuizo fiscal/ (Dedução de prejuizo fiscal)	0.00%	-	-20.08%	(74,056)
Imposto sobre o lucro do exercicio	17.73%	74,162	0.00%	-

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito e benefícios dos empregados, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IAS 39, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Nos termos da legislação que estava em vigor até 31 de dezembro de 2014, o Banco beneficiava de isenções relativas aos seguintes rendimentos:

- rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira;
- dividendos recebidos; e
- rendimento de obrigações, que não sejam de dívida pública, admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, durante três anos a contar da sua entrada em funcionamento efetivo. Estes rendimentos, dependendo do ano de emissão, beneficiam ainda de taxas reduzidas de imposto.

Por este motivo a carga fiscal apresentada pelo Banco até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi inferior à taxa normal de tributação.

Com a entrada em vigor do Código do IRPC no exercício de 2015, o Banco deixou de beneficiar de isenções sobre alguns rendimentos, com exceção do Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, cujos rendimentos continuaram a ser isentos, por estes títulos terem sido obtidos antes de 31 de dezembro de 2014.

O Código do IRPC prevê que os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores apurados no âmbito do IUR podiam ser deduzidos nos 3 exercícios seguintes, nos termos do regime anteriormente em vigor. Desta forma, na estimativa de imposto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o Banco deduziu parte dos seus prejuízos reportáveis que apurou em anos anteriores. Em 31 de Dezembro de 2016 o Banco ainda mantém prejuízos fiscais reportáveis não utilizados no montante de 19.603 mCve referentes ao exercício 2014, e para os quais o Banco não registou ativos por impostos diferidos.

As Autoridades Fiscais de Cabo Verde (DGCI) efetuaram um conjunto de correções à matéria coletável do Banco dos exercícios de 2005 a 2013, as quais podem ser resumidas, conforme se

segue:

- Entre 2009 e 2012 o Banco recebeu diversas notificações da DGCI, de liquidações referentes a correções ao imposto sobre o rendimento relativas aos exercícios de 2005 a 2012. Grande parte das correções estão relacionadas com a não-aceitação fiscal dos custos com pensões e responsabilidades com saúde. No entanto, o Banco considera que os procedimentos adotados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, pelo que contestou as correções efetuadas. Apesar disto, em alguns exercícios, efetuou o pagamento das liquidações adicionais, tendo reconhecido esses montantes como um ativo por imposto corrente a recuperar.

- Em 2012 o Banco recebeu duas notificações da DGCI de liquidações referentes a correções ao imposto sobre o rendimento relativo aos exercícios de 2007 e 2011, nos montantes de mCve. 180.500 e mCve. 48.775, respetivamente, relacionadas essencialmente com pensões e responsabilidades com saúde, sobre as quais constituiu garantias bancárias para cobertura do imposto fixado pela DGCI.

  Em dezembro de 2012, o Banco efetuou uma impugnação judicial sobre a liquidação adicional relativa ao ano de 2008, que já tinha sido alvo de um recurso hierárquico interposto pelo BCA, mas que foi indeferido. Em dezembro de 2013, o Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento deliberou considerar a impugnação totalmente procedente, dando como anulado o ato de fixação da matéria coletável de 2008 e correspondente liquidação. Em fevereiro de 2014, as Autoridades Fiscais apresentaram recurso desta decisão para o Supremo Tribunal de Justiça, encontrando-se o processo em curso nesta data.

- Em agosto de 2013, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, de liquidações referentes a correções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2012. O Banco contestou as correções efetuadas incluindo as referentes aos custos com pensões e responsabilidades com saúde. Em dezembro de 2013, a DGCI deferiu algumas das reclamações efetuadas pelo Banco, tendo permanecido como não sendo aceite essencialmente os custos relacionados com pensões e responsabilidades com saúde, dando origem a um crédito de imposto no montante de mCve. 18.869. De notar que a notificação da DGCI tem implícita a aceitação como custo de cerca de mCve. 144.000 relacionados com pagamentos de pensões efetuados no ano. Este entendimento não foi consistente com o adotado em anteriores notificações, em que não era aceite qualquer montante.

- Em agosto de 2014 o Banco recebeu uma notificação da DGCI de liquidação referente a correções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2013, relacionadas essencialmente com pensões e responsabilidades com saúde. O Banco apresentou em 22 de setembro de 2014 o exercício de direito de audição tendo contestado a maior parte das correções propostas pela Administração Fiscal. A DGCI deferiu algumas das reclamações efetuadas pelo Banco, tendo permanecido como não sendo aceite essencialmente os custos relacionados com pensões e responsabilidades com saúde. No entanto, importa destacar que foram aceites como custos cerca de mCve. 115.154 relacionados com pagamentos de pensões efetuados no ano.

  Em 14 de outubro de 2014, a DGCI fixou a matéria coletável de 2013 em mCve. 138.776 ascendendo o montante de imposto único sobre o rendimento associado a mCve. 35.388. O BCA utilizou o crédito de imposto de mCve. 18.869 e liquidou o diferencial a 24 de outubro de 2014.

  Em 25 de fevereiro de 2015, foi interposto pelo Banco o recurso hierárquico da decisão de indeferimento da reclamação sobre as correções relativas a pensões e assistência médica referente ao exercício de 2013, o qual foi indeferido a 20 de agosto de 2015.

- Em 5 de dezembro de 2014, o Banco recebeu uma notificação da DGCI referente à confirmação da matéria coletável relativa ao exercício de 2009 no montante de mCve.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

757.016, resultando num valor de imposto adicional a pagar de mCve. 27.019. Em 30 de dezembro de 2014, na sequência do exercício do direito de audição do Banco, a DGCI fixou a matéria coletável de 2009 em mCve. 742.428, resultando num valor de imposto adicional a pagar de mCve. 23.300. Em 27 de janeiro de 2015, o Banco recebeu uma notificação da DGCI relativa à reapreciação da reclamação da confirmação da matéria coletável referente ao exercício de 2009, que resultou num crédito de imposto de mCve. 3.104. Nas notificações de confirmação da matéria coletável relativa ao exercício de 2009, foram aceites cerca de mCve. 78.829 relacionados com pagamentos de pensões efetuados no ano.

- Em novembro de 2015 o Banco recebeu uma notificação da DGCI relativa ao exercício de direito de audição para a proposta de fixação da matéria coletável para o exercício de 2014 em mCve. 174.234 ascendendo o montante de imposto único associado a mCve. 33.813. Em 30 de dezembro de 2015, na sequência do exercício do direito de audição do Banco, a DGCI fixou a matéria coletável de 2014 em mCve. 32.291, que resultou num crédito de imposto de mCve. 2.383. Em 22 de janeiro de 2016, Banco contestou as correções efetuadas referentes aos custos com pensões.
  - Em janeiro 2016 o Banco contestou a fixação da matéria coletável do exercício 2014 e recebida em dezembro de 2015. A 04 de novembro de 2016, o Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento considerou totalmente procedente, por provada a impugnação do BCA relativamente à fixação da matéria coletável de 2013.

Em 31 de dezembro de 2016 o impacto total do eventual risco associado às situações descritas acima ascende ao montante aproximado de mCve. 1.291.839, tendo o Banco já liquidado mCve. 997.294, os quais se encontram registados em "Ativos por impostos correntes" como imposto a recuperar. Ao montante já liquidado acrescem duas garantias prestadas em 2007 e 2011, no montante total de mCve. 233.044, conforme abaixo indicado:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Correcção pensões e saúde	54,646	120,912	184,270	115,646	146,168	171,711	169,677	150,628	141,359	36,822	-	-	1,291,839
Outras correcções	-	-	(3,770)	-	7,090	(24,817)	878	8,481	22,414	-	-	-	10,276
	54,646	120,912	180,500	115,646	153,258	146,894	170,555	159,109	163,773	36,822	-	-	1,302,115
Activos por impostos correntes													
- IUR a recuperar	54,646	120,912	-	115,646	172,845	146,894	60,522	60,534	16,519	9,913	25,014	2,470	785,815
- Retenções na fonte do exercício	-	-	-	-	-	-	32,626	20,044	24,682	21,485	9,705	4,314	112,856
	54,646	120,912	-	115,646	172,845	146,894	93,148	80,578	41,201	31,398	38,719	101,307	997,294
Garantias prestadas	-	-	184,270	-	-	-	48,774	-	-	-	-	-	233,044
Crédito de imposto	-	-	-	-	-	-	-	(18,869)	18,869	-	-	-	-
	54,646	120,912	184,270	115,646	172,845	146,894	141,922	61,709	60,070	31,398	38,719	101,307	1,230,338

Em 8 de março de 2017 o Banco recebeu uma comunicação da Direção Nacional da Receita do Estado (DNRE) onde é referido que, considerando a existência de fundamentos na lei fiscal que suportam a pretensão do BCA de dedutibilidade dos custos com pensões e saúde incorridos e apresentados no período acima, concede ao BCA o direito à dedução dos mesmos. Saliente-se que esta comunicação vem reforçar a decisão do Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento de 4 novembro de 2016, ao considerar a impugnação do BCA totalmente procedente por provada, anulando o ato de fixação da matéria coletável de 2013 e correspondente liquidação, conforme acima referido.

Considerando que o Banco já adiantou imposto ao Estado nos termos acima, está em fase de negociação com a DNRE a resolução deste assunto por via de encontro de contas.

As correções com encargos de pensões e saúde apresentadas no quadro acima incluem, no exercício de 2009, mCve. 71.200 que se encontra pendente de confirmação por parte da Direção Nacional da Receita do Estado (DNRE) mas que a Administração do Banco estima que o mesmo venha a ser recuperado por via do processo negocial entre as duas partes.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro

tributável. Por este motivo, os exercícios de 2012 a 2016 podem ainda ser revistos e corrigidos. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer outra correção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2016.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

13. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Outros activos		
Bens arrematados	1,131,980	1,170,596
Património artístico	10,923	10,923
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	762	833
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos		
. Estado	213,364	212,013
. Outras entidades	41,348	69,791
Bonificações a receber		
. Do Estado	875,623	823,725
. De outras entidades	6,138	4,652
Adiantamentos a fornecedores de activos fixos	5,949	6,027
Despesas com encargo diferido		
. Seguros	37,968	37,104
. Outros	12,885	18,343
	2,336,939	2,354,007
Imparidade de outros activos (Nota 16):		
. Imóveis recebidos em dação	(187,790)	(172,131)
. Outros activos	(58,673)	(67,654)
	(246,463)	(239,785)
	2,090,476	2,114,222

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito e depósitos, sendo calculadas ao abrigo da legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pelo Banco desde o início de 2000. O reembolso destes montantes tem vindo a ser alvo de negociações com a Direção Geral do Tesouro, que já confirmou a totalidade dos saldos a 31 de dezembro de 2016, no montante global de mCve 1.093.247 assim distribuídos:

- Bonificações de operações de crédito à habitação de 2012 a 2016, cujo valor reclamado e imparidade registada ascendem a mCve. 295.406 e mCve. 33.409, respetivamente, a bonificações do crédito à habitação de 2003 a 2011 e outras bonificações relativas a crédito à habitação, cujo montante ascende a mCve. 398.863, a Outras Bonificações, cujo montante ascende a mCve 185.614, e a outros valores a receber do Estado no montante de mCve. 213.364.

Encontram-se em curso negociações com o Estado com vista ao estabelecimento de um plano de reembolso.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os imóveis recebidos em dação apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ano de aquisição	2016			2015		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2012	60,457	(60,457)	-	62,491	(55,297)	7,194
2012	-	-	-	5,034	(2,517)	2,517
2013	26,823	(13,411)	13,411	26,737	(6,684)	20,053
2014	54,714	(13,679)	41,036	61,414	(6,141)	55,273
2015	968,430	(96,843)	871,587	1,014,920	(101,492)	913,428
2016	21,555	(3,400)	18,155			-
	1,131,980	(187,790)	944,190	1,170,596	(172,131)	998,465

No exercício de 2016 o movimento ocorrido nos imóveis recuperados pode ser apresentado como se segue:

	Saldo em 31.12.2015		Recuperações	Alienações	Transferencias	Perdas por imparidade	Saldo em 31.12.2016	
	Valor bruto	Imparidades					Valor bruto	Imparidade
Terrenos	875,696	(84,142)	6,960				882,656	(104,725)
Edifícios habitacionais	161,164	(33,877)	90,098	58,776	71,885		120,601	(72,166)
Outros Edifícios	133,736	(44,112)	-	5,013	0		128,723	(10,899)
Viaturas	-	-						
	1,170,596	(172,131)	97,058	63,788	71,885	-	1,131,980	(187,790)

No exercício de 2015 o Banco recuperou por dação em pagamento de crédito titulado um montante de mCve. 957.846 de imóveis sitos na cidade da Praia e São Vicente.

O valor líquido contabilístico destes imóveis em 31 de dezembro de 2016 e 2015 ascende a mCve944.190 e mCve 998.463, respetivamente.

No exercício de 2016, as menos-valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mCve. 1.765 (mais-valias de mCve. 743 em 2015 – Nota 26).

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Depósitos à ordem		
. De instituições de crédito no país	80,973	137,133
. De instituições de crédito no estrangeiro	92,586	47,366
Depósitos a prazo		
. De instituições de crédito no País	80,170	175,000
Empréstimos		
. De Organismos Financeiros Internacionais	310,976	408,694
Juros a pagar	628	7,484
	565,333	775,677

Em 14 de outubro de 2005, o Banco, o Banco Interatlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projetos de desenvolvimento dos municípios de caráter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 1,83%. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco tinha esta linha utilizada em 646.693 Euros e 808.371 Euros (mCve. 71.308 e mCve. 89.135, respetivamente), registados na rubrica "Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais".

Em 9 de dezembro de 2009, o Banco, o Banco Interatlântico e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma 2ª linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 10.000.000 Euros, para apoio a projetos de desenvolvimento dos municípios de caráter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de junho de 2014, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,68%. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco tinha esta linha utilizada em 2.173579 e 2.898.109 Euros (mCve. 239.6670 e 319.560, respetivamente), registados na rubrica "Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais"

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Depósitos de poupança		
. De emigrantes	2.866.901	2.600.185
. De residentes	1.108.863	989.535
	3.975.763	3.589.721
Outros depósitos à vista		
Depósitos à ordem		
. De residentes	18.308.328	17.396.430
. De emigrantes	6.708.186	5.506.038
. De não residentes	3.006.292	2.316.363
	28.022.806	25.218.832
Depósitos obrigatórios	160.703	163.062
	28.183.510	25.381.893
Outros depósitos a prazo		
Depósitos a prazo		
. De emigrantes	26.009.366	25.856.694
. De residentes	12.269.814	10.937.545
. De não residentes	1.491.080	2.471.737
	39.770.260	39.265.975
Outros recursos:		
Titulo cedidos com acordo de recompra:		
. Obrigações do Tesouro (Nota 7)	100	100
Cheques e ordens a pagar	27.059	24.950
	71.956.692	68.262.640
Juros a pagar	745.922	834.497
	72.702.613	69.097.136

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os depósitos à ordem não são remunerados, com exceção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

16. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016						
	Saldos em 31.12.2015	Dotações líquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 28)	Utilizações	Outros (Nota 29)	Saldos em 31.12.2016	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	4,023,047	130,216	-	(333,713)	-	3,819,549	48,205
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10,841	-	-	-	-	10,841	-
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 9)	37,671	-	-	-	-	37,671	-
Imparidade de outros activos (Nota 13)	239,785	15,796	-	(9,118)	-	246,463	-
	4,311,344	146,012	-	(342,831)	-	4,114,525	48,205
Provisões							
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 29)							
Pensões de reforma	4,962,620	-	326,995	(209,936)	(170,958)	4,908,721	-
Assistência médica	287,199	-	7,716	(6,346)	(27,998)	260,671	-
	5,249,819	-	334,711	(216,282)	(198,956)	5,169,392	-
Contingências fiscais	49,723	-	-	-	-	49,723	-
	5,299,542	-	334,711	(216,282)	(198,956)	5,219,115	-
	9,610,886	146,012	334,711	(559,113)	(198,956)	9,333,640	48,205

	2015						
	Saldos em 31.12.2015	Dotações líquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 28)	Utilizações	Outros (Nota 29)	Saldos em 31.12.2016	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	4,176,717	140,292	-	(243,861)	(50,101)	4,023,047	(23,321)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10,841	-	-	-	-	10,841	-
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 9)	37,671	-	-	-	-	37,671	-
Imparidade de outros activos (Nota 13)	126,130	71,036	-	(7,482)	50,101	239,785	-
	4,351,359	211,328	-	(251,343)	-	4,311,344	(23,321)
Provisões							
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 29)							
Pensões de reforma	4,899,738	-	324,653	(204,153)	(57,618)	4,962,620	-
Assistência médica	293,941	-	10,496	(20,123)	2,885	287,199	-
	5,193,679	-	335,149	(224,276)	(54,733)	5,249,819	-
Contingências fiscais	49,723	-	-	-	-	49,723	-
	5,243,402	-	335,149	(224,276)	(54,733)	5,299,542	-
	9,594,761	211,328	335,149	(475,619)	(54,733)	9,610,886	(23,321)

Conforme descrito na nota 13, no exercício de 2015 o Banco recuperou por dação em pagamento de crédito a clientes e credito titulado sobre a Tecnicil – Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. um montante de mCve. 957.846 de imóveis. Neste âmbito, o Banco procedeu à reclassificação da imparidade atribuída em 31 de dezembro de 2014, no montante de mCve. 50.101, registada na rubrica "Imparidade de crédito a clientes" para a rubrica "Imparidade de outros ativos".

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

17. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2010, o Banco emitiu 500.000 obrigações subordinadas com um valor nominal de 1.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tem um prazo de 7 anos e vence juros a uma taxa de juro nominal crescente a começar em 5,75% para o 1.º e 2.º cupão até 6,25% para o 7.º cupão. O reembolso do capital será realizado de forma parcial em prestações semestrais de mCve. 50.000 a partir do 5.º semestre (inclusive). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado dois anos após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

No exercício de 2016 foram amortizados de mCve. 100.000 de obrigações subordinadas (em 2015 o montante também correspondeu a mCve. 100.000).

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Credores		
Recursos - conta activa	134.783	150.537
Recursos - conta caução	17.495	9.033
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	42.652	54.586
Previdência social	14.266	13.566
Outros	8.680	2.699
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal		
. Prémios de produtividade	42.442	36.442
. Férias não gozadas		4.148
Gastos gerais administrativos	13.115	14.058
Outros	36.986	59.895
Receitas com rendimento diferido		
Anuidades de cartões	21.332	19.936
Comissões de abertura de créditos em conta corrente	13.036	8.837
De garantias prestadas	6.610	8.684
Outros	-	191
Operações passivas a regularizar	4.870	2.777
Outras contas de regularização	28.283	42.752
	384.551	428.141

A rubrica "Outras contas de regularização" inclui as compensações interbancárias efetuadas no último dia do ano de 2016, que são regularizadas no mês seguinte.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

19. CAPITAL

O capital do Banco em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está representado por 1.324.765 de ações com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a estrutura acionista do Banco é a seguinte:

	2016		2015	
Entidade	Número de acções	%	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Interatlântico, S.A.R.L.	697.446	52,65%	697.446	52,65%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	89.504	6,76%	89.504	6,76%
Estado de Cabo Verde ("Golden Share")	-	0,00%		
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social	132.492	10,00%	132.492	10,00%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	76.322	5,76%	76.322	5,76%
Outros accionistas	329.001	24,83%	329.001	24,83%
	1.324.765	100,0%	1.324.765	100,00%

Na Assembleia Geral de 25 de março de 2009, foi deliberado um aumento de capital do Banco no montante de mCve. 324.765, através da emissão de 324.765 ações do tipo B um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente realizado em dinheiro. O Banco incorreu em despesas no montante de mCve. 6.117, as quais, no âmbito da Norma IAS 32 foram refletidas diretamente no Capital Próprio, a deduzir à rubrica "Capital".

Acionistas titulares de direitos especiais

Até 16 de dezembro de 2014, as 132.476 ações do Estado de Cabo Verde representavam uma Golden Share que (qualquer que fosse o seu número) conferiam o direito de veto em deliberações sobre a vida societária relativas às alterações do contrato de sociedade que implicavam a perda das prerrogativas do acionista Estado decorrentes da golden share, à fusão, cisão, transformação e dissolução de sociedade, e à aprovação do Plano Estratégico.

Com a aprovação do DL 67/2014 foram eliminados os direitos especiais que estas ações atribuíam ao acionista Estado de Cabo Verde, passando as mesmas a serem enquadradas na categoria de ações ordinárias e livremente transacionáveis.

Transmissibilidade das ações

Até 16 de dezembro de 2014, das 1.324.765 ações que representam o capital social, 525.000 eram ações nominativas, ou seja, apenas podiam ser detidas pelos adquirentes do bloco indivisível (Agrupamento Caixa Geral de Depósitos/Banco Interatlântico). Estas ações não podiam ser cedidas, alienadas ou oneradas pela CGD/BI, por qualquer título, sendo igualmente vedada a realização de qualquer negócio jurídico que transmita ou tenda a transmitir a sua propriedade, sem autorização do Governo. Com a Resolução 077/2014 de 7 de outubro, alterou-se o estatuto destas ações o que veio também a culminar com a alteração dos Estatutos do BCA. Assim, o capital social do BCA passou a ser representado por 1.324.765 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil e setecentos e sessenta e cinco) ações, nominativas e ao portador, com o valor nominal de 1.000$00 (mil escudos) cada, distribuído da seguinte forma: a) 525.000 (quinhentos e vinte e cinco mil) ações nominativas; b) 799.765 (setecentos e noventa e nove mil e setecentos e sessenta e cinco) ações ao portador.

Tanto as ações ao portador como as nominativas podem agora ser detidas por pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, domiciliadas ou não no território nacional.

A 20 de fevereiro de 2015 o Estado deixou de deter participação qualificada na sequência da alienação da sua posição acionista na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

20. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCICIO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de reservas, resultados transitados e resultado do exercício têm a seguinte composição:

	2016	2015
Reservas de justo valor		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
- De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	13,522	20,966
- Outros		
	13,522	20,966
Reservas por impostos diferidos		
- Por diferenças temporárias resultantes da valorização ao justo valor (Nota 12)	(3,448)	(5,346)
	10,074	15,620
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	815,077	778,194
Outras reservas:		
Desvios actuariais de responsabilidades com pensões e assistência médica (Nota	760,680	561,824
Reservas por impostos diferidos - por desvios actuariais (Nota 12)	(193,973)	(143,265)
Outras reservas	3,398,569	3,145,888
	3,965,276	3,564,447
Resultados transitados	(1,174,877)	(1,174,877)
	3,605,476	3,167,765
Resultado do exercício	344,159	368,830
	3,959,710	3,562,216

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII de 23 de abril, Artº 42), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2.660.434	2.608.125
. Crédito ao exterior	29.886	33.896
. Crédito ao pessoal	56.835	56.065
. Crédito vencido	21.344	19.396
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)	588.266	638.621
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	113.082	271.507
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
. Títulos de intervenção monetária	2.758	5.489
. Títulos de regularização monetária	721	1.334
. Títulos do Tesouro	14	48
. Aplicações a muito curto prazo	26.811	20.152
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	11.266	16.609
Outros juros e rendimentos similares	115	997
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	123.612	98.167
	3.635.144	3.770.607

No exercício de 2015, a rubrica "Juros de crédito a clientes – Crédito interno" encontra-se deduzido de mCve. 68.506, respetivamente, relativos ao reconhecimento do custo com bonificações de anos anteriores, considerados não elegíveis pela Direção Geral do Tesouro (Nota 13).

22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Juros de depósitos à ordem		
. Banco de Cabo Verde	1	76
Juros de operações de venda com acordo de recompra		
. Obrigações do Tesouro	6	6
Juros de depósitos de poupança		
. De emigrantes	108,922	103,286
. De residentes - Poupança Jovem	52,328	48,672
Juros de depósitos a prazo		
. De emigrantes	1,033,094	1,098,396
. De residentes	400,353	450,895
. De não residentes	38,580	88,248
. De outras instituições de crédito no país	2,354	12,889
Outros juros e encargos similares	21,072	30,027
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	307	246
	1,657,016	1,832,741

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Rendimentos de Titulos Consolidados de Mobilização Financeira	17.089	133.768
Dividendos:		
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	974	974
. SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	121	117
. Visa International Service Association	71	
	18.256	134.859

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Rendimentos com serviços e comissões		
Ordens de pagamento recebidas	83.662	83.894
Garantias e avales prestados	61.910	68.804
Comissões por ordens de pagamento emitidas	71.405	54.291
Anuidades da rede de ATM's (Vint4 e Visa)	46.463	42.146
Comissões Western Union	23.637	24.028
Cobrança de valores	15.355	19.363
Créditos documentários	13.001	8.952
Outros	108.431	99.271
	423.864	400.749
Encargos com serviços e comissões		
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L.	(9.525)	(11.944)
Visa International Service Association	(21.203)	(16.938)
Comissões de correspondentes	(12.916)	(10.852)
Outros	(269)	(50)
	(43.913)	(39.784)

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016			2015		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	90.916	(15.398)	75.518	120.082	(28.692)	91.390
Resultados em notas e moedas	59.266	(22.044)	37.222	85.533	(36.203)	49.330
	150.182	(37.441)	112.740	205.615	(64.895)	140.720

26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Ganhos e perdas na alienação de imóveis recebidos em dação (Nota 13)	(1,765)	743
Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis	14,136	4,390
	12,370	5,133

27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos		
. Taxa de serviço	72	20
. Outros	15.768	12.056
Reembolso de despesas		
. Correios	1.723	1.730
. Outros	34.705	31.223
Outros	26.304	45.162
	78.573	90.191
Outros gastos de exploração		
Outros impostos	(11.516)	(11.081)
Quotizações e donativos	(509)	(385)
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	(356)	(969)
Multas e outras penalidades legais	(12)	(10)
Outros	(1.733)	(9.896)
	(14.126)	(22.341)
	64.447	67.850

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

28. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações de colaboradores	795,030	779,708
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	28,916	25,123
Prémios de produtividade	25,846	25,911
Encargos sociais		
. Pensões de reforma (Nota 29)	309,398	324,652
. Assistência médica	21,092	27,195
. Previdência social	64,513	60,734
. Outros	3,252	3,771
Outros custos com pessoal	24,559	23,941
	1,272,607	1,271,035

A rubrica "Encargos sociais – Assistência médica" inclui as despesas de saúde incorridas pelo Banco com os seus colaboradores no ativo e o custo relacionado com responsabilidades com saúde com colaboradores na idade da reforma (Nota 29).

Nos exercícios de 2016 e 2015, o Banco dispunha do seguinte quadro de colaboradores e administradores:

	2016	2015
Administradores	7	7
Directores	9	13
Chefias	91	90
Técnicos	200	182
Administrativos	81	77
Pessoal auxiliar	72	73
	460	442
Efectivos	396	384
A prazo	57	51
	453	435

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os números apresentados acima incluem 57 e 51 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo, respetivamente.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

29. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

29.1 Pensões de reforma

O Banco assumiu a responsabilidade de conceder aos seus empregados pensões de reforma, as quais são determinadas com base no salário em vigor à data da reforma (Nota 2.2 m). Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados de pessoal no ativo foram efetuadas avaliações atuariais pela Fidelidade Companhia de Seguros, S.A., com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015. As hipóteses e bases técnicas utilizadas nestes estudos foram as seguintes:

	2016	2016
Método actuarial	Project Unit Credit	Project Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	5.25%	5.25%
Taxa de crescimento dos salários	2.50%	3.00%
Taxa de crescimento das pensões	0.5%	0.5%
Idade de reforma	62 anos ou 39 anos de serviço	62 anos ou 39 anos de serviço

No exercício de 2016 o Banco manteve a taxa de desconto utilizada no estudo atuarial de 2015 e que foi de 5,25%.

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Banco para os exercícios de 2016 e 2015 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2016		2015	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2.50%	1.59%	3.0%	1.42%
Taxa de crescimento das pensões	0.50%	-0.06%	0.5%	0.04%

Em novembro de 2013, o Conselho de Administração do Banco decidiu alterar o plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, tendo em vista a sua sustentabilidade, introduzindo novas regras para apuramento dos benefícios com reforma:

- Alteração da idade da reforma de 58 ou 35 anos de serviço para 62 ou 39 anos de serviço, considerando-se um período de transição para os participantes que até ao ano de 2017 atinjam os 58 anos de idade;
- Salário Pensionável igual ao salário base acrescido das Diuturnidades;
- Valor da reforma calculado com base na média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos;
- Valor da reforma igual a 90% da média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos.

O impacto das alterações no plano de pensões resultou numa redução das responsabilidades de mCve. 914.405 com referência a 31 de dezembro de 2013, a qual foi refletida nos resultados desse exercício.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades com serviços passados do Banco de acordo com os estudos atuariais efetuados, ascendiam a:

	2016		2015	
	Número de pessoas	Responsa-bilidades	Número de pessoas	Responsa-bilidades
Activos e ex-funcionários	179	2.134.358	182	2.128.865
Reformados e pré-reformados	186	2.627.902	183	2.696.482
Pensionistas	19	141.036	19	130.856
Fundo de reestruturação	2	5.425	2	13.349
Total	386	4.908.721	386	4.969.552

Nos estudos atuariais não são considerados os trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo e os trabalhadores inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social, dado o Banco não ter responsabilidades com pensões de reforma destes empregados.

O movimento no valor das responsabilidades com pensões de reforma durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2014	**4,899,738**
Contribuições dos empregados	18,060
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	324,656
Pensões pagas	(204,156)
Desvios actuariais (Nota 21)	(75,678)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	**4,962,620**
Contribuições dos empregados	17,597
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	309,398
Pensões pagas	(209,936)
Desvios actuariais (Nota 21)	(170,958)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**4,908,721**

No exercício de 2016 os desvios atuariais podem ser decompostos da seguinte forma:

Alteração de pressupostos atuariais:	
.Alteração da taxa de desconto	-
.Alteração da taxa de crescimento de pensões	(62,061)
Diferença entre os pressupostos e os valores realizados:	
.Crescimento de pensões/salários	(108,897)
.Outros	
	(170,958)

29.2 Assistência médica

Para determinação das responsabilidades com saúde pós-emprego, o Banco obteve avaliações atuariais efetuadas por uma entidade especializada com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015. As hipóteses e bases técnicas utilizadas neste estudo foram as seguintes:

	2016	2015
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa técnica	5.25%	5.25%
Taxa de crescimento dos salários	2.5%	3.0%
Taxa de inflação das despesas médicas	3.0%	3.0%

Em novembro de 2013, o Conselho de Administração do Banco decidiu alterar o plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, tendo em vista a sua sustentabilidade, introduzindo novas regras para apuramento dos benefícios com reforma:

- Alteração da idade da reforma de 58 ou 35 anos de serviço para 62 ou 39 anos de serviço, considerando-se um período de transição para os participantes que até ao ano de 2017 atinjam os 58 anos de idade;
- Salário Pensionável igual ao salário base acrescido das Diuturnidades;
- Valor da reforma calculado com base na média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos;
- Valor da reforma igual a 90% da média do Salário Pensionável dos últimos 5 anos.

O impacto das alterações no plano de assistência médica decorrente da alteração da idade da reforma de 58 ou 35 anos de serviço para 62 ou 39 anos de serviço, resultou numa redução das responsabilidades de mCve. 28.513 em a 31 de dezembro de 2014.

Com base nestes estudos, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades com saúde relativas a despesas com assistência médica a conceder aos empregados do Banco e aos membros dos respetivos agregados familiares após a idade de reforma ascendem a mCve. 260.671 e mCve. 287.199, respetivamente (Nota 16).

O movimento no valor das responsabilidades com saúde, durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2014	**293,941**
Contribuições dos empregados	9,821
Custo registado pelo Banco	10,496
Impacto da alteração do plano de assistência médica (Nota 17)	
Despesas médicas pagas	(20,123)
Desvios actuariais	(6,936)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	**287,199**
Contribuições dos empregados	13,738
Custo registado pelo Banco	(6,346)
Impacto da alteração do plano de assistência médica (Nota 17)	
Despesas médicas pagas	(6,022)
Desvios actuariais	(27,898)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**260,671**

29.3 Desvios atuariais

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios atuariais diferidos nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser demonstrado como se segue:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	Pensões	Saúde	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	(677,387)	198,180	(479,209)
Desvios actuariais no ano	(75,678)	(6,936)	(82,614)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	(753,065)	191,244	(561,824)
Desvios actuariais no ano	(170,958)	(27,898)	(198,856)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	(924,023)	163,346	(760,680)

Com a alteração da política contabilística referida na Nota 2.2.o), os desvios atuariais acumulados em 31 de dezembro de 2012 encontram-se deduzidos na rubrica de "Outras reservas e resultados transitados".

29.4 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade a uma variação de 0,25% na taxa dos pressupostos utilizados e de um ano na tabela de mortalidade resulta nas seguintes variações no valor atual das responsabilidades:

(milhares de escudos)

Pressupostos	Variação no valor das responsabilidades resultantes da variação:	
	de +0,25% na taxa utilizada	de -0,25% na taxa utilizada
Taxa de desconto	(15 295)	16 020
Taxa de crescimento dos salários	3 385	(3 315)
Taxa de crescimento das pensões	10 807	(10 443)
	de +1 ano	de -1 ano
Tábua de mortalidade	(14 603)	14 251

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Encargos com a SISP	99.684	100.655
Conservação e reparação	99.902	100.129
Água, gás e electricidade	72.849	89.205
Comunicações e despesas de expedição	52.336	55.010
Publicidade e edição de publicações	30.007	41.587
Segurança e vigilância	35.512	34.263
Transporte de valores	38.072	38.666
Consultores e auditores externos	22.040	21.194
Rendas e alugueres	27.777	29.912
Impressos e material de consumo corrente	20.721	21.202
Combustíveis	7.366	9.635
Seguros	11.241	11.155
Transportes	5.523	6.783
Formação de pessoal	10.785	14.037
Assistência técnica	3.108	13.480
Ajudas de custo	4.062	4.614
Despesas de alojamento	2.600	2.182
Despesas de representação	1.485	2.319
Serviços de Limpeza	9.317	9.017
Condominio	10.773	10.770
Encargos com Promoleasing	2.980	3.207
MSCC(Medit Smart Cards Compan)	16.703	15.330
Avaliadores Externos	6.892	5.554
Publicações	889	2.205
Judiciais e Contencioso	3.220	9.350
Avenças e Honorarios	5.726	2.713
Manutenção Periodica Cotação	806	3.204
Outros	11.901	12.236
	614.278	669.617

31. RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício/período.

	(milhares de escudos)	
	31.12.2016	31.12.2015
Resultado do Exercício	344,159	368,830
Número médio de acções ordinárias emitidas	1,324,765	1,324,765
Resultado por Acção	0.26	0.28

Resultado por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos.

32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2016	2015
Passivos eventuais		
Garantias e avales	3.892.247	4.652.330
Créditos documentários abertos	513.376	509.098
	4.405.623	5.161.428
Depósito e guarda de valores	25.514.067	25.776.546
	29.919.690	30.937.974

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 encontram-se em curso algumas ações judiciais que envolvem o Banco e que correspondem a passivos contingentes, sendo destacar a que resulta da alteração efetuada em novembro de 2013 do plano de pensões dos colaboradores em vigor no Banco, com vista a garantir a sua sustentabilidade, tendo introduzido novas regras para apuramento dos benefícios com reforma. Estas alterações originaram uma redução das responsabilidades de mCve. 914.405 com referência a 31 de dezembro de 2013 (Nota 29). No exercício de 2014 o Banco foi alvo de duas ações judiciais, interpostas por uma colaboradora do Banco e pelo Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Financeiras de Cabo Verde, com vista a declarar a nulidade das alterações introduzidas ao seu Estatuto de Pessoal em matéria de benefícios após a reforma. Em julho de 2014 o Banco apresentou a sua contestação a essas ações, encontrando-se atualmente a aguardar decisão do Trabalho do Tribunal da Praia. O Conselho de Administração do Banco, tendo por base a informação dos seus advogados e os argumentos e fundamentos apresentados na contestação efetuada, considera que irá ganhar as referidas ações.

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte, os quais são efetuados de modo consistente com os critérios da IFRS 8 e são apresentados de forma voluntária:

- Corporate Finance - inclui a atividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.
- Negociação e vendas – compreende a atividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.
- Pagamento e liquidação – inclui a atividade relacionada com operações de crédito e débito.
- Banca comercial – inclui a atividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao setor público.
- Banca de retalho – compreende a atividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.
- Outros – Restantes atividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2016						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	588,266	41,683	-	1,355,174	1,650,021	-	3,635,144
Juros e encargos similares	(421)	(8,263)	-	(302,908)	(1,345,425)	-	(1,657,016)
MARGEM FINANCEIRA	587,846	33,420	-	1,052,266	304,596	-	1,978,128
Rendimentos de instrumentos de capital	18,256	-	-	-	-	-	18,256
Rendimentos com serviços e comissões	-	107,307	70,417	45,232	200,908	-	423,864
Encargos com serviços e comissões	-	(22,441)	(21,203)	-	(269)	-	(43,913)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	112,740	-	-	-	-	112,740
Resultados de reavaliação cambial	-	-	-	-	-	12,370	12,370
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	64,447	64,447
Outros resultados de exploração							-
PRODUTO BANCÁRIO	606,102	231,026	49,214	1,097,498	505,235	76,817	2,565,892
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(907)	-	-	(36,573)	(44,530)	(15,796)	(97,807)
	605,194	231,026	49,214	1,060,925	460,705	61,021	2,468,084
Outros gastos e rendimentos							(2,123,925)
Resultado do exercício							**344,159**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	7,844,629	-	-	-	-	7,844,629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	652,322	-	-	-	-	652,322
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6,653,618	-	-	-	-	6,653,619
Aplicações em instituições de crédito	-	18,122,622	-	-	-	-	18,122,622
Crédito a clientes	11,327,582	-	-	15,550,615	18,808,847	-	45,687,044
Recursos de outras instituições de crédito	-	585,333	-	-	-	-	585,333
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	13,360,284	59,342,330	-	72,702,613

	2015						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	638,821	44,828	-	1,368,842	1,720,116	-	3,770,607
Juros e encargos similares	(417)	(20,554)	-	(352,484)	(1,459,286)	-	(1,833,741)
MARGEM FINANCEIRA	638,404	24,074	-	1,003,359	271,830	-	1,937,866
Rendimentos de instrumentos de capital	134,859	-	-	-	-	-	134,859
Rendimentos com serviços e comissões	-	184,241	83,552	45,322	187,634	-	400,749
Encargos com serviços e comissões	-	(22,796)	(16,838)	-	(50)	-	(39,684)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	59	-	-	-	-	-	59
Resultados de reavaliação cambial	-	140,720	-	-	-	-	140,720
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	5,133	5,133
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	67,850	67,850
PRODUTO BANCÁRIO	773,321	326,239	66,814	1,048,680	459,414	59,951	2,947,451
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(3,139)	-	-	(51,548)	(62,283)	(71,037)	(188,007)
	770,183	326,239	66,814	997,331	397,131	(11,086)	2,459,444
Outros gastos e rendimentos							(2,090,614)
Resultado do exercício							**368,830**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2,754,231	-	-	-	-	2,754,231
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	830,451	-	-	-	-	830,451
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	8,851,891	-	-	-	-	8,851,891
Aplicações em instituições de crédito	-	20,487,143	-	-	-	-	20,487,143
Crédito a clientes	3,526,222	-	-	14,810,342	18,886,015	-	37,511,579
Recursos de outras instituições de crédito	-	775,677	-	-	-	-	775,677
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	13,442,995	55,654,141	-	69,097,136

A totalidade da atividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

34. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as empresas do Grupo CGD, o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, empresas associadas, e os órgãos de gestão (conselho de administração).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as demonstrações financeiras do Banco, incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2016				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				
	INPS	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	Associadas
Activos:					
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	146.857	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	2.208.779	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	85.896	325.359
Outros activos	-	-	1.918	809	7.211
Imparidade	-	-	-	(10.841)	(13.558)
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	(80.829)	(7.138)	-	(135.289)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.886.751)	-	-	(14)	(92.601)
Outros passivos	-	-	-	(2.828)	(9.627)
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	-	59.626	-	150.000	-
Garantias prestadas	-	-	-	-	-
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares	-	(9.551)	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Gastos:					
Juros e encargos similares	(19.821)	-	-	-	(2.348)
Encargos com serviços e comissões	-	3.466	-	-	9.525
Gastos gerais administrativos	-	-	-	11.607	102.654
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	3.184

	2015				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				
	INPS	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	Filiais e Associadas
Ativos:					
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	194.641	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	3.380.649	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	78.623	266.337
Outros ativos	-	-	1.918	682	6.931
Imparidade	-	-	-	(10.841)	(9.034)
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	(40.457)	(3.521)	-	(259.495)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.881.083)	-	-	(2.867)	(72.458)
Outros passivos	-	-	-	(49.744)	(60.139)
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	-	55.547	-	150.000	-
Garantias prestadas	(1.640)	-	-	-	(101.067)
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares	-	16.390	-	-	-
Juros e encargos similares	(54.100)	-	-	-	-
Gastos:					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	(12.688)
Encargos com serviços e comissões	-	(3.414)	-	-	(11.944)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(1.646)	(109.862)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	2.020

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2016, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração do Banco ascenderam a mCve.34.916 (mCve. 31.123 no exercício de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 49.049 e mCve. 74.969, respetivamente.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

35. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Banco

As atividades do BCA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco cambial, risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco do Banco é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A Direção Financeira e Internacional faz um acompanhamento diário das posições do Banco em moeda estrangeira, tendo sempre como objetivo a eliminação de prejuízos.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à atividade do Banco.

Risco de mercado, liquidez e taxa de juro

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

Risco de mercado

O setor financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o mercado *over the counter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e ações.

O Banco tem uma carteira de ativos financeiros que possui alguma representatividade do ativo, mas que não foi constituída com o objetivo de negociação, mas sim de investimento.

Risco de liquidez e taxa de juro

O controlo de liquidez é assegurado pela Direção Financeira e Internacional (DFI) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DFI é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de ativos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No setor bancário caboverdiano, o coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa é de 15%, pelo que em caso de dificuldades os bancos têm uma maior capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso nº 8/2007, de 19 de novembro, do Banco de Cabo Verde, a DFI calcula os rácios de liquidez para cobertura de responsabilidades exigíveis no prazo de sete, trinta, noventa dias e um ano.

A Direção de Gestão de Risco produz ainda pontualmente análises sobre a taxa de juro e sobre a estrutura de ativos e passivos, nomeadamente a carteira de crédito concedido a clientes com taxa de juro indexada.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

2016	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7.844.629								7.844.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	652.322								652.322
Aplicações em instituições de crédito	10.651.336	2.443.693		27.401					13.122.622
Crédito a clientes (valores brutos)	813.785	1.599.164	2.042.830	4.800.380	6.940.962	9.196.542	10.444.177	13.867.783	49.506.623
	24.962.074	4.042.857	2.042.830	4.827.781	6.940.962	9.196.542	10.444.177	13.867.783	76.126.196
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(173.751)	(8.923)	(39.989)	(48.913)	(293.757)				(565.333)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(32.693.780)	(7.494.962)	(7.152.882)	(6.969.437)	(19.491.952)				(73.702.613)
Outros passivos subordinados			(49.544)	(49.544)					(99.088)
	(32.867.531)	(7.503.886)	(7.242.415)	(8.067.894)	(19.695.309)	-	-	-	(73.367.034)
Diferencial	(7.905.457)	(3.461.029)	(5.199.585)	(3.430.113)	(12.751.347)	9.196.542	10.444.177	13.867.783	76.126.196

2015	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.764.231								2.764.231
Disponibilidades em outras instituições de crédito	830.451								830.451
Aplicações em instituições de crédito	17.366.654	2.955.486		353.540	11.853				20.687.143
Títulos de dívida pública	172.474		345.335	238.687	1.948.258	1.407.688	2.603.329		6.915.769
Crédito a clientes (valores brutos)	6.649.579	1.080.995	1.974.796	1.329.114	4.637.494	4.882.434	6.716.686	14.263.439	41.534.626
	27.673.488	4.036.481	2.320.131	1.921.341	6.597.605	6.290.122	9.320.015	14.263.439	72.822.220
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(180.498)	(103.748)	(130.913)	(46.951)	(195.803)	(118.765)			(776.677)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(29.831.324)	(5.785.192)	(7.937.422)	(18.318.110)	(7.224.987)	(101)			(69.097.136)
Outros Passivos Subordinados	152		(49.309)	(49.849)	(99.999)				(197.704)
	(30.011.670)	(5.888.941)	(8.116.644)	(18.416.910)	(7.520.789)	(118.866)	-	-	(70.070.517)
Diferencial	(2.338.182)	(1.852.460)	(5.796.513)	(16.595.569)	(923.183)	6.174.256	9.320.015	14.263.439	2.751.703

Risco de crédito

O risco de crédito constitui um dos riscos mais relevantes da atividade do Banco e está intimamente associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes, designadamente grandes empresas, pequenas e médias empresas, promotores de pequenos negócios, particulares e instituições financeiras.

A Direção de Gestão de Risco (DGR) analisa o risco de crédito a empresas e particulares cujas responsabilidades acumuladas sejam superiores a mCve. 20.000.

É da competência da DGR emitir pareceres de risco sobre propostas elaboradas pela área comercial, os quais são enviados para apreciação da Comissão Executiva. Adicionalmente, a DGR efetua análises de evolução semestral da carteira de crédito do Banco, das classes de risco, do crédito à habitação, da evolução dos depósitos de clientes, de modo a compreender o seu comportamento.

Risco de crédito

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2016	2015
Aplicações em instituições de crédito	18.122.622	20.487.143
Crédito a clientes	45.687.044	44.427.348
	63.809.666	64.914.491
Garantias e avales	3.892.247	4.652.330
Créditos documentários abertos	513.376	509.098
	4.405.623	5.161.428
Exposição máxima	68.215.289	70.075.919

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2016				
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Outros saldos	Total
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	8,481,389	2,617,230	1,165,836		12,264,455
Vencido	5,914	16,612	3,593,493	-	3,616,020
	8,487,303	2,633,843	4,759,329	-	15,880,475
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	4,363,268	9,317	223	-	4,372,808
	4,363,268	9,317	223	-	4,372,808
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	13,272,424	142,457	296,805	-	13,711,687
Vencido	4,180	36,575	1,122,560	-	1,163,315
	13,276,605	179,032	1,419,365	-	14,875,001
Crédito ao consumo					
Vincendo	1,519,227	20,957	22,593	-	1,562,777
Vencido	429	1,254	12,604	-	14,288
	1,519,656	22,211	35,197	-	1,577,064
Pequenos negócios					
Vincendo	673,195	2,533	20,234	-	695,961
Vencido	250	1,111	226,158	-	227,519
	673,445	3,644	246,391	-	923,480
Outros créditos					
Vincendo	1,881,376	228,235	87,006	-	2,196,617
Vencido	28,167	11,100	204,318	-	243,585
	1,909,542	239,335	291,324	-	2,440,202
Garantias prestadas					
Vincendo	32,586	-	-	-	32,586
Sector Público					
Vincendo	2,358,136	204	-	-	2,358,340
Vencido	117	-	-	-	117
	2,358,253	204	-	-	2,358,457
Garantias prestadas					
Vincendo	228	-	-	-	228
Total crédito vincendo	32,581,829	3,020,933	1,592,697	-	37,195,230
Total crédito vencido	39,058	66,653	5,159,133	-	5,264,844
Total Extrapatrimonias	4,396,083	9,317	223	-	4,405,623
Total de crédito	32,620,887	3,087,586	6,751,830	-	42,460,074

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2015				
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Outros saldos	Total
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	8.597.142	1.240.297	2.568.643	79.550	12.485.632
Vencido	5.149	1.760	3.001.722	-	3.008.631
	8.602.291	1.242.057	5.570.365	79.550	15.494.263
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	4.806.306	-	11.310	229.275	5.046.891
	4.806.306	-	11.310	229.275	5.046.891
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	13.384.689	414.653	1.085.086	-	14.884.628
Vencido	4.302	8.837	319.654	-	332.793
	13.388.991	423.690	1.404.740	-	15.217.421
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.439.938	21.606	36.898	-	1.498.442
Vencido	561	1.227	25.425	-	27.213
	1.440.499	22.833	62.323	-	1.525.655
Pequenos negócios					
Vincendo	472.720	7.625	148.954	-	629.299
Vencido	512	359	127.745	-	128.616
	473.232	7.984	276.699	-	757.915
Outros créditos					
Vincendo	1.886.216	214.705	285.590	-	2.386.511
Vencido	24.708	5.593	172.603	-	202.904
	1.910.924	220.298	458.193	-	2.589.415
Garantias prestadas					
Vincendo	112.897	-	-	-	112.897
Sector Público					
Vincendo	2.476.724	170	-	-	2.476.894
Vencido	72	161	18	-	251
	2.476.796	331	18	-	2.477.145
Garantias prestadas					
Vincendo	1.640	-	-	-	1.640
Total crédito vincendo	28.257.429	1.899.256	4.125.171	79.550	34.361.406
Total crédito vencido	35.304	17.937	3.647.167	-	3.700.408
Total extrapatrimoniais	4.920.843	-	11.310	229.275	5.161.428
Total de exposição	33.213.576	1.917.193	7.783.648	308.825	43.223.242

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição "Créditos em default" na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

		2016				
		Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual		**9,664,087,202**	**13,573,923,030**	**4,451,720,908**	**2,356,271,934**	**30,046,003,074**
Com vencido mas sem imparidade individual		**266,849,038**	**1,047,541,660**	**407,477,035**	**-**	**1,721,867,793**
	inferior a 30 dias	-	-	-	-	-
	30 a 90 dias	30,721,540	38,326,173	13,939,819		82,987,532
	91 a 180 dias	21,196,580	54,652,741	12,241,253		88,090,573
	181 a 360 dias	42,010,025	81,537,250	48,003,143		171,550,418
	superior a 360 dias	172,920,953	873,025,497	333,292,820		1,379,239,270
Créditos com imparidade individual		**10,322,946,957**	**253,536,647**	**114,154,410**	**2,413,296**	**10,692,481,310**
	inferior a 30 dias	7,027,681,162	144,248,463	95,947,538	2,413,296	7,270,240,459
	30 a 90 dias	41,908,284				41,908,284
	91 a 180 dias	28,024,118		983,363		29,007,481
	181 a 360 dias	17,136,234	50,374,546	22		67,510,801
	superior a 360 dias	3,207,647,159	58,913,638	17,203,487		3,283,764,284
Total		**20,253,283,257**	**14,875,001,337**	**4,973,352,353**	**2,358,685,230**	**42,460,302,177**

		2015				
		Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual		**6,818,626,772**	**13,778,033,331**	**4,210,989,858**	**2,396,922,815**	**27,205,572,776**
Com vencido mas sem imparidade individual		**560,270,335**	**1,193,368,081**	**526,478,550**	**17,947**	**2,280,140,913**
	inferior a 30 dias	-	-	-	-	-
	30 a 90 dias	13,279,406	109,650,212	32,781,164		155,710,782
	91 a 180 dias	82,644,787	50,942,782	40,747,931		174,335,500
	181 a 360 dias	54,745,101	116,177,244	61,007,378		231,929,723
	superior a 360 dias	409,607,041	916,597,843	391,942,076	17,947	1,718,164,907
Créditos com imparidade individual		**13,162,252,830**	**245,020,254**	**248,969,232**	**81,844,017**	**13,738,086,334**
	inferior a 30 dias	9,628,148,694	129,762,452	236,195,105	81,844,017	10,075,951,268
	30 a 90 dias	46,616,788	51,425,376			98,042,164
	91 a 180 dias	166,268,326				166,268,326
	181 a 360 dias	474,296,994				474,296,994
	superior a 360 dias	2,844,921,038	63,832,426	12,774,128		2,921,527,592
Total		**20,541,155,937**	**15,217,421,667**	**4,986,437,639**	**2,478,784,779**	**43,223,800,022**

Justo valor

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nivel 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possível preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo).

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nivel 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a

modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor do Banco é como segue:

31 de dezembro de 2016 (milhares de escudos)

	Valorizados ao Justo Valor			
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Justo Valor
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 835	-	6 433 170	6 448 005
Ativos financeiros	**14 835**	**-**	**6 433 170**	**6 448 005**

31 de dezembro de 2015 (milhares de escudos)

	Valorizados ao Justo Valor			
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Justo Valor
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 108	-	6 441 341	6 455 449
Ativos financeiros	**14 108**	**-**	**6 441 341**	**6 455 449**

O movimento dos ativos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, em 31 de dezembro de 2016, pode ser analisado como segue:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

(milhares de escudos)

	31.12.2016	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	**Total**
Saldo no inicio do periodo	**6 441 341**	**6 441 341**
Aquisições	-	-
Saídas por liquidação	-	-
Variação de valor	(8 171)	(8 171)
Saldo no fim do período	**6 433 170**	**6 433 170**

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

(milhares de escudos)

		Justo valor			
	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Justo valor total
31 de dezembro de 2016					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7 844 629	-	7 844 629	-	7 844 629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	652 322	-	652 322	-	652 322
Ativos financeiros disponíveis para venda (ações) a)	55 245	-	-	55 245	55 245
Aplicações em instituições de crédito	18 122 622	-	18 122 622	-	18 122 622
Crédito a clientes	45 687 044	-	-	45 687 044	45 687 044
Ativos financeiros	**72 361 862**	**-**	**26 619 573**	**45 742 289**	**72 361 862**
Recursos de outras instituições de crédito	565 333	-	565 333	-	565 333
Recursos de clientes	72 702 613	-	72 702 613	-	72 702 613
Outros passivos subordinados	99 088	-	99 088	-	99 088
Passivos financeiros	**73 367 034**	**-**	**73 367 034**	**-**	**73 367 034**

a) Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito, Aplicações em instituições de crédito
Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes
O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.
Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de outras instituições de crédito e Recursos de clientes e outros empréstimos
Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Outros passivos subordinados
O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2016					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.542.161	735.195	359.205	(343.468)	(672.164)	(1.288.748)
Total activo sensível	1.542.161	735.195	359.205	(343.468)	(672.164)	(1.288.748)

	2015					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.370.634	652.720	318.744	(304.475)	(595.569)	(1.140.833)
Total activo sensível	1.370.634	652.720	318.744	(304.475)	(595.569)	(1.140.833)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2016 e 2015, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2016	(625.545)	(312.772)	(156.386)	156.386	312.772	625.545
Exercício de 2015	(587.173)	(293.586)	(146.793)	146.793	293.586	587.173

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2016 e 2015, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2016				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7.361.706	363.633	87.226	32.065	7.844.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	109.712	416.857	99.669	26.085	652.322
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	6.664.460			-	6.664.460
Aplicações em instituições de crédito	15.004.748	2.263.412	854.462	-	18.122.622
Títulos de dívida pública	-				-
Crédito a clientes (valores brutos)	47.771.484	1.735.109			49.506.593
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	336.963	-	-	-	336.963
Outros activos	2.279.912	-	57.027		2.336.939
Imparidade acumulada	(4.076.854)	-			(4.076.854)
	75.452.130	4.779.011	1.098.383	58.150	81.387.674
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	(253.400)	(310.977)	(956)		(565.333)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(70.480.723)	(1.175.922)	(1.039.148)	(6.821)	(72.702.613)
Outros passivos subordinados	(99.088)	-			(99.088)
Outros passivos	(379.711)	(4.832)	(7)		(384.550)
	(71.212.922)	(1.491.731)	(1.040.111)	(6.821)	(73.751.585)
Exposição líquida	4.239.208	3.287.280	58.272	51.329	7.636.089

	2015				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.239.017	399.662	83.177	32.375	2.754.231
Disponibilidades em outras instituições de crédito	72.049	463.057	280.791	14.554	830.451
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	6.862.732				6.862.732
Aplicações em instituições de crédito	16.644.951	3.274.871	567.321		20.487.143
Títulos de dívida pública	6.915.769				6.915.769
Crédito a clientes (valores brutos)	39.458.385	2.076.241			41.534.626
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	308.576				308.576
Outros activos (valores brutos)	1.183.411				1.183.411
Imparidade acumulada	(4.101.542)				(4.101.542)
	69.583.348	6.213.831	931.289	46.929	76.775.397
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	(361.506)	(412.382)	(1.789)		(775.677)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(67.199.120)	(963.403)	(928.921)	(5.692)	(69.097.136)
Outros passivos subordinados	(197.704)				(197.704)
Outros passivos	(428.141)				(428.141)
	(68.186.471)	(1.375.785)	(930.710)	(5.692)	(70.498.658)
Exposição líquida	1.396.877	4.838.046	679	41.237	6.276.739

36. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão do capital, no BCA, baseia-se nos seguintes princípios gerais:

- Cumprir as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, órgão supervisor da atividade bancária no País;
- Gerar uma rentabilidade adequada, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento da atividade, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento do Banco;
- Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

A adequação do capital ao perfil de risco do Banco é acompanhada e controlada pela aplicação das leis que regulam o Sistema Financeiro em Cabo Verde, com destaque especial para o Aviso nº4/2007 do Banco de Cabo Verde, que estabelece as bases de cálculo do Rácio de Solvabilidade, tendo incorporado o Risco de Mercado e o Risco Operacional no cálculo desse

rácio, para além de ter reformulado os procedimentos para a determinação da contribuição do Risco de Crédito.
De acordo com o Aviso nº4/2007, o Rácio de Solvabilidade é obtido da aplicação da seguinte fórmula:

[FP/(VAPRC+VAPRTC+VEAPRO)]x100

Em que:
FP – Valor dos Fundos Próprios, determinado conforme Aviso nº3/2007.
VAPRC – Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito.
VAPRTC – Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.
VEAPRO – Valor Equivalente em Ativos Ponderados pelo Risco Operacional.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O Rácio de Solvabilidade é calculado pela Direção Financeira e Internacional (DFI), mais concretamente pela Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão (DPG), com o contributo da Divisão Internacional e Liquidez (DIL) no que concerne à determinação do Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

Os procedimentos para a determinação das variáveis que compõem esse Rácio estão definidos no Aviso nº3/2007 (Fundos Próprios) e nos Anexos 1, 2 e 3 do Aviso nº4/2007 (Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito, Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado e Ativos Ponderados pelo Risco Operacional).

O Aviso nº3/2007 define as componentes negativas e positivas para o cálculo dos Fundos Próprios, obtidos da soma dos Fundos Próprios de Base com os Fundos Próprios Complementares e respetivos ajustamentos, através de deduções definidas pelo Banco de Cabo Verde.

No quadro seguinte pode-se verificar a composição do Capital Regulamentar do Banco em 31 de dezembro de 2016:



No quadro acima se pode constatar que o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório dos dois grandes agregados referidos, nomeadamente os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares, excluindo algumas deduções previstas pelo Banco de Cabo Verde.

Os Fundos Próprios de Base correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco, tendo por principais componentes o capital social, as reservas, os resultados transitados, o resultado líquido do exercício e os impactos de transição correspondentes aos encargos com os benefícios dos trabalhadores, resultantes da adoção das Normas Internacionais de Relatos Financeiro (NIRF), mais propriamente do NIC 19 - *Benefícios aos empregados*.

Aliás, a assimilação das referidas normas implicou a adoção de um regime transitório de apuramento dos Fundos Próprios de Base, buscando-se uma mudança harmoniosa das regras contabilísticas anteriores para as recentes, sem grande interferência nas regras prudenciais.

Os Fundos Próprios Complementares são constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas ou negativas de alguns Ativos, e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia do Banco de Cabo Verde.

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14 de março, é de 300 milhões de Escudos de cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo.

Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do ativo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respetivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 10%.

Conforme podemos verificar no quadro acima, o total dos Fundos Próprios do Banco, em 31 de dezembro de 2016, ascende a 4.942.827 milhares de Escudos de Cabo Verde, valor superior ao capital social mínimo legalmente exigido e suficiente para manter uma relação adequada com os elementos do Ativo e Extrapatrimoniais ponderados em função do risco, traduzindo um rácio de solvabilidade de 15,78%.

Os regulamentos do Banco de Cabo Verde, relativamente à adequação do capital, têm por base o Acordo de Basileia I, pelo que não são ainda exigidas algumas práticas introduzidas por Basileia II, como por exemplo a implementação de um sistema de autoavaliação e determinação de um nível de capital interno adequado ao perfil de risco, ou mesmo a utilização de *ratings* externos para aferição dos ponderadores de risco de crédito.

No entanto, levando em consideração que a Autoridade de Supervisão tem pautado a sua atuação pela adoção das melhores práticas internacionais, é de se esperar, num futuro próximo, a assimilação das principais recomendações de Basileia II, aplicáveis à realidade do País.